



cbjc

É ISSIÉ DOSSIÉ

CARTOGRAFIAS
NEGRAS E
(IN)JUSTIÇAS
CLIMÁTICAS
NO BRASIL

RESISTÊNCIAS
SABERES
TERRITÓRIOS
HISTÓRIAS

APRESENTAÇÃO



TODA PESQUISA TEM SEUS SUJEITOS, espaços e ambientes. Também tem seus embates, recomeços e constantes modificações. Ela, em sua essência, é atravessada por caminhos e possibilidades analíticas, a fim de apresentar resultados — tantas vezes diferentes das nossas concepções e hipóteses iniciais. Eis a riqueza do compromisso de pesquisar: nos deparamos com inúmeras complexidades de um objeto e, assim, mergulhamos em novos caminhos e novas perguntas que vão percorrer a nossa prática de vida¹.

Esse dossiê é um acontecimento. Uma publicação oriunda de muitas lutas coletivas e simultâneas em prol da justiça climática. É também desdobramento de um sonho do Centro Brasileiro de Justiça Climática (CBJC) de contribuir — de forma mais significativa e estruturante — para a reinvenção dos espaços de pesquisa e ativismo em nosso país. De seguir na contramão de quem são considerados os guardiões das verdades epistêmicas e do que é dito como aceitável (ou não) no que tange ao conhecimento científico. Aqui, mergulhamos de peito aberto no desenvolvimento e construção de uma ciência coletiva, baseada em cartografias sociais, escuta ativa e participação de comunidades.

Estruturar um fellowship inédito para pesquisadores negros e negras, como espaço de fortalecimento e imersão de saberes, foi não só um ato de resistência, mas também de coragem. Esse percurso nos levou a redescobertas e aos caminhos do não-saber, que nos permitiram ressignificar o conceito de justiça climática a partir de novos olhares, perspectivas e resultados das cartografias aqui apresentadas.

Cada fellow-pesquisador carrega uma inquietude, um sonho, um corre. Logo no processo seletivo, identificamos um grupo tão somente heterogêneo em vivências, múltiplo em suas “*intelecpluralidades*”. A esse último conceito, recorreremos à nossa intelectual diferentona Bárbara Carine, que o define como “uma categoria de descolonização do pensamento que pauta a ruptura como o modelo único de intelectualidade imposto pela óptica brancocêntrica ocidental, prevendo

uma ritualística epistêmica e performática para a constituição da pessoa intelectual”.

Um dos alicerces do dossiê “Cartografias negras e (in)justiças climáticas no Brasil” é um percurso pela geografia racial e cultural das regiões do país. Enquanto Waleska Queiróz nos leva à realidade da Baixada da Terra Firme, Arlan Seabra nos mostra as invisibilidades do Quilombo do Abacatal, ambos no Pará. Quando partimos para o Sudeste, região de onde eu venho, Juliana Coutinho lança luz ao protagonismo de mulheres negras na liderança de processos emergenciais no município de Queimados, no Rio de Janeiro, e Nataly Volcati denuncia os conflitos e disputas nas relações costeiras entre os pescadores e as agências públicas em Vitória, no Espírito Santo.

No Nordeste, Josiel Alves mergulha na trajetória dos processos organizativos e reivindicatórios dos direitos de populações quilombolas, no quilombo Cacimba Nova, na Paraíba, e Maria Beatriz Souza navega por territórios pesqueiros do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. No Centro-oeste, Geovana Rocha, nos apresenta ao Assentamento Oziel Alves III, localizado em Planaltina, no Distrito Federal, mapeando o fogo como ferramenta de reconstrução da memória territorial e enfrentamento aos impactos socioambientais causados por incêndios em comunidades do Cerrado. Por fim, na região Sul, Luana Silva encerra e percorre diferentes territorialidades de Florianópolis, em Santa Catarina, para honrar (e cartografar) memórias corpóreas e urgências climáticas — partindo do seu lugar de mulher preta pesquisadora no sul do Brasil.

Sim — eu existo porque as memórias e insurgências aqui registradas existem. E o Brasil que eu quero é o de juventudes negras com suas histórias, vivências, corpos, escritas e intelectpluralidades para a construção de novos conceitos e práticas da justiça climática em nível local, regional e nacional. Desejo que a leitura te abra caminhos e (in)conclusões de sonhos coletivos que, num futuro próximo — esperamos — se transformarão em políticas públicas. Afinal, novos tempos demandam novas vozes. Ubuntu! ■

ANDRÉIA COUTINHO LOUBACK
JORNALISTA E DIRETORA
EXECUTIVA DO CENTRO
BRASILEIRO DE JUSTIÇA
CLIMÁTICA (CBJC)

¹ LOUBACK, ANDRÉIA. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: JORNALISTAS NEGRAS NO RIO DE JANEIRO: TRAJETÓRIAS DE VIDA E NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA DIANTE DO RACISMO. CEFET, 2018

PREFÁCIO

É COM MUITA SATISFAÇÃO que recebemos a publicação do dossiê Cartografias negras e (in)justiças climáticas no Brasil organizado pelo Centro Brasileiro de Justiça Climática e que sistematiza a experiência de oito pesquisadoras e pesquisadores negros em seus territórios sobre a emergência climática.

Nós na Secretaria Nacional de Periferias (SNP) do Ministério das Cidades (MCID) estamos desde o começo deste mandato do presidente Lula engajados em estruturar políticas públicas para as favelas e comunidades brasileiras para combater as desigualdades de classe, raça, gênero e ambiental que atravessam a vida do povo das periferias nas médias e grandes cidades do nosso país.

E elaboramos e efetivamos programas como o Periferia Viva e o Periferia sem Risco a partir do que chamamos de potências das periferias, que são a capacidade que as pessoas periféricas apresentam historicamente de resolver seus problemas cotidianos e enfrentar as carências do dia a dia na medida em que o Estado ou se mostra ausente ou se apresenta com a face da repressão nos territórios periféricos.

As potências das periferias se expressam com força em processos tais como a organização das Cozinhas Solidárias que, em plena pandemia da covid-19 e meio à completa destruição das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, fizeram brotar desde o território uma mobi-

lização que não apenas combateu à fome como também fortaleceu os laços e a solidariedade nas favelas e comunidades.

Nas Caravanas das Periferias e no Prêmio Periferia Viva, desde 2023, tomamos contato, conhecemos, dialogamos e apoiamos centenas de iniciativas coletivas nas periferias que são exemplos de potência das periferias em diversas áreas como cultura, saúde, promoção da justiça climática, entre outras. Não é por acaso, inclusive, que a grande maioria dessas iniciativas sejam lideradas por pessoas negras em geral e mulheres negras em particular.

É nesse sentido que nos conectamos com o presente dossiê e com a força das experiências aqui sistematizadas de norte a sul do país. São todas elas cartografias que não apenas registram, mas que são elas próprias manifestações das potências das periferias, uma vez que são produzidas por pesquisadoras e pesquisadores ativistas com forte vínculo territorial e que, além do diagnóstico sobre as injustiças climáticas e o racismo ambiental identificadas em cada território também trazem as soluções e mobilizações comunitárias em cada uma dessas localidades.

Nós da Secretaria Nacional das Periferias saudamos e nos nutrimos de experiências como essas, pois sem as potências das periferias não existe Periferia Viva!

GUILHERME SIMÕES

SOCIÓLOGO E SECRETÁRIO NACIONAL DAS PERIFERIAS

LUANA ALVES

ARQUITETA E URBANISTA, COORDENADORA-GERAL DE ARTICULAÇÃO E PLANEJAMENTO NA SECRETARIA NACIONAL DE PERIFERIAS

JOSUÉ MEDEIROS

CIENTISTA POLÍTICO E PROFESSOR DA UFRJ. ASSESSOR DO SECRETÁRIO NACIONAL DE PERIFERIAS



SUMÁRIO

03

APRESENTAÇÃO

05

PREFÁCIO

08

SOBRE O CENTRO
BRASILEIRO DE
JUSTIÇA CLIMÁTICA

10

SOBRE O DOSSIÊ

14

1. REPOSICIONANDO
A PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO:
CARTOGRAFIAS,
MEMÓRIAS E
INSURGÊNCIAS

18

2. O PROGRAMA DE BOLSAS DE PESQUISA
E A AÇÃO TERRITORIAL DO CBJC: A
CONSTRUÇÃO DE UMA CIÊNCIA COLETIVA

Objetivo	20
Etapas	20
Conheça os Fellows	25

34

3. CARTOGRAFIAS NEGRAS
COMO PRODUÇÃO DE
CIÊNCIA LOCAL

38

4. AS DESIGUALDADES CLIMÁTICAS NO BRASIL: UM PANORAMA NACIONAL

46

5. CARTOGRAFIAS NEGRAS: DAS REGIÕES AOS TERRITÓRIOS

5.1 REGIÃO NORTE 48

*Quilombo do Abacatal (PA)
- Socioterritorialidade,
racismo ambiental e
insurgências frente
ao avanço de grandes
projetos na Amazônia
paraense - Arlan Seabra*

*Cartografia Social na
Terra Firme: Saneamento
Básico também é Justiça
Climática - Waleska Queiroz*

5.3 REGIÃO CENTRO-OESTE 82

*Justiça Climática e Manejo
Tradicional do Fogo:
Saberes e Estratégias no
Assentamento Oziel Alves
III - Geovana Rocha*

5.4 REGIÃO SUL 108

*Corpo, território e urgências
climáticas: Cartografia da
memória de uma mulher
preta pesquisadora no sul
do Brasil - Luana de Brito*

5.2 REGIÃO NORDESTE 66

*Cartografia sociocultural
Quilombo Cacimba Nova, São
João Do Tigre-PB: 10 anos
dos processos organizativos
e reivindicatórios dos direitos
quilombolas - Josiel Alves*

*Territorialidades na
vivência das Pescadoras Do
Cabo De Santo Agostinho
- Pe - Maria Beatriz*

5.4 REGIÃO SUDESTE 92

*Territórios costeiros em
disputa: pesca artesanal,
justiça climática e gestão
das águas no bairro Grande
Vitória/ES - Nataly Volcati*

*Justiça Climática e adaptação
urbana: protagonismo
de mulheres negras na
Baixada Fluminense
- Juliana Coutinho*

116

CONSIDERAÇÕES FINAIS

118

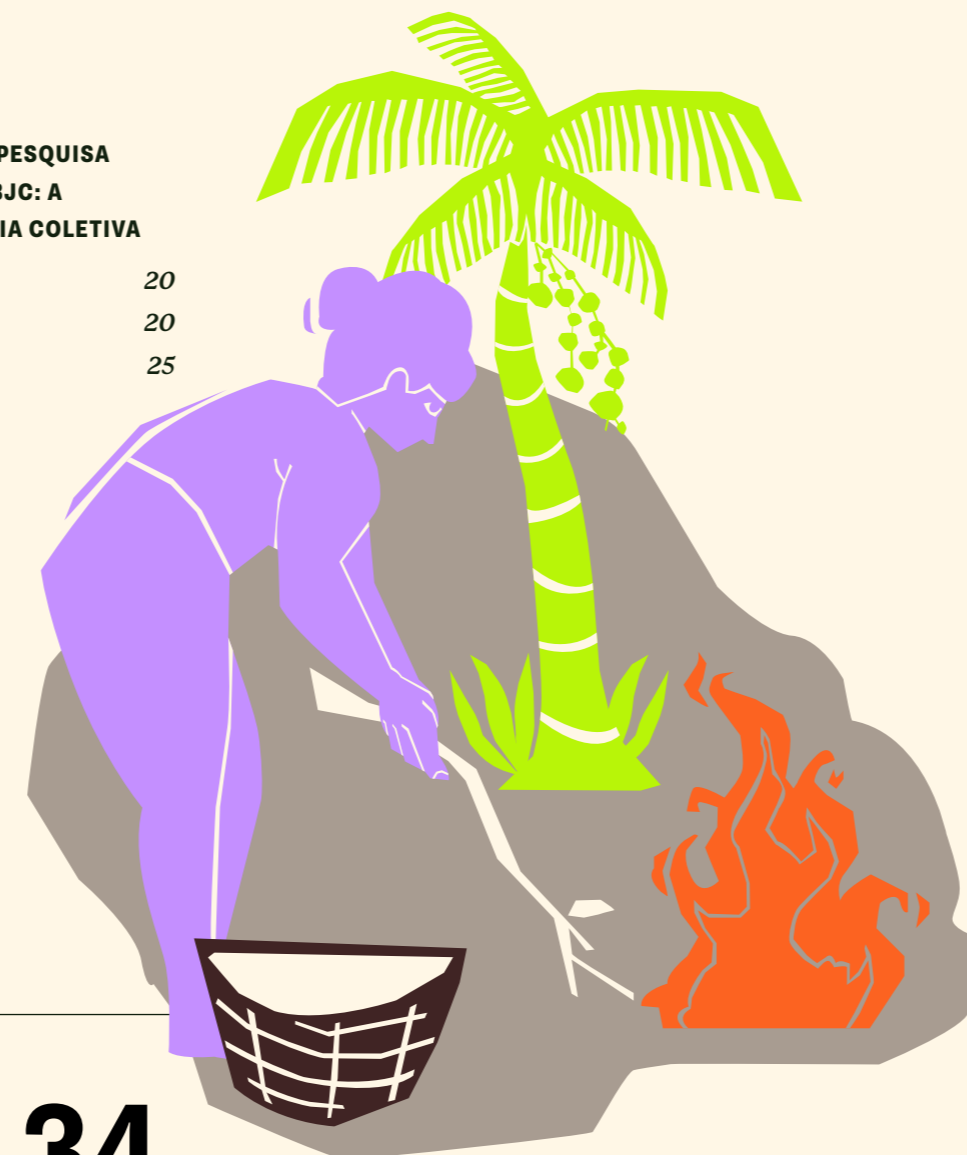
GLOSSÁRIO

120

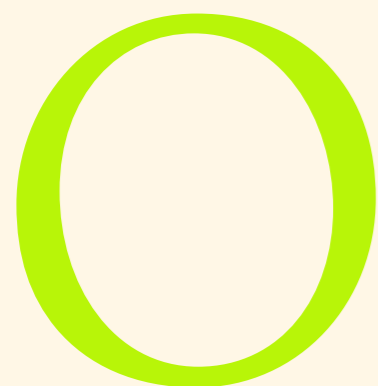
REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS

122

FICHA TÉCNICA



SOBRE O CENTRO BRASILEIRO DE JUSTIÇA CLIMÁTICA



CENTRO BRASILEIRO DE JUSTIÇA CLIMÁTICA (CBJC) É UMA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DEDICADA ÀS TEMÁTICAS DA POPULAÇÃO NEGRA NA AGENDA CLIMÁTICA DO BRASIL. NOSSA MISSÃO É AMPLIAR O DEBATE PÚBLICO E INFLUENCIAR POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUSTIÇA CLIMÁTICA E EQUIDADE RACIAL EM NÍVEL LOCAL, REGIONAL E NACIONAL.

A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA É UMA CRISE DE ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES ESTRUTURAIS E SABEMOS QUE O RACISMO É UM SISTEMA DE OPRESSÃO QUE SE MANIFESTA PELA SUA DIMENSÃO POLÍTICA, ECONÔMICA, CULTURAL E SOCIAL. PORTANTO, DISCUTIR JUSTIÇA CLIMÁTICA É, ANTES DE TUDO, ENFRENTAR O RACISMO AMBIENTAL.

NOSSOS PRINCIPAIS EIXOS DE ATUAÇÃO SÃO:

- 1. Pesquisa e dados:** Investigar e analisar os principais desafios enfrentados, conquistas e problemáticas que envolvam as populações negras integrado às categorias de justiça climática, racismo ambiental e mudanças climáticas. O objetivo é construir diagnósticos com base em metodologias participativas, geração cidadã de dados e linguagem acessível.
- 2. Educação Climática:** Jornadas de formações e educação climática, que visam a qualificação e o letramento da população negra sobre a crise climática. O objetivo é levar o conhecimento à população negra sobre problemas e soluções nas cinco regiões brasileiras.

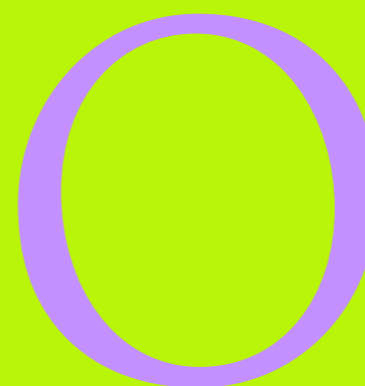
- 3. Incidência Política (Advocacy):** Somar-se ao campo, conduzir e pautar ações de pressão, mobilização ou articulação para influenciar a tomada de decisão no executivo federal e judiciário por meio de estratégias, campanhas e outras formas de intervenção. A agenda de justiça climática é uma causa prioritária, e nosso objetivo é influenciar e racializar políticas públicas socioambientais para a população negra.

- 4. Comunicação e engajamento:** Comunicação é poder! Por meio da construção e disseminação de fontes, dados e informações sobre justiça climática com recorte racial para populações negras, queremos levar o tema para diferentes audiências e mídias de forma decolonial. Para tanto, precisamos construir narrativas baseadas em evidências e incidência política. ■





SOBRE O DOSSIÊ



CENTRO BRASILEIRO DE JUSTIÇA CLIMÁTICA (CBJC) tem a satisfação de apresentar, a seguir, o Dossiê Cartografias negras e (in)justiças climáticas no Brasil. Este material é fruto da iniciativa do Eixo de Pesquisa e Dados na produção e disseminação de um conhecimento popular e democrático, integrando discussões sobre justiça climática e equidade racial e suas distintas temáticas. Este Dossiê é também a consolidação e sistematização das pesquisas e dos resultados do primeiro programa de fellowship do CBJC.

Este material é mais do que um compilado de dados ou um relatório técnico de pesquisa. É um corpo vivo de narrativas, experiências, diagnósticos e debates construídos por oito pesquisadores e pesquisadoras negras das cinco regiões do Brasil. É também uma demarcação política, do quanto se faz ciência a partir dos territórios, reconhecendo e valorizando seus saberes, suas urgências e potencialidades.

Ao sistematizar os resultados do primeiro Programa de Bolsas de Pesquisa, apresentamos aqui uma produção de conhecimento ancorada em metodologias participativas, epistemologias diversas e em um compromisso ético-político com os sujeitos e territórios historicamente marginalizados pelas narrativas convencionais de ciência e de desenvolvimento. As cartografias sociais, escutas ativas, linhas do tempo e árvores de memória presentes neste Dossiê não são apenas métodos, são caminhos insurgentes de reconstrução da realidade a partir de quem a vive.

Este material celebra a produção de uma ciência coletiva, plural e ancorada na realidade dos territórios e seus sujeitos. Uma ciência que reconhece a sociobiodiversidade regional e local, que respeita a oralidade e a ancestralidade como ferramentas fundamentais de análise e produção de conhecimento

O Dossiê parte da compreensão de que o processo de produção de pesquisa, muitas vezes negou (e ainda tem negado) o caráter científico de outras formas de conhecimento, impondo generalizações descontextualizadas e soluções que frequentemente resultaram em mais injustiça e invisibilidade. Em contraposição, este material celebra a produção de uma ciência coletiva, plural e ancorada na realidade dos territórios e seus sujeitos. Uma ciência que reconhece a sociobiodiversidade regional e local, que respeita a oralidade e a ancestralidade como ferramentas fundamentais de análise e produção de conhecimento. Uma ciência que nasce do cotidiano das comunidades, dos enfrentamentos à desigualdade, da luta pelo direito à cidade, ao território e à vida.

Os relatos e pesquisas aqui apresentados revelam as múltiplas dimensões da justiça cli-

mática. Cada experiência retrata a capacidade criativa e política dos territórios em construir suas próprias estratégias de adaptação e mitigação, com base em tecnologias sociais e conhecimentos ancestrais.

O programa de fellowship do CBJC, ao reunir pesquisadoras e pesquisadores que nem sempre estão vinculados a espaços formalizados de produção científica, rompe com a lógica hegemônica da universidade como único lugar da construção do saber.

Este Dossiê é, portanto, um convite: a escutar outras vozes, a reconhecer outros saberes, a imaginar outras formas de fazer ciência e construir futuro. Que ele possa inspirar práticas de pesquisa mais comprometidas com a justiça social, racial e climática, e contribuir para a consolidação de uma agenda climática realmente inclusiva, realizada com e pelos territórios.

Boa leitura! ■



INTRODUÇÃO



REPOSICIONANDO A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CARTOGRAFIAS, MEMÓRIAS E INSURGÊNCIAS

Historicamente, grande parte da ciência realizada do outro lado do Atlântico (Norte-Global) tem se movimentado em direção ao reforço das estruturas coloniais de poder, e isso aparece a partir da elaboração de categorias unificadoras e conceitos que são utilizados para negar o caráter científico de outras formas de conhecimento.

A

AS REALIZAÇÕES IMPOSTAS em nome de uma suposta modernização e de um desenvolvimento de cima para baixo têm ocasionado inúmeros processos de exclusão, dominação e subordinação de sujeitos, em especial, com base em raça e gênero, assim como a expropriação de direitos básicos e a produção de zonas de sacrifícios nas ex-colônias.

O conhecimento influenciado pelo modelo colonial, o mesmo vetor de degradação ambiental, tem favorecido empreendimentos, projetos, políticas públicas e propostas de solução para desafios climáticos, sociais, ambientais e econômicos. Esse modelo de abordagem, que impõe diagnósticos e intervenções "de fora para dentro", desconsidera as especificidades do território, suas culturas, suas tecnologias sociais e seus modos próprios de organização.

A urgência em transformar a forma como produzimos conhecimento não é apenas um gesto técnico ou acadêmico, mas uma escolha ética e política. Essa inquietação metodológica guiou tanto o Programa de Fellowship, quanto à construção deste material, justamente por compreendermos a inadequação dos modelos tradicionais que não dão conta da complexidade das experiências vividas, especialmente por grupos historicamente silenciados. Quando insistimos em métodos lineares e em estruturas rígidas que tratam os sujeitos como objetos, desconsideramos as múltiplas categorias, como raça, gênero, território, memória e afetividade que constituem o cotidiano das pessoas, dos territórios e dos próprios pesquisadores. A pesquisa que nasce do território, da escuta, do corpo e da vivência precisa de formas que respeitem essa origem. Formas metodológicas que não sejam modelos impostos, mas caminhos abertos, construídos no processo e a partir das relações.

Adotar práticas metodológicas insurgentes é reivindicar uma ciência que reconheça a potência do vivido como saber legítimo. Essas metodologias não apenas deslocam o lugar do pesquisador, mas também reconfiguram o próprio fazer científico ao valorizar a escrevivência, a escuta, a orali-

dade, a memória e o corpo como instrumentos teóricos. Ao invés de suprimir os afetos e os atravessamentos pessoais, elas os acolhem como parte essencial da produção de conhecimento.

Nesse sentido, do lado de cá, entendemos que a produção de conhecimento a partir de metodologias participativas, como as cartografias e relatos produzidos neste Dossiê, são indispensáveis para fortalecer um conhecimento que se opõe a uma suposta universalidade da ciência, com a proposição de métodos, teorias e resultados empíricos a partir de lentes diversas.

MAIS DO QUE ISSO:

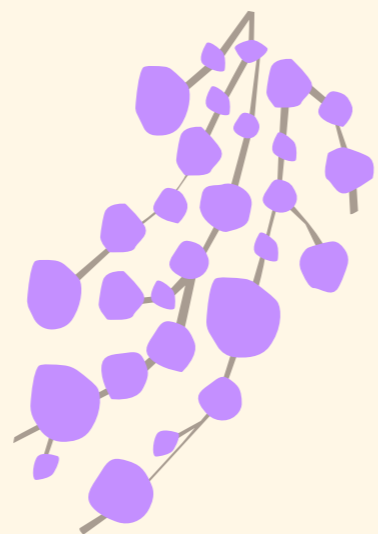
- I. reconhecemos a contribuição construtiva da diversidade cultural para a produção das ciências;
- II. incentivamos a construção de outras saídas e soluções;
- III. e confrontamos uma ciência que nega o caráter igualmente científico de outras formas de conhecimento.

Ao idealizar pesquisas e dados a partir de diversas ordens epistêmicas, isto é, utilizando outras teorias de conhecimento, geográficas, econômicas, políticas, sociais e culturais que permeiam o território brasileiro (de ponta a ponta) e as populações negras e afrodescendentes, este material enfatiza as diversas maneiras de ver, entender e ex-

plicar o mundo como um dos eixos centrais para a promoção de justiça climática e combate ao racismo ambiental.

Buscamos considerar cada contexto e território aqui narrados a partir de suas respectivas realidades e socioterritorialidades, entendendo que a construção do saber científico, seja para compreender e incidir na sociedade em geral, seja para promover a justiça climática em particular, só é plenamente possível por meio do reconhecimento da multiplicidade étnico-racial e da valorização das práticas, crenças, convicções e experiências locais.

Não se trata apenas de um material restrito às práticas e conceitos baseados no que é convencionalmente considerado tradicional, mas daquilo que podemos considerar particular e característico dos territórios, dos sujeitos e da natureza local que está em constante movimento e integrado às práticas tradicionais. Até porque, historicamente e politicamente, a noção de tradição é frequentemente colocada de maneira equivocada em oposição ao que se caracteriza como moderno. ■



A urgência em transformar a forma como produzimos conhecimento não é apenas um gesto técnico ou acadêmico, mas uma escolha ética e política.



O PROGRAMA
DE BOLSAS
DE PESQUISA
E AÇÃO
TERRITORIAL
DO CBJC:

**A CONSTRUÇÃO
DE UMA CIÊNCIA
COLETIVA**

OBJETIVO

O primeiro Programa de Fellowship de Justiça Climática (Bolsas de Pesquisa e Ação Territorial) coordenado pelo Eixo de Pesquisa e Dados do Centro Brasileiro de Justiça Climática (CBJC) cumpre a missão da instituição em:

- I. Investigar e analisar os principais desafios enfrentados, conquistas e problemáticas que envolvam as populações negras (levando em consideração a respectiva diversidade) nas 5 regiões do país integrado às categorias de justiça climática, racismo ambiental e mudanças climáticas;
- II. Construir diagnósticos com base em metodologias participativas;
- III. Desenvolver pesquisas, dados e informações com linguagem acessível;
- IV. Apresentar o CBJC como uma fonte segura e fundamentada de dados e pesquisas sobre justiça climática integrado às discussões sobre racismo ambiental, populações negras e afrodescendentes no Brasil;
- V. Promover pesquisas e informações de caráter popular, democrático e transgressor, utilizando ferramentas metodológicas diversas com geração cidadã de dados em perspectivas epistemológicas críticas e decoloniais.

ETAPA 1 - SELEÇÃO DOS PESQUISADORES

Desse modo, com a publicação deste Dossiê, com a tarefa primária de corresponder a missão do CBJC, reunimos oito jovens pesquisadoras e pesquisadores negras e negros das cinco regiões do Brasil produzindo conhecimento ao mesmo tempo que promovem justiça climática a partir de suas respectivas realidades e reflexões:

1 NORTE**1** Arlan Seabra

Quilombo do Abacatal, PA

Socioterritorialidade, racismo ambiental e insurgências frente ao avanço de grandes projetos na Amazônia paraense

2 Waleska QueirozBelém, PA
Baixada da Terra Firme

Interseção entre Saneamento Básico, Vulnerabilidade Socioambiental e Justiça Climática: Cartografando Desafios e Memórias da Baixada da Terra Firme

3 NORDESTE**3** Beatriz Souza

Territórios pesqueiros do Cabo de Santo Agostinho, PE.

Interseção entre Saneamento Básico, Vulnerabilidade Socioambiental e Justiça Climática: Cartografando Desafios e Memórias da Baixada da Terra Firme

4 Josiel AlvesSão João do Tigre, PB
Comunidade Quilombola Cacimba Nova

Cartografia sociocultural Quilombo Cacimba Nova, São João Do Tigre-PB: Processos organizativos e reivindicatórios dos direitos quilombolas

5 CENTRO OESTE**5** Geovana RochaBrasília - DF
Assentamento Oziel Alves III, localizado em Planaltina, no Distrito Federal

Cartografia social do fogo como ferramenta de reconstrução da memória territorial e enfrentamento aos impactos socioambientais causados por incêndios em comunidades do Cerrado

6 SUDESTE**6** Nataly VolcatiVitória, ES
Bairro Grande Vitória

Conflitos e disputas nas relações costeiras entre os pescadores e as agências públicas em Vitória/ES

7 Juliana CoutinhoNova Iguaçu, RJ
Queimados, RJ

Justiça Climática e adaptação urbana: protagonismo de mulheres negras na Baixada Fluminense

8 SUL**8** Luana de Brito

Bom Retiro do Sul, RS

Corpo, território e urgências climáticas: Cartografia da memória de uma mulher preta pesquisadora no sul do Brasil



O Programa também corresponde a um dos objetivos do CBJC em apoiar pesquisadoras e pesquisadores que não estão necessariamente inseridos em espaços formalizados de educação, como as universidades dos centros urbanos e instituições de pesquisa, mas que, de muitas outras formas, estão construindo ações e incidindo sobre os seus próprios territórios, resultando em materiais de pesquisa inovadores e de enorme potencial científico, por isso mesmo intitulamos Bolsas de Pesquisa e Ações Territoriais.

ETAPA 2 - ALINHAMENTO METODOLÓGICO

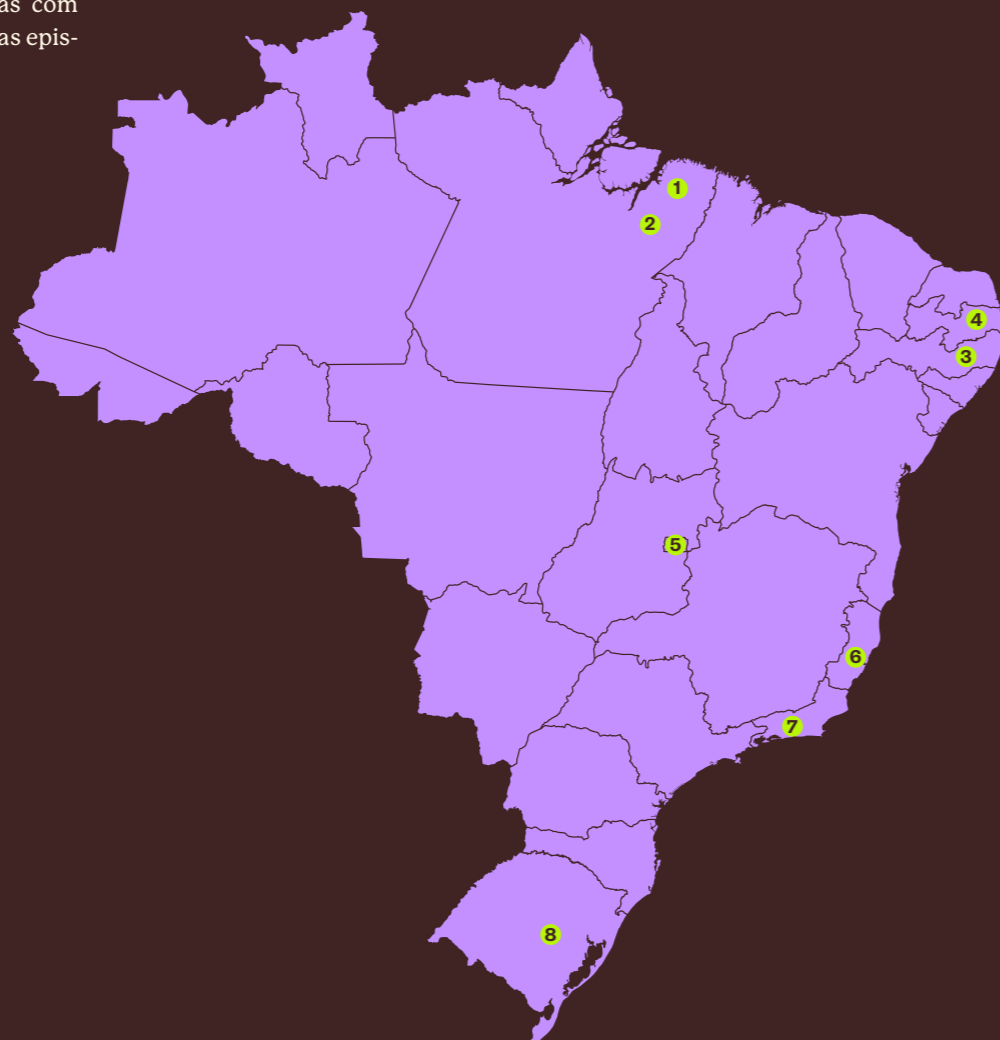
O ponto de partida metodológico proposto pelo CBJC foi a cartografia social e, para isso, construímos coletivamente uma lista pré-estabelecida de perguntas norteadoras que orientaram cada um dos processos desenvolvidos para construção do que chamamos de “Questão de Pesquisa”. Como aspecto de reavaliação do andamento do Programa, passamos a utilizar o termo Questão de Pesquisa de maneira intencional, porque além de considerarmos o termo mais adequado, pois abre possibilidades para múltiplas perspectivas (múltiplas questões), a concepção de “Questão” se opõe à ideia de “Problema de Pesquisa”, muito utilizada pela produção de conhecimento eurocêntrica.

PERGUNTAS NORTEADORAS PARA CONSTRUÇÃO DA QUESTÃO DE PESQUISA:

- Qual é o tema (fenômeno ou questão) que você pretende investigar?
- Qual é a justificativa para a escolha dessa questão de pesquisa?

- Há estudos prévios sobre essa temática?
- Quais serão as principais categorias e conceitos que você vai utilizar para a produção da cartografia social?
- Qual é o contexto da pesquisa?
- Quais são os fatores que originaram essa questão de pesquisa?
- Além da cartografia social, há outra metodologia que você gostaria de utilizar para produzir este estudo?
- Quais são os principais desafios para trabalhar esta questão de pesquisa?
- Qual é o recorte espacial? Quem é o sujeito de sua pesquisa?

Durante as atividades e ações propostas pelo Programa, percebemos a necessidade de considerar a abertura para novos caminhos metodológicos para além do que havia sido proposto inicialmente, entendendo que estamos diante de repertórios individuais e coletivos que não estão encapsulados ou condicionados a análises padronizadas de se fazer ciência. Assim, considerando, inclusive, todos os sujeitos envolvidos nos trabalhos como produtoras e produtores de conhecimento e ciência, desde as mulheres pescadoras, no Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, passando pela comunidade quilombola do Abacatal, em Ananindeua, no Pará, cruzando o país até chegar no Sul do Brasil, com as mulheres negras impactadas pela vulnerabilidade climática extrema.



ETAPA 3 - ENCONTROS E FORMAÇÕES

O Programa teve duração de três meses, incluindo encontros virtuais semanais, para realização de oficinas, formações e debates coletivos nas seguintes temáticas:

TEMA	FACILITAÇÃO
DIA DE ESCUTA: O QUE É RACISMO AMBIENTAL E JUSTIÇA CLIMÁTICA? UMA ANÁLISE PESSOAL E COLETIVA.	Debate coletivo
FUNDAMENTOS DE JUSTIÇA CLIMÁTICA E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: POLÍTICA E GOVERNANÇA CLIMÁTICA, ADAPTAÇÃO, MITIGAÇÃO E REPARAÇÃO	Anne Heloise (Coordenadora de Educação Climática no CBJC)
ESTAMOS TODOS NA MESMA PÁGINA? POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS (PIQCTS) E PERIFERIAS	Beatriz Lima (Andirobeira e representante do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT) Ana Maria (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB) Eliete Paraguassu (Vereadora do município de Salvador, quilombola, pescadora e marisqueira) Mariangela (Apanhadora de Flores Sempre Vivas e representante da CODECEX) Josiel Alves (quilombola, bolsista do CBJC e representante da Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba - CECNEQ/PB)
METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NA PROMOÇÃO DE JUSTIÇA CLIMÁTICA E EQUIDADE RACIAL	Karina de Paula Carvalho (quilombola, pesquisadora e doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA/UFRRJ)
MAPEAMENTO PARTICIPATIVO COM ENFOQUE EM DADOS E ESTATÍSTICA DESCRITIVA (PARTE 1)	Fernanda Antelo (Pesquisadora e Doutora de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA/UFRRJ)
MAPEAMENTO PARTICIPATIVO COM ENFOQUE EM DADOS E ESTATÍSTICA DESCRITIVA (PARTE 2)	
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS DIGITAIS (PARTE 1)	Victoria Alves (Mestra em Políticas Públicas em Direitos Humanos - UFRJ)
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS DIGITAIS (PARTE 2)	
POR UMA CARTOGRAFIA SOCIAL NEGRA NA PROMOÇÃO DE JUSTIÇA CLIMÁTICA (PARTE 1)	Nathan Dourado (pesquisador e doutorando em Geografia - UFBA)
POR UMA CARTOGRAFIA SOCIAL NEGRA NA PROMOÇÃO DE JUSTIÇA CLIMÁTICA (PARTE 2)	

Após o processo formativo, as pesquisadoras e pesquisadores construíram os estudos a partir de metodologias participativas diversas: cartografia social, grupo focal, escuta ativa e entrevistas semiestruturadas, pesquisa de campo, árvore de memória, linha do tempo e desenhos coletivos.

As metodologias trabalhadas serviram de base para:

I. identificar valores socioeconômicos dos territórios;

II. apresentar elementos indispensáveis para soluções em mitigação e adaptação climática;

III. comprovar a eficácia de tecnologias sociais na promoção de justiça climática;

IV. evidenciar o projeto de sociedade que idealizam.

Dessa forma, as metodologias participativas também possibilitaram uma reflexão profunda sobre as temáticas enfrentadas nos territórios a partir da multiplicidade de pensamentos dos sujeitos de interesse. A exemplo da metodologia de escuta ativa, é especialmente importante destacar, porque representa um espaço de escuta coletiva onde todas as pessoas, conhecimento e percepções possuem o mesmo valor, construindo um ambiente comum. Esse método se fundamenta na eficiência da oralidade, na utilização da memória como instrumento de pesquisa, no conhecimento coletivo, no compartilhamento de experiências e na valorização dos saberes interseccionais, garantindo que diferentes perspectivas sejam consideradas como conhecimentos primordiais para as estratégias de enfrentamento e/ou diagnósticos dos temas abordados.

ETAPA 4: PESQUISAS DE CAMPO

A etapa de pesquisa de campo representou um dos momentos centrais do Programa de Bolsas de Pesquisa e Ação Territorial do CBJC. Foi o momento em que os bolsistas colocaram em prática suas propostas, estabelecendo uma conexão direta com os territórios por eles escolhidos – territórios que, em muitos casos, são os seus próprios lugares de origem, militância, atuação comunitária ou inserção acadêmico-política.

Partindo de uma abordagem territorializada, cada pesquisador e pesquisadora teve a tarefa de desenhar e implementar sua pesquisa em diálogo com as comunidades, coletivos e lideranças locais, respeitando suas dinâmicas, tempos e saberes.

Esse processo exigiu, antes de mais nada, uma escuta atenta e uma pactuação com os territórios. Cada pesquisa de campo foi precedida

CADA PESQUISADOR E PESQUISADORA TAMBÉM PRODUZIU UM TEXTO AUTORAL COM SUAS PERCEPÇÕES E APRENDIZADOS PESSOAIS, ALÉM DE ORGANIZAR OS RESULTADOS DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS UTILIZADAS – QUE VARIARAM CONFORME OS CONTEXTOS E ESCOLHAS DE CADA TERRITÓRIO

por acordos coletivos sobre o modo como ocorreria a atuação local: quais seriam os dias e horários mais adequados, quais metodologias seriam aplicadas, quem seriam os participantes, quais registros seriam realizados e como os resultados seriam compartilhados. Para isso, os bolsistas elaboraram documentos orientadores detalhando o processo da pesquisa: perguntas norteadoras, duração prevista, recursos necessários, estratégias de mobilização, e acordos sobre o uso de imagem e informações sensíveis. Esses materiais foram fundamentais para garantir a transparência do processo e o respeito mútuo entre pesquisador e comunidade.

Todo esse percurso foi acompanhado por uma tutoria oferecida pelo Centro Brasileiro de Justiça Climática, que deu suporte metodológico e institucional, além de orientações práticas e logísticas. Também foram oferecidos modelos de termos de consentimento, checklists de campo e orientações sobre os registros fotográficos, audiovisuais e textuais, sempre com o objetivo de preservar o conforto e a segurança de todas as pessoas envolvidas.

A pesquisa de campo se dividiu, portanto, em três fases principais: a pré-produção (com planejamento, pactuação e organização), a implementação (com a realização das atividades participativas nos territórios) e a consolidação dos dados. Essa última fase envolveu a sistematização das informações coletadas em diferentes formatos: textos, cartografias sociais, linhas do tempo, árvores de memória, registros audiovisuais e narrativas pessoais. Além disso, cada pesquisador e pesquisadora elaborou um relato reflexivo e pesquisado sobre como foi conduzir e aprender com o processo de pesquisa.

ETAPA 5: ENTREGAS

A etapa de entregas foi responsável por reunir e sistematizar os produtos gerados ao longo do processo de pesquisa. Mais do que uma fase conclu-

siva, ela foi pensada como um momento de consolidação do percurso vivido: da escuta ao território, da produção coletiva à reflexão individual, das práticas metodológicas à organização dos dados e narrativas. Durante o programa, os bolsistas realizaram entregas parciais e contínuas, que foram fundamentais para o acompanhamento da evolução de cada pesquisa. Entre elas, destacam-se os relatórios de campo, relatos reflexivos, gravação de entrevistas e relatos individuais, produção de cartografias sociais, digitalização de desenhos e outros registros construídos com as comunidades.

Cada pesquisador e pesquisadora também produziu um texto autoral com suas percepções e aprendizados pessoais, além de organizar os resultados das metodologias participativas utilizadas — que variaram conforme os contextos e escolhas de cada território. Todo o material foi compartimentado e organizado pela equipe do Eixo de Pesquisa do CBJC., contendo documentos textuais, produções audiovisuais, cartografias

Esse processo de documentação garantiu a integridade da produção realizada ao longo do fellowship e contribuiu para a construção de um acervo vivo, territorializado e acessível, que dá corpo ao Dossiê e potencializa sua difusão. ■

CONHEÇA OS FELLOWS

E

STE DOSSIÊ NASCE do encontro de oito pesquisadores negros de diferentes regiões do Brasil. Cada um dos bolsistas traz uma perspectiva única, moldada por seus territórios, culturas e experiências, que se cruzam na construção desse material. De diferentes regiões e com focos variados de pesquisas, apresentam realidades distintas, embora tenham como ponto comum o enfrentamento das desigualdades ambientais e sociais. Seja pela ação direta em comunidades periféricas e rurais, pela

defesa de saberes ancestrais ou pelos estudos e incidência em políticas públicas. Estas perspectivas ampliam o entendimento sobre os impactos da crise climática e revelam como é possível construir soluções mais justas, equiparadas às necessidades de cada território.

A seguir, apresentamos quem são esses pesquisadores e pesquisadoras e como foi a trajetória de cada um, ao compartilhar suas experiências durante o programa.



NORTE



ARLAN SEABRA

Pesquisador e ativista socioambiental nascido, criado e morador da Amazônia Paraense, tem sua trajetória marcada pelo território. Cientista social e especialista em Educação Ambiental e Sustentabilidade pela Universidade Federal do Pará- UFPA. Integra o grupo de pesquisa Grandes Projetos na Amazônia (GPA/NUMA/UFPA). Atua com conflitos socioambientais, justiça climática, educação ambiental anticapitalista, conflitos fundiários, racismo ambiental e relações étnico-raciais, com enfoque interdisciplinar. Enxerga a ciência como instrumento político da luta coletiva por soluções integradas e justas para os desafios sociais.

SOBRE A PESQUISA:

“A pesquisa feita no quilombo do Abacatal reuniu vários olhares da comunidade para entender como as mudanças climáticas e os grandes empreendimentos que cercam o território produzem consequências nas suas socioterritorialidades, a partir de metodologias participativas.

No processo do trabalho de campo, pudemos construir coletivamente diversos produtos que abordassem a luta por justiça climática e as diversas violações de direitos, frutos do racismo ambiental.

Nesse processo, a pressão do avanço urbano e a consequente degradação de áreas preservadas foi trazida como um grande desafio. Percebemos, também, que a resistência passa pelo diálogo intergeracional e pela organização coletiva. Os resultados reforçam a força das lideranças quilombolas na defesa do território e nos levou à percepção de que a crise climática só é realmente combatida através da garantia dos direitos dos territórios tradicionais e coletivos.”



WALESKA QUEIROZ

Engenheira sanitária e ambiental, mestra em Cidades Inteligentes e Sustentáveis e pesquisadora com foco em justiça climática. Natural da baixada da Terra Firme, em Belém do Pará, desenvolve uma atuação destacada em programas como o Climate Skills e o Boto Fé no Clima. É cofundadora do Observatório das Baixadas, integrante da Coalizão COP das Baixadas e membra da rede PerifaConnection. Atua com advocacy a partir de uma perspectiva interseccional de raça, gênero e território, em prol da justiça social, territorial e climática. Realiza incidência política em defesa das periferias e da participação popular, tendo participado das COPs 28 e 29, além da COY19 e da Cúpula das Juventudes 2025.

SOBRE A PESQUISA:

“Minha pesquisa utilizou a cartografia social e a história oral para mapear a relação entre saneamento básico, vulnerabilidade socioambiental e justiça climática na baixada da Terra Firme, em Belém (PA), uma das periferias mais populosas da cidade. A metodologia foi construída a partir das vivências dos moradores, articulando saberes populares e científicos para compreender os impactos da ausência de saneamento básico e os danos causados à população, como a falta de água, o descarte inadequado de resíduos e os alagamentos frequentes. As diversas perspectivas revelaram desigualdades agravadas pela emergência climática, dificuldades no acesso a dados públicos e a baixa inclusão da população nos processos de tomada de decisão. Apesar das omissões históricas, a dinâmica da “árvore de memórias” possibilitou o resgate das narrativas afetivas e das potências do bairro, revelando a Terra Firme como território vivo, marcado pela resistência e reinvenção cotidiana. O estudo reforça a urgência de políticas públicas que reconheçam as especificidades das periferias urbanas e posiciona a cartografia social como uma ferramenta estratégica para fortalecer a justiça climática, ao tornar visíveis as lideranças, experiências e saberes de quem historicamente vive a cidade a partir das margens.”



No processo do trabalho de campo, pudemos construir coletivamente diversos produtos que abordaram a luta por justiça climática e as diversas violações de direitos, frutos do racismo ambiental.

ARLAN SEABRA

NORDESTE

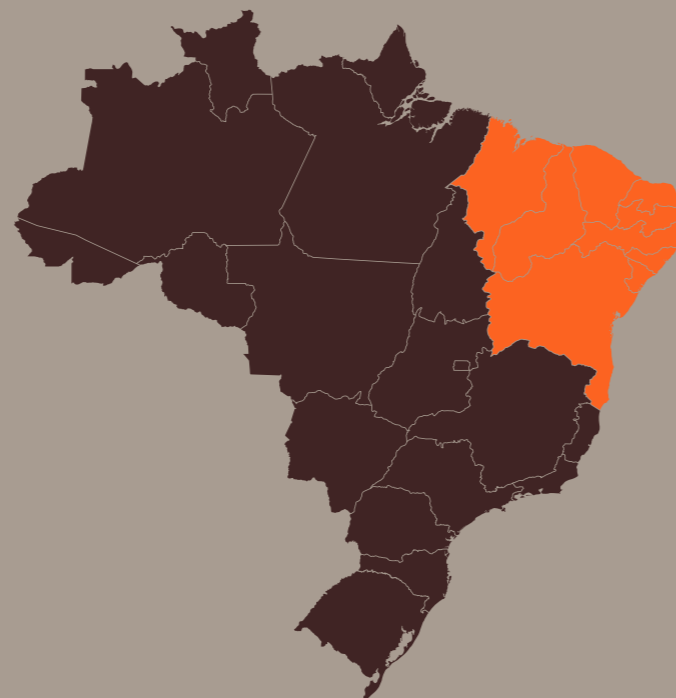
BEATRIZ SOUZA

Professora de geografia e pesquisadora, multiartista, ativista e produtora cultural. Beatriz Souza é do Cabo de Santo Agostinho, Região Metropolitana do Recife, Pernambuco. Está no fim da graduação de Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), Campus Recife, estuda geografia política com foco em territorialidades, atua na cultura popular e é ativista pelos direitos das juventudes.

SOBRE A PESQUISA:

“Toda a experiência que antecedeu o mapeamento em si foi tão importante quanto o mapeamento. Pude conhecer melhor o CBJC e as pessoas que o fazem, e a grande importância de haver um grupo sério debatendo e visibilizando pautas necessárias que compõem todo o país. Conheci o trabalho dos outros bolsistas e pude nesse processo me inspirar, já que compartilhamos nossas visões e experiências. Juntos tivemos diálogos importantíssimos e formações que tornaram nossa jornada de pesquisa e ação ainda mais significativa.

Nunca havia feito um trabalho utilizando essas metodologias, principalmente a cartografia social, que deve ser cada vez mais necessária nos estudos e planejamentos comunitários. Essa experiência me fez reconectar com minha cidade e com a vivência de outras mulheres, me fez refletir sobre o que é realmente importante de se estudar, e como eu posso utilizar meus instrumentos metodológicos como ferramenta de contribuição para algo maior. Me fez ter certeza de que o caminho que venho percorrendo conflui com o que quero me tornar.”



JOSIEL ALVES

Pesquisador quilombola, comunicador e educador popular, formado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande/CDSA e Mestrando no Programa de Antropologia Social-PPGAS na UFRN. Especialização em Educação Ambiental com ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis (UFPEL), Graduando na segunda licenciatura em Educação Escolar Quilombola (UFPG/CDSA). Áreas de atuação em Comunidades Quilombolas; Antropologia, Antropologia territorial; Povos e Comunidades Tradicionais; Protocolos de consulta; Etnicidade: Juventudes Quilombolas e Camponesas; Relações Étnicas-Raciais; Comunicação popular e projetos sociais.

SOBRE A PESQUISA:

“A elaboração das Cartografias Negras, em parceria com o Centro Brasileiro de Justiça Climática (CBJC), abriu portas para um vasto universo de conhecimentos e para a exploração de novos métodos. Essa experiência também possibilitou uma integração rica com os bolsistas, provenientes de diversas regiões do Brasil. Cada região é única, com suas especificidades, mas com algumas problemáticas em comum. A interação entre nós gerou resultados significativos nas produções de cada um, especialmente porque todos já trazem consigo uma vasta experiência, seja no ambiente acadêmico ou no campo da luta pela defesa dos territórios e pela busca por justiça climática.”



Nunca havia feito um trabalho utilizando essas metodologias, principalmente a cartografia social, que deve ser cada vez mais necessária nos estudos e planejamentos comunitários. Essa experiência fez-me reconectar com minha cidade e com a vivência de outras mulheres, fez-me refletir sobre o que é realmente importante de se estudar

BEATRIZ SOUZA

SUDESTE



JULIANA COUTINHO

Palestrante, consultora, pesquisadora, historiadora, poeta e cria da Baixada Fluminense. Filha da Dona Rose, atuou como Presidente e Secretária Executiva do Conselho de Meio Ambiente de Queimados e do Conselho Municipal da Criança e Adolescente. Relações Públicas da Visão Coop. Articuladora do Movimento Mulheres Negras Decidem. Apresentadora do Filme “Como sobreviver ao Racismo Ambiental”. Constrói a Agenda Queimados 2030, agente de advocacy da Ação da Cidadania, Integrante e co-fundadora da Coalizão O Clima de Mudança. Foi educadora popular e professora de dança. Ajudou a construir a Confluência das Favelas.

SOBRE A PESQUISA:

“Minha pesquisa buscou conectar o envolvimento que construímos com a Terra e com o território onde vivemos, partindo das adversidades, da ausência do poder público e da falta de representatividade da memória desses lugares. Essa cartografia traz a vivência de mulheres, sobretudo negras, que devolvem ao território tudo aquilo que lhes é

de direito. São pessoas que vivem as violências, mas também o afeto, que não desejam sair porque ali estão suas histórias, memórias e possibilidades de existir. Falar de memória é falar de ausências e das lacunas deixadas pela colonialidade — a continuidade do colonialismo. É essencial resgatar as memórias dessas mulheres sistematicamente apagadas pelo poder público, negligenciadas pela academia e invisibilizadas, mesmo ao compartilhar suas oralidades e tecnologias.

Elas constroem soluções e reduzem impactos ambientais. A memória se reconstrói nas adversidades, como as crises climáticas. Afinal, o conhecimento produzido por essas mulheres — por meio da vivência e da ancestralidade — é também ciência.”

Essa cartografia traz a vivência de mulheres, sobretudo negras, que devolvem ao território tudo aquilo que lhes é de direito. São pessoas que vivem as violências, mas também o afeto, que não desejam sair porque ali estão suas histórias, memórias e possibilidades de existir.

JULIANA COUTINHO

NATALY VOLCATI

Socióloga com foco em territórios negros e cidades sustentáveis Nataly Volcati atua como Head de Pesquisa e Inteligência de Dados no Instituto Das Pretas.Org. Cientista Social (UFES), especialista em Gestão de Projetos Culturais (CELACC/USP) e especialista em Cidades Sustentáveis (EESP), a pesquisadora realiza projetos culturais articulando a transformação socioambiental periférica em torno da memória, do território e das identidades, tendo a cultura como inteligência para realizar atividades de pesquisas que culminam em produtos multilinguagens nos segmentos da ciência, da cultura e da arte.

SOBRE A PESQUISA:

“A experiência do fellowship em meu próprio bairro constatou uma coisa que já é um fato consumado para nós pesquisadores de campo: na prática, a teoria é outra. Pesquisar meu próprio bairro me fez sentir uma estrangeira, principalmente porque eu queria levar os conceitos como justiça climática, racismo ambiental e todos os outros relativos aos problemas ambientais e aos mitos da sustentabilidade. Mas ainda bem que eu fui confrontada com a realidade de tal forma que não precisei levá-los — eles me foram apresentados. Assim, o campo me revelou o óbvio: o básico é negado e a sobrevivência é criminalizada. Meu papel era tão somente transcrever, não traduzir.”



CENTRO-OESTE



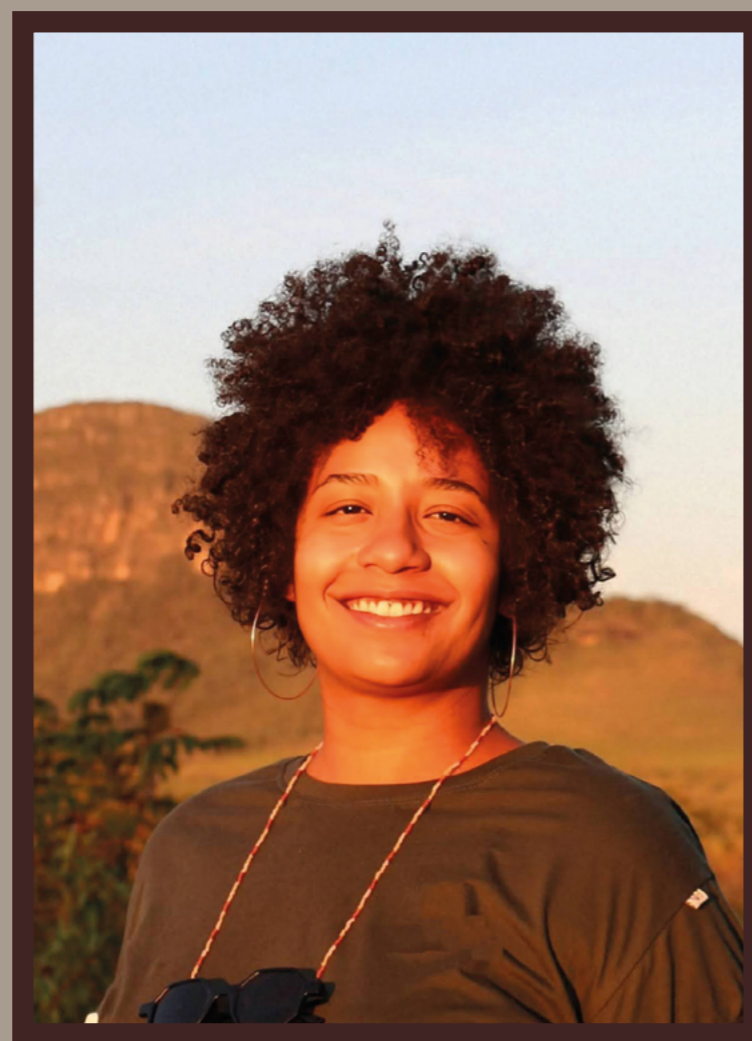
GEOVANA ROCHA

Engenheira Florestal formada pela Universidade de Brasília - UnB. Especializada em assessoria técnica voltada para o habitat, agroecologia, economia solidária e saúde ecossistêmica também na Unb. Atualmente, cursa a pós-graduação em Geoprocessamento na Universidade Federal do ABC. Apaixonada pelo bioma Cerrado e pelos saberes dos povos cerratenses, me dedicando a projetos socioambientais, onde busco contribuir para a preservação e valorização deste bioma único e de suas tradições.

SOBRE A PESQUISA:

“A pesquisa sobre cartografia social no Assentamento Oziel Alves III (Distrito Federal) reuniu saberes comunitários e metodologias participativas para mapear desafios e estratégias de manejo integrado do fogo. A diversidade de perspectivas fortaleceu o estudo, evidenciando a importância do conhecimento local na construção de soluções territoriais.

O processo revelou desafios como a recorrência dos incêndios e a necessidade de ampliar a mobilização e a captação de recursos. No entanto, também trouxe aprendizados importantes, como o fortalecimento da organização comunitária e o uso da cartografia social para planejar ações coletivas. Os resultados indicam caminhos para a prevenção e gestão integrada do fogo no território.”



O processo revelou desafios como a recorrência dos incêndios e a necessidade de ampliar a mobilização e a captação de recursos.

GEOVANA ROCHA

SUL



LUANA DE BRITO

Cientista Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e ativista no campo da alimentação. Integrou e foi bolsista de pesquisa na UFRGS Grupo de Segurança Alimentar Quilombola - Escola de Enfermagem e Programa de Pós Graduação em Epidemiologia - UFRGS onde iniciou a graduação em Ciências Sociais. Já na UFSC- integra Lupa-Laboratório Universitário de Políticas, Direitos, Conflitos e Antropologia, sediado no PPGAS/UFSC e a Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (TearSAN), sediado no PPGN/UFSC . Com destaque na representação em redes, articulação e movimentos sociais. Atuando principalmente nos seguintes temas: Direito Humano a Alimentação Adequada, Soberania Segurança Alimentar e Nutricional na perspectiva do feminismo negro e interseccional

SOBRE A PESQUISA:

“Minha pesquisa utilizou a cartografia da memória para mapear a relação entre o campo em que atuo como pesquisadora e ativista alimentar desde 2014, abordando mudanças e justiça climática, soberania e segurança alimentar e nutricional, e o direito humano à alimentação adequada. A partir

da perspectiva da interseccionalidade climática e da justiça climática, trago a experiência de uma pesquisadora negra atuando no/do Sul do Brasil e para além dele. A metodologia foi baseada em minhas vivências e experiências em campos científicos, buscando compreender os desafios enfrentados. A temporalidade da pesquisa incorporou o período da minha atuação na Rede de Mulheres Negras para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDESSAN), que foi até 2021, assim como incorporou minha trajetória pessoal e como pesquisadora alimentar na UFRGS e na UFSC. O estudo contribui para um olhar mais atento sobre a relação entre tempo e alimentação, evidenciando como o debate sobre justiça e mudanças climáticas está intrinsecamente ligado ao acesso a uma alimentação adequada e saudável para todos.” ■

A partir da perspectiva da interseccionalidade climática e da justiça climática, trago a experiência de uma pesquisadora negra atuando no Sul do Brasil

LUANA DE BRITO



3

CARTOGRAFIAS
NEGRAS **COMO**
PRODUÇÃO DE
CIÊNCIA LOCAL

DESCOLONIZAR O CONHECIMENTO É CRUCIAL PARA DEBATER JUSTIÇA CLIMÁTICA MUITAS SOLUÇÕES QUE BUSCAMOS JÁ EXISTEM NOS TERRITÓRIOS

AO INTEGRAR DIFERENTES
ATORES SOCIAIS E PERMITIR
QUE SUAS VOZES SEJAM
AMPLIFICADAS, AS ABORDAGENS
UTILIZADAS TAMBÉM PERMITIRAM
A CONSTRUÇÃO DE UMA ANÁLISE
COLETIVA SOBRE OS DESAFIOS
E CONQUISTAS ATRAVÉS DE
UM ESPAÇO HORIZONTAL,
PROMOVENDO LEGITIMIDADE,
REPRESENTATIVIDADE,
CO-RESPONSABILIDADE E
ENGAJAMENTO DOS TERRITÓRIOS
ENVOLVIDOS, FORTALECENDO
A CONSTRUÇÃO CONJUNTA
DE SOLUÇÕES EFICAZES
E ALINHADAS COM SUAS
REALIDADES: O QUE CHAMAMOS
DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO.



DESTACAMOS A IMPORTÂNCIA na utilização dos dados e fontes que são elencados neste material para observar parte do quadro racial brasileiro e suas manifestações regionais, em especial, na construção de uma lógica científica para pensar justiça climática para as populações aqui priorizadas.

Reconhecer e valorizar os territórios analisados neste material é um passo fundamental para a construção de políticas e estratégias de mitigação e adaptação climática eficazes. Isso envolve o engajamento comunitário, a relação das comunidades com o poder público, os recursos disponíveis, como políticas públicas de moradia, saúde, emprego e renda, o reconhecimento e fortalecimento das tecnologias sociais locais e do pertencimento ao território, elementos culturais e de religiosidade.

No contexto da promoção da justiça climática é necessário, principalmente, demonstrar a eficácia

do que anunciamos como tecnologias ancestrais, tanto em contextos urbanos, quanto rurais. A valorização dessas soluções territoriais deve servir como base para a incidência, garantindo a construção de uma agenda climática justa, inclusiva e desenvolvida. Afinal, enfrentar os desafios da crise climática exige reconhecer e fortalecer as estratégias dos próprios territórios, respeitando seus conhecimentos, ancestralidade e ampliando sua capacidade de ação.

Assim, entendemos que este material é crucial para o reconhecimento e valorização efetiva da produção de conhecimento local, de maneira transversal, popular e democrática. Porque se a produção de conhecimento e utilização da ciência é fundamental para construir saídas eficazes para o quadro de emergências climáticas que nos encontramos, é, igualmente fundamental que haja uma descolonização desta produção. ■



AS
DESIGUALDADES
CLIMÁTICAS
NO BRASIL:

**UM PANORAMA
NACIONAL**

JUSTIÇA CLIMÁTICA NO BRASIL SÓ SERÁ POSSÍVEL SE FOR, TAMBÉM, JUSTIÇA RACIAL, DE GÊNERO E TERRITORIAL

O Brasil é um país de dimensões continentais, marcado por uma diversidade geográfica, social, racial, econômica e ambiental. O país abriga diferentes biomas, culturas e modos de vida. Ao mesmo tempo, essa imensidão territorial também revela um quadro de desigualdades históricas profundas e estruturais, que se manifestam de maneira intensa quando observamos os dados sob a lente da justiça climática e racial. Este capítulo busca apresentar um panorama nacional dessas desigualdades, reunindo e sistematizando dados que evidenciam como os riscos e os impactos das mudanças climáticas, assim como o acesso aos recursos e às políticas públicas, estão distribuídos de forma desigual no território.

H

HOJE, CERCA DE 56,7% da população brasileira se autodeclara negra (pretos e pardos), segundo o IBGE. Apesar disso, essa maioria populacional é também aquela que está mais exposta à insegurança alimentar, à ausência de infraestrutura e serviços públicos básicos, aos impactos dos eventos extremos e à negação sistemática de direitos territoriais e sociais. A presença de mais de 8.400 localidades quilombolas, muitas ainda não tituladas, revela uma disputa fundiária permanente, marcada por lentidão institucional, violência, racismo ambiental e exclusão. Dados sobre desmatamento e queimadas revelam como os territórios tradicionalmente ocupados, como terras indígenas, quilombolas e assentamentos extrativistas e de reforma agrária, seguem sendo alvo da vulnerabilidade extrema, assim como alvo preferencial de projetos desenvolvimentistas que ignoram os modos de vida locais e aprofundam a desigualdade ambiental.

A distribuição dos eventos climáticos extremos, como secas, enchentes, alagamentos e deslizamentos, também não é aleatória. Segundo os dados mais recentes, o Nordeste concentra quase 42% dos eventos extremos do país, em especial os de natureza climatológica — secas prolongadas, ondas de calor, chuvas intensas. O Sul, por sua vez, responde por quase 30% desses eventos. No entanto, ao cruzar esses dados com indicadores de renda, raça, acesso à infraestrutura e saneamento básico, percebe-se uma realidade gritante: as regiões Norte e Nordeste, que concentram a maior parte da população negra e empobrecida, são também as que enfrentam maior vulnerabilidade estrutural, ao mesmo tempo, em que dispõem de menos recursos e políticas públicas voltadas à mitigação e adaptação climática.

As discrepâncias regionais ficam ainda mais

77%

dos domicílios com insegurança alimentar no Brasil são chefiados por mulheres.

70,6%

por pessoas negras.

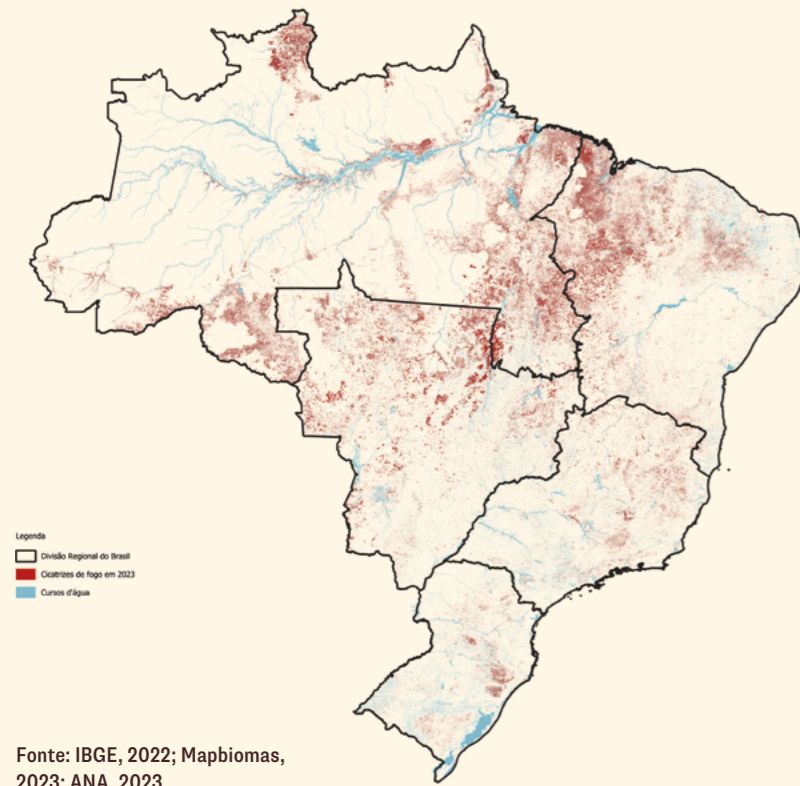
evidentes quando se analisa a renda, o emprego e a segurança alimentar. Segundo dados do PNAD Contínua, 77% dos domicílios com insegurança alimentar no Brasil são chefiados por mulheres, e 70,6% por pessoas negras. Quando se analisa a renda por cor e gênero, as desigualdades se aprofundam: em 2023, enquanto homens brancos recebiam, em média, 3,3 salários mínimos, mulheres negras viviam com apenas 1,5. Esse abismo salarial, aliado à precarização do trabalho e à exclusão das políticas públicas, reforça um ciclo de vulnerabilização que torna essas populações ainda mais expostas às consequências da crise climática.

Em paralelo, o Brasil apresenta uma matriz energética diversa — que inclui hidrelétricas, eólicas, solares, biomassa, gás natural e petróleo —, mas essa diversidade não tem se traduzido em justiça energética. Grandes empreendimentos, como usinas hidrelétricas, fazendas eólicas e solares, têm sido implementados com altos custos sociais e ambientais, afetando comunidades tradicionais e provocando processos de deslocamento forçado, perda de território, impactos à saúde e à cultura local. A distribuição desigual do acesso à água, agravada por fenômenos como as secas no semiárido ou a contaminação de rios e igarapés na Amazônia, evidencia como a infraestrutura hídrica no país também reforça desigualdades históricas.

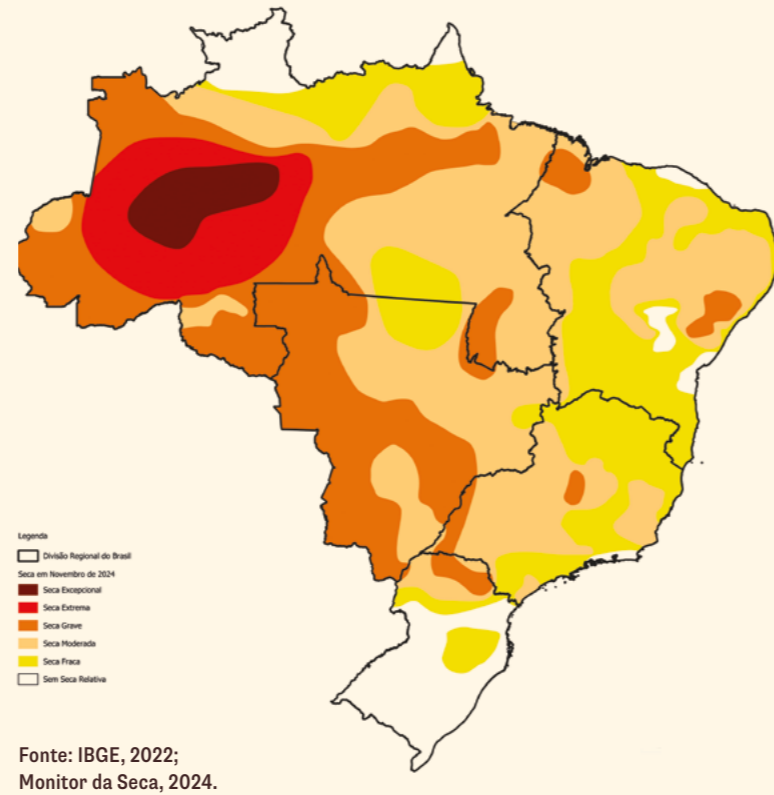
Ao trazer este panorama nacional, o objetivo é oferecer um ponto de partida analítico que evidencie a complexidade e a escala das desigualdades climáticas no Brasil. Nesse sentido, buscamos sistematizar dados amplos — demográficos, socioeconômicos, ambientais e territoriais — para construir uma base comum que permita compreender os capítulos seguintes deste Dossiê. As pesquisas desenvolvidas pelos bolsistas do programa ocorrem em escalas locais, mas dialogam profundamente com esse quadro geral, revelando como as estatísticas nacionais se materializam na escala da vida cotidiana.

As cartografias sociais e metodologias participativas desenvolvidas nas pesquisas locais nos ajudam a dar rosto, corpo e voz aos números. Se os dados nacionais permitem visualizar tendências e desigualdades estruturais, são as narrativas territoriais que humanizam e corporificam essas evidências, revelando camadas que os grandes indicadores, muitas vezes, não conseguem capturar. Assim, este panorama é ao mesmo tempo ponto de partida e ponto de chegada: parte das macroestruturas para reforçar a importância dos microterritórios e termina por mostrar que a justiça climática só será possível se for, também, justiça racial, de gênero, territorial e epistêmica. ■

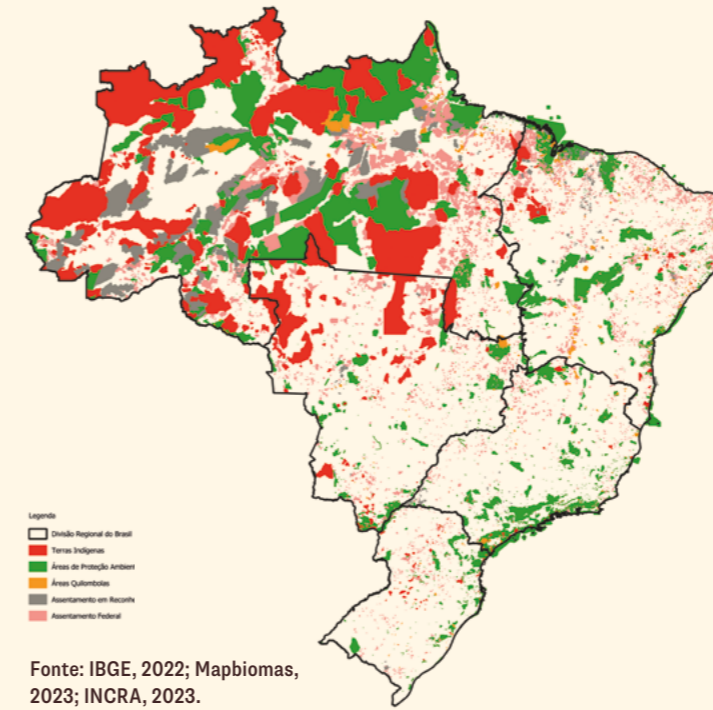
CICATRIZES DE FOGO NO BRASIL



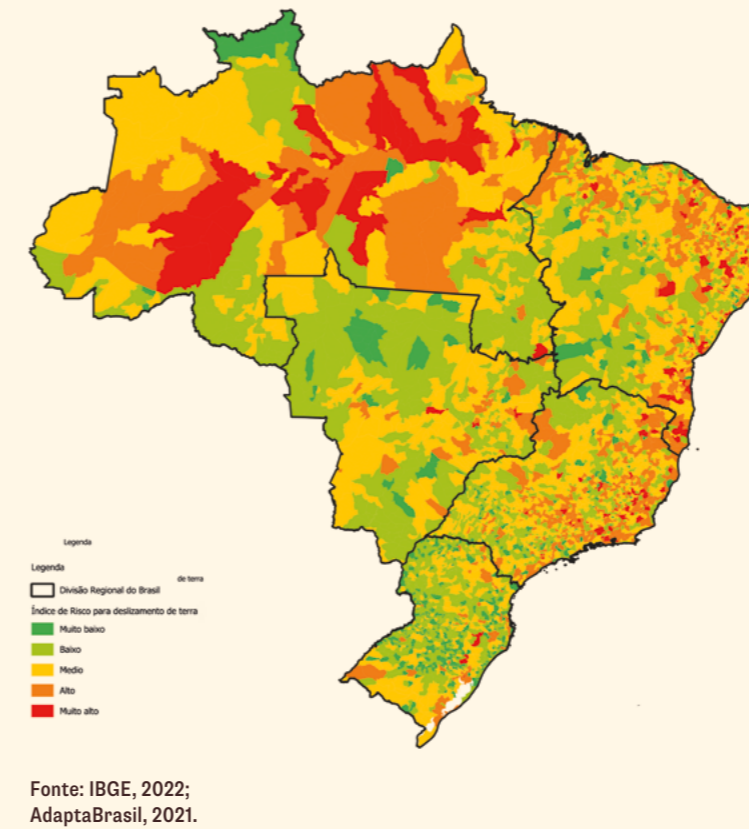
NÍVEIS DE SECA NO BRASIL



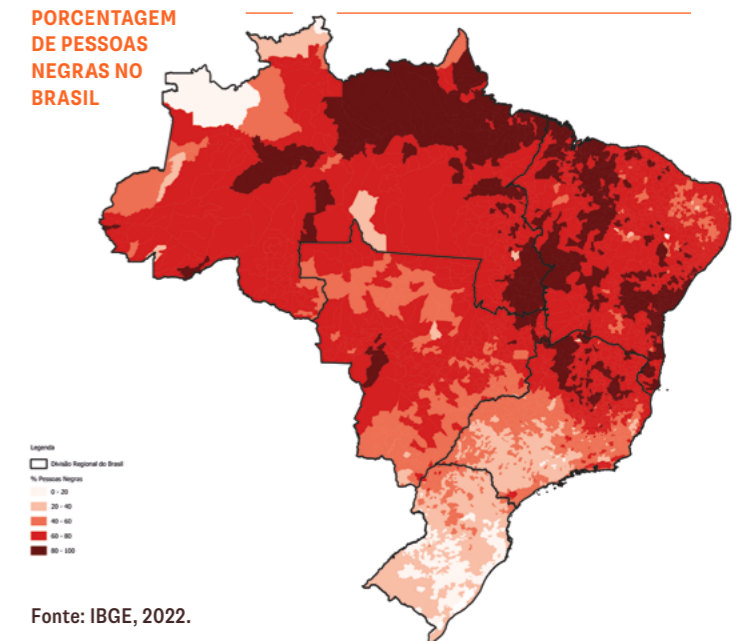
TERRAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, ASSENTAMENTOS DO INCRA E ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL



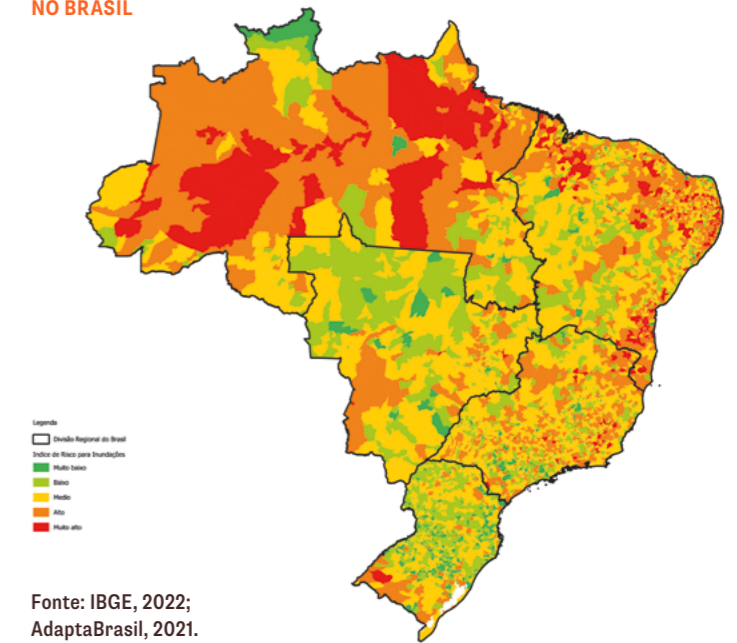
RISCO DE DESLIZAMENTO DE TERRA NO BRASIL



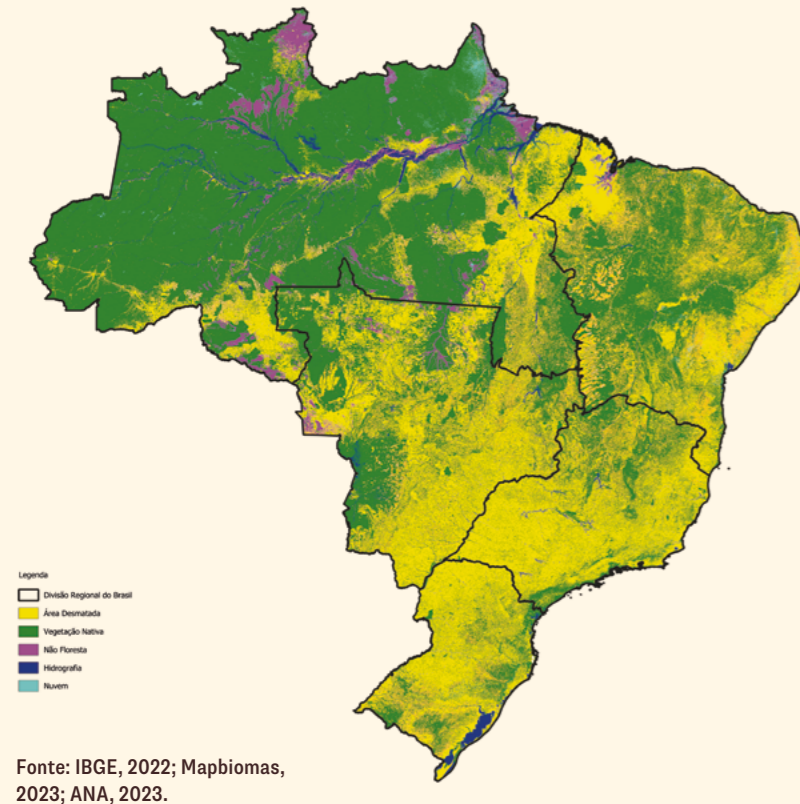
PORCENTAGEM DE PESSOAS NEGRAS NO BRASIL



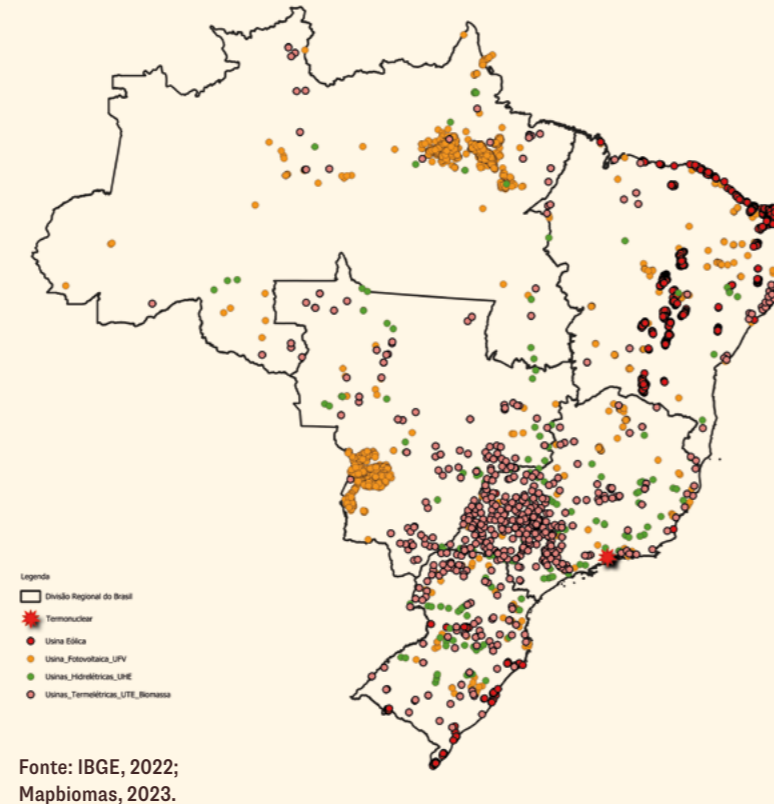
RISCO DE INUNDAÇÕES NO BRASIL



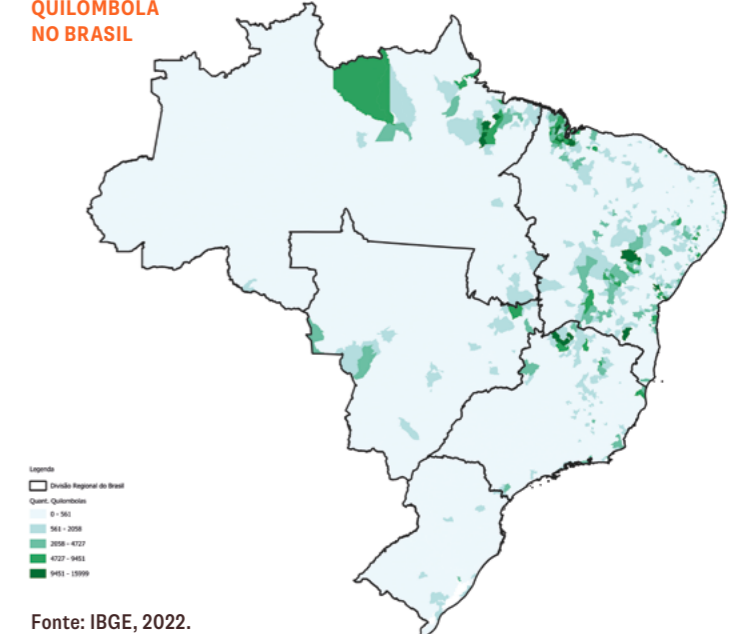
DESMATAMENTO X VEGETAÇÃO NO BRASIL



MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA

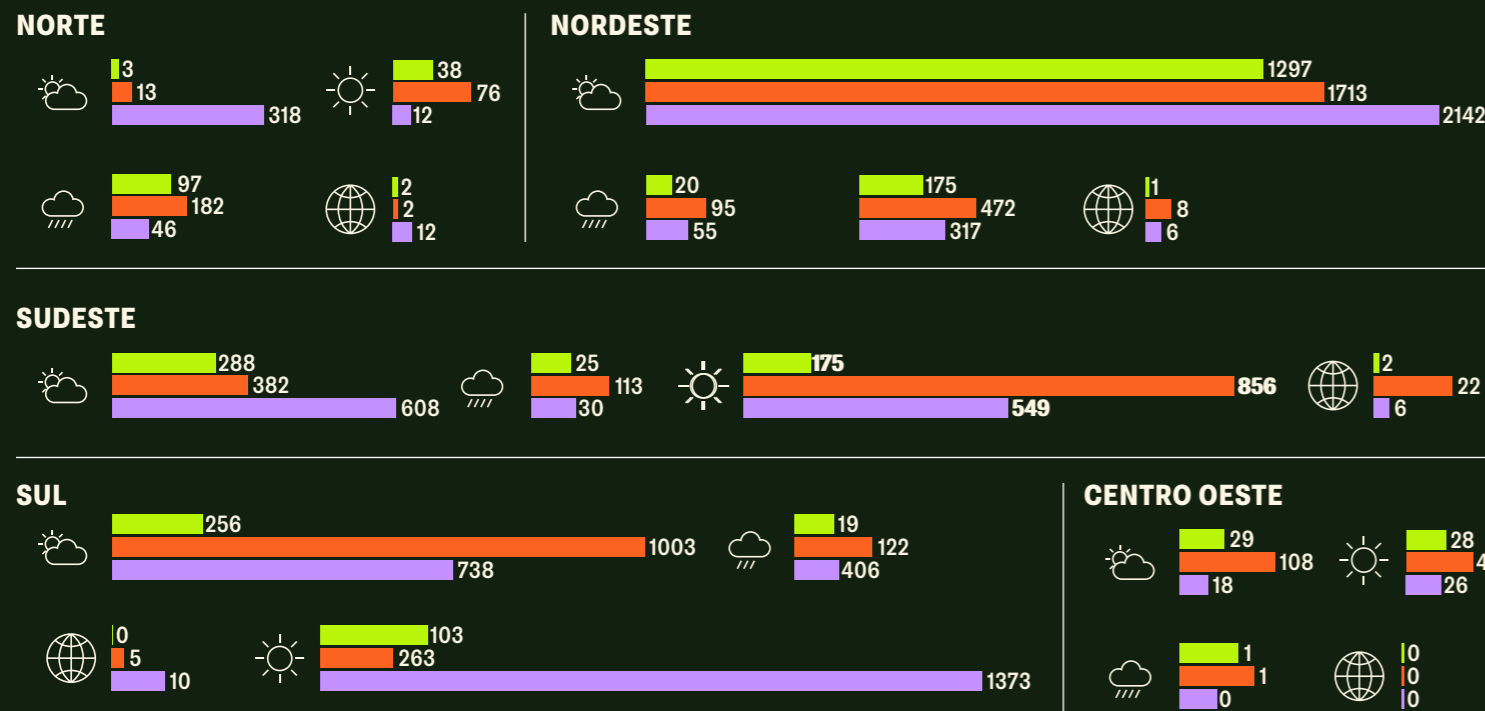


DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA NO BRASIL



QUANTIDADE DE EVENTOS EXTREMOS POR REGIÃO

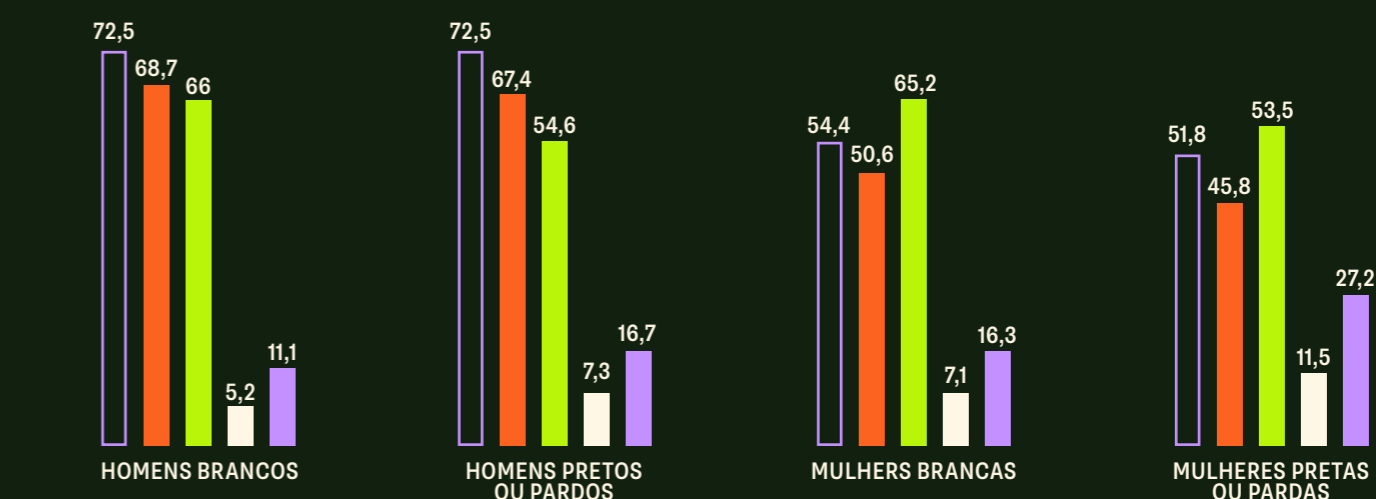
2021 2021 2023 CLIMATOLÓGICO HIDROLÓGICO METEOROLÓGICO GEOLÓGICO



Fonte: Fio Cruz (2000 a 2024)

PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO SEXO E COR OU RAÇA - BRASIL - 2023

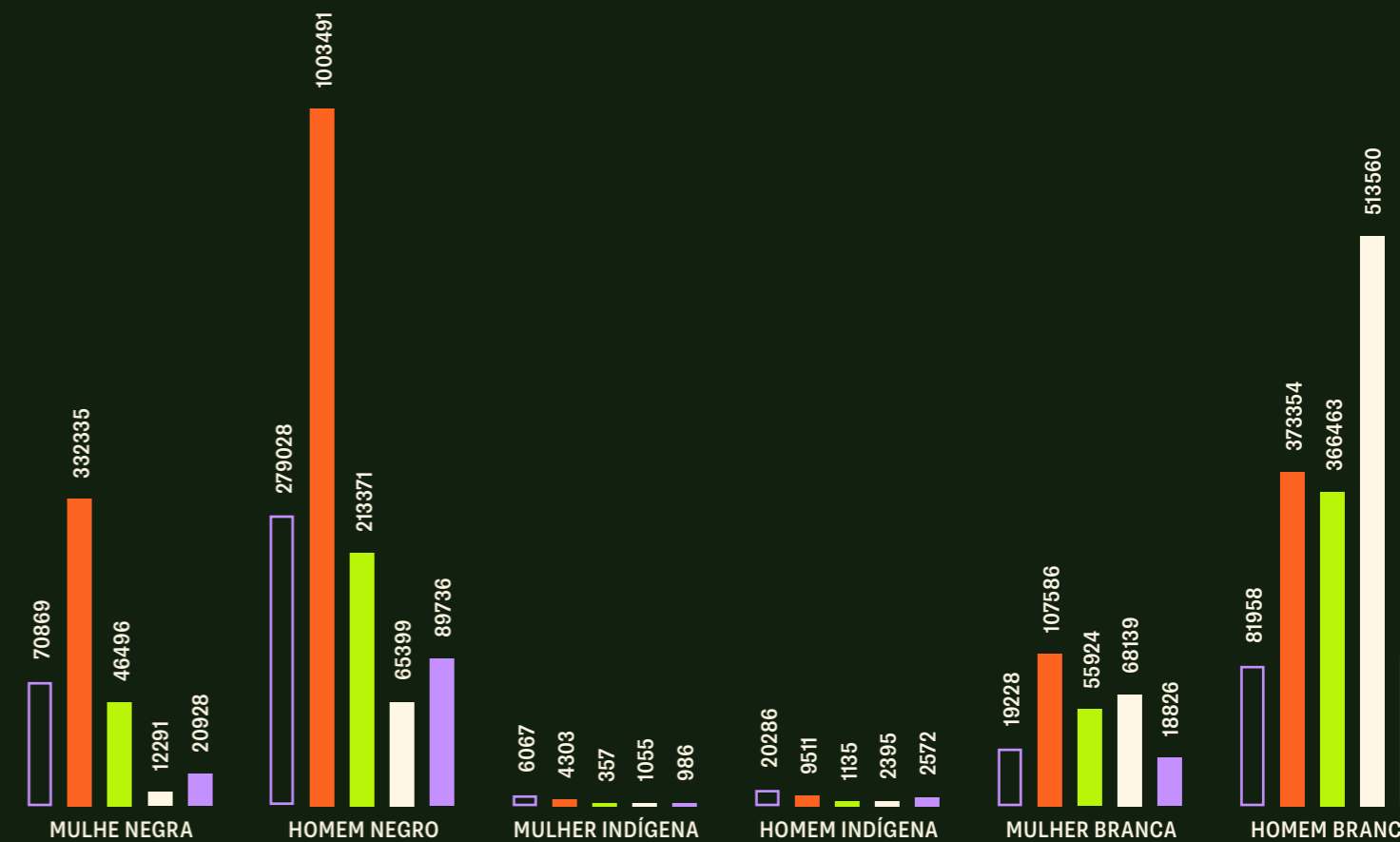
TAXA DE PARTICIPAÇÃO (%) NÍVEL DE OCUPAÇÃO (%) TAXA DE FORMALIZAÇÃO (%) TAXA COMPOSTA DE SUBUTILIZAÇÃO (%) TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2024.

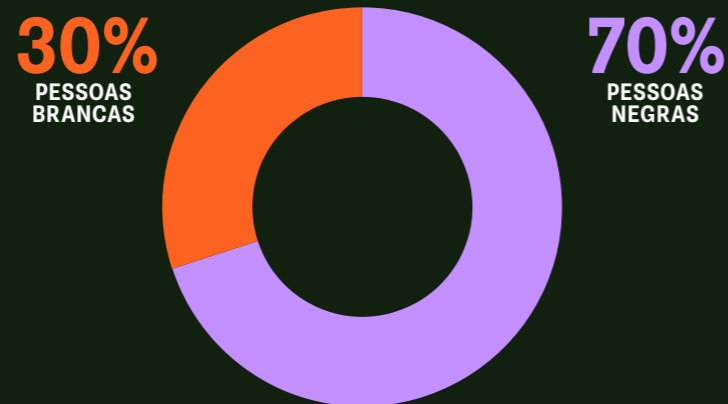
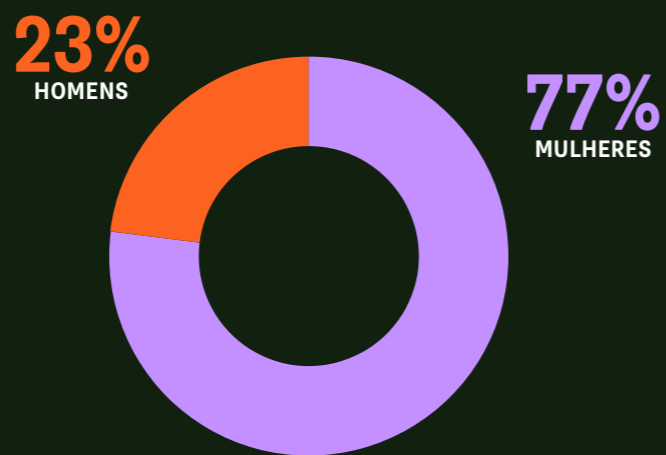
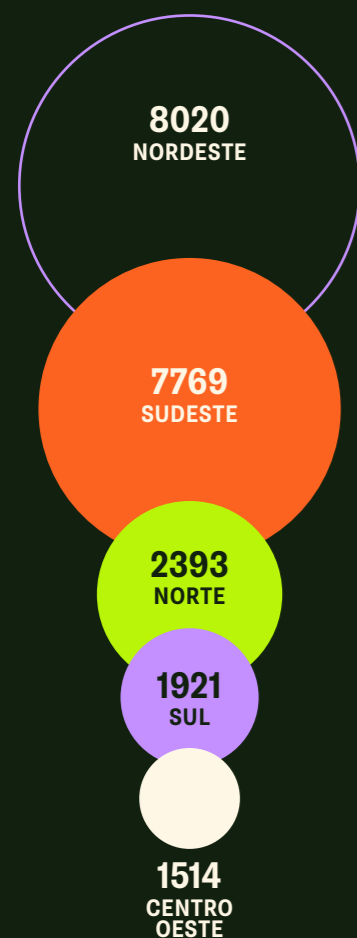
Nº DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES

NORTE NORDESTE SUDESTE SUL CENTRO-OESTE



Fonte: IBGE, 2017; Censo Agropecuário, IBGE, 2017.

DOMICÍLIOS COM INSEGURANÇA ALIMENTAR - 2023 (MIL UNIDADES)



Fonte: IBGE, 2017; Censo Agropecuário, IBGE, 2017

5

CARTOGRAFIAS NEGRAS:

DAS REGIÕES AOS TERRITÓRIOS

APÓS O PANORAMA NACIONAL QUE EVIDENCIOU A DESIGUALDADE CLIMÁTICA NO BRASIL, ESTE CAPÍTULO NOS CONVIDA A DESCER MAIS UM DEGRAU NA ANÁLISE: DA ESCALA NACIONAL À ESCALA REGIONAL, PARA EM SEGUIR CHEGAR À ESCALA LOCAL. AQUI, CONSTRUÍMOS UM BALANÇO DAS CINCO GRANDES REGIÕES DO PAÍS, OBSERVANDO INDICADORES E CATEGORIAS ESPECÍFICAS QUE DIALOGAM DIRETAMENTE COM OS TEMAS INVESTIGADOS PELOS BOLSISTAS DO PROGRAMA DE BOLSAS DE PESQUISA E AÇÃO TERRITORIAL DO CBJC. A PROPOSTA É CONTEXTUALIZAR CADA PESQUISA DENTRO DE UM RECORTE REGIONAL MAIS AMPLO, PERMITINDO COMPREENDER COMO OS DADOS E DESAFIOS SE MANIFESTAM EM ESCALA LOCAL, MAS TAMBÉM COMO ESTÃO INSERIDOS EM DINÂMICAS TERRITORIAIS MAIS ABRANGENTES.

A

PARTIR DE UMA LEITURA interseccional que cruza raça, gênero, território, renda e acesso a direitos, este capítulo busca apresentar um panorama que, embora diverso em suas expressões, revela a repetição de padrões estruturais de desigualdade. Na região Norte, os dados apontam para a precariedade da infraestrutura básica em áreas urbanas periféricas e, ao mesmo tempo, para a pressão de grandes obras logísticas sobre territórios quilombolas e tradicionais. No Nordeste, vemos a sobreposição de conflitos envolvendo comunidades pesqueiras lideradas por mulheres e territórios quilombolas impactados pela expansão da matriz energética eólica. No Centro-Oeste, enquanto as queimadas extensivas impactam o Cerrado, práticas tradicionais de manejo do fogo seguem sendo parte dos modos de vida e resistência de assentamentos rurais e populações tradicionais. Já no Sudeste, o foco recai sobre os impactos urbanos de enchentes, deslizamentos e inundações, e sobre as tecnologias de cuidado e adaptação desenvolvidas por mulheres negras nas bordas das cidades. No Sul, os eventos extremos revelam uma crescente vulnerabilidade das populações negras, sobretudo das mulheres, que resistem e respondem com soluções sustentáveis e coletivas.

Este panorama regional funciona, portanto, como um elo entre os dados estruturais e a escala da vida cotidiana. Ao iluminar as particularidades de cada região, ele prepara o caminho para a etapa seguinte deste Dossiê: a apresentação dos trabalhos dos bolsistas, suas metodologias participativas e os resultados das pesquisas produzidas a partir do território. Aqui, os dados encontram o

NORTE

corpo, a palavra e a experiência. Aqui, o mapa ganha rosto.

A região Norte do Brasil, muitas vezes reduzida à imagem de floresta intocada ou de reserva de recursos naturais, é, na verdade, um território profundamente complexo, habitado por uma enorme diversidade de povos, culturas e modos de vida. Neste Dossiê, optamos por construir um panorama regional que dialoga diretamente com as pesquisas desenvolvidas pelos dois bolsistas da região, situadas, respectivamente, em um bairro urbano periférico de Belém (PA) e em uma comunidade quilombola no município de Ananindeua (PA). Por meio dessas investigações, emergem com nitidez questões estruturais que atravessam a região: a precariedade do acesso à infraestrutura básica, a vulnerabilização dos territórios tradicionais frente à expansão urbana e às grandes obras de infraestrutura logística.

A região Norte do Brasil carrega, historicamente, as marcas de sucessivos ciclos de colonização, tanto externos quanto internos, que enxergam a floresta apenas como ativo econômico — sem gente, sem cultura, sem história — ao mesmo tempo, em que mantiveram sua população à margem dos investimentos estruturantes do Estado. Essa lógica de ocupação e controle do território, baseada na extração e na integração subordinada aos circuitos econômicos nacionais e globais, consolidou um modelo de desenvolvimento que perpetua desigualdades e reforça vulnerabilidades.

Apesar de ser uma das regiões mais estratégicas para a agenda climática global, segue sendo tratada como um “vazio demográfico” ou um “recurso natural” à disposição de interesses externos. A recorrente utilização de indicadores populacionais como justificativa para o baixo investimento em políticas públicas escancara esse problema: com cerca de 8% da população nacional, a região Norte tem sido sistematicamente preterida na distribuição de recursos sob o argumento da baixa densidade populacional. Essa lógica ignora a extensão territorial da região, seus desafios logísticos e a diversidade dos seus assentamentos humanos em contextos de extrema vulnerabilidade.

A vulnerabilidade da região se expressa com clareza em indicadores básicos de acesso a direitos: o Norte brasileiro apresenta as piores taxas

de cobertura de saneamento básico do país, com altos índices de ausência de esgotamento sanitário e precariedade no abastecimento de água. Esses déficits históricos de infraestrutura se tornam ainda mais graves quando associados à intensificação dos eventos climáticos extremos, como inundações, deslizamentos e secas atípicas — fenômenos que vêm se tornando cada vez mais frequentes nas cidades amazônicas. Em contextos urbanos periféricos e em territórios tradicionais, como quilombolas e ribeirinhos, as mudanças climáticas se somam à ausência de serviços públicos, resultando em riscos múltiplos à saúde, à segurança e à permanência das populações.

Os dados de renda e trabalho reforçam esse quadro de injustiça socioambiental. As populações negras e indígenas da região Norte — em especial as mulheres — concentram os piores indicadores de renda, emprego formal e acesso a serviços públicos. A informalidade, o subemprego e a ausência de políticas de proteção social tornam essas populações ainda mais suscetíveis aos efeitos da crise climática, além de invisibilizadas nas soluções propostas em escala nacional. As pesquisas desenvolvidas pelos bolsistas neste Dossiê evidenciam essa realidade: tanto no bairro da Terra Firme, em Belém, quanto no território quilombola do Abacatal, em Ananindeua.

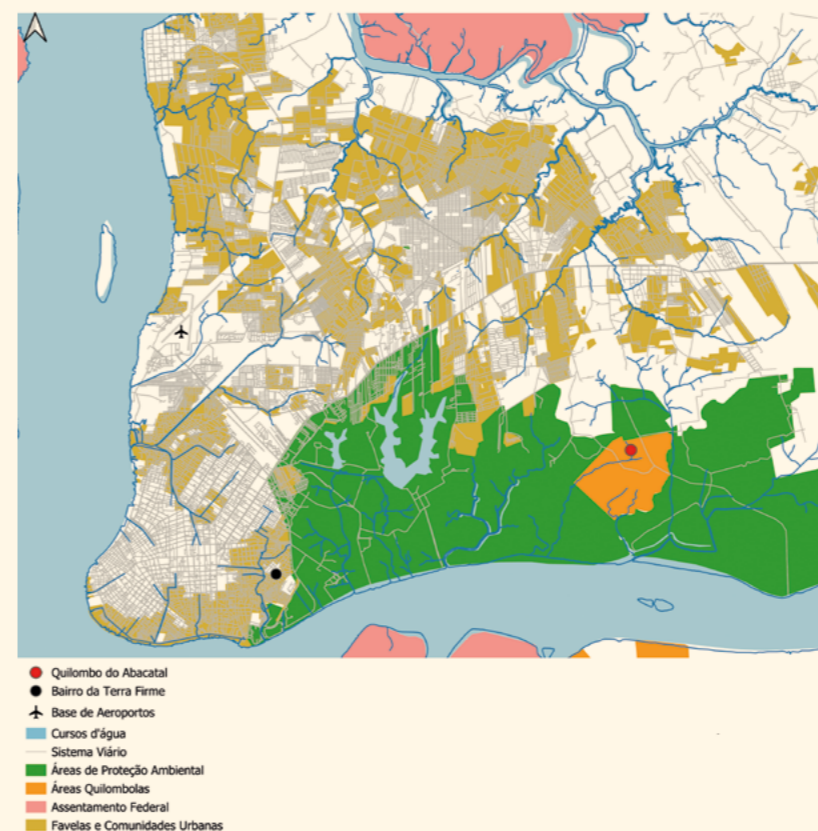
A região Norte abriga uma grande diversidade

de arranjos territoriais e essa multiplicidade de modos de vida e de ocupação do solo revela práticas e conhecimentos profundamente enraizados nas relações com a natureza, com o tempo e com o território. No entanto, tais saberes e soluções locais raramente são reconhecidos ou incorporados pelas políticas públicas. As respostas institucionais que chegam à Amazônia costumam ser genéricas, descoladas da realidade concreta dos territórios, e operam a partir de um repertório homogêneo que desconsidera a diversidade regional, cultural e ecológica da região.

Esse distanciamento é ainda mais visível quando analisamos o setor energético. Apesar de concentrar a terceira maior capacidade de geração de energia do país, a região Norte enfrenta as tarifas de energia mais altas do Brasil. Em contradição direta com seu papel estratégico no sistema energético nacional, mais de 200 localidades nos estados do Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Rondônia e Pará seguem fora do sistema interligado, dependendo de sistemas isolados. Isso revela, mais uma vez, a distância entre o discurso de integração nacional e a realidade cotidiana de exclusão vivida pelos povos amazônicos.

Neste Dossiê, a análise da região Norte parte do entendimento de que os dados não podem ser lidos de forma descolada dos processos históricos, políticos e territoriais.

REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM COM DESTAQUE PARA ÁREAS QUILOMBOLAS, FAVELAS, ASSENTAMENTOS, ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E ESTUDOS DE CASO



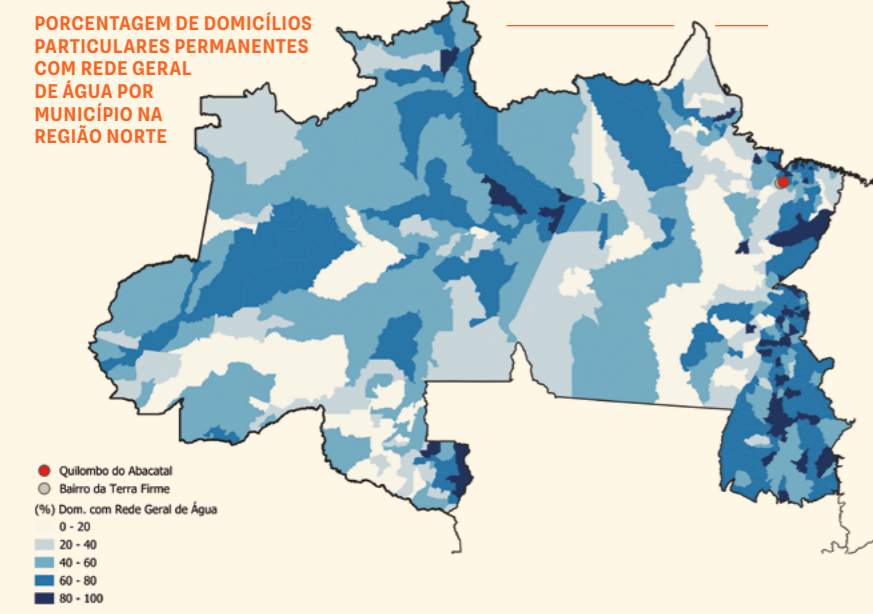
Fonte: IBDE (2022); Mapbiomas (2023); INCRA (2023)

REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM COM DESTAQUE A COBERTURA VEGETAL E ESTUDOS DE CASO

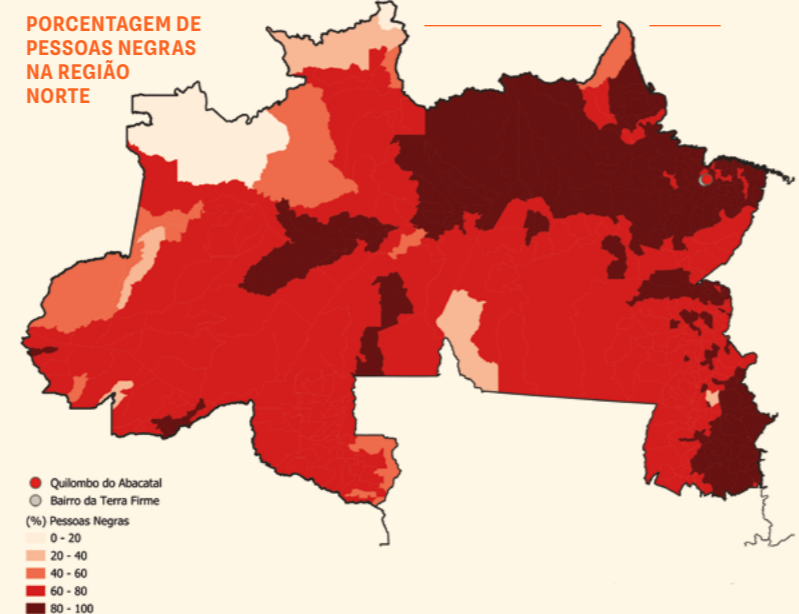


Fonte: IBDE (2022); Mapbiomas (2023); INCRA (2023)

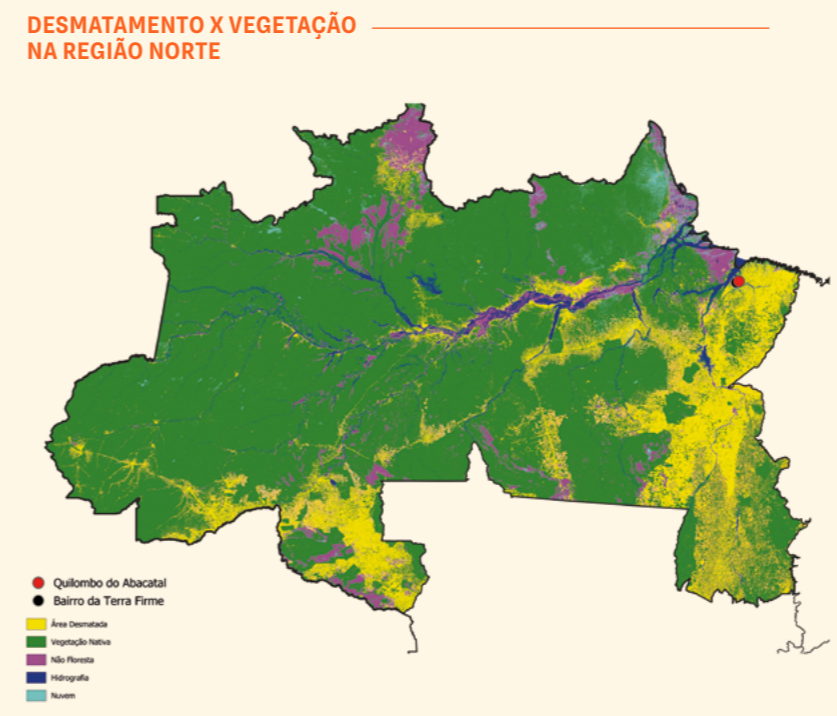
DADOS NORTE



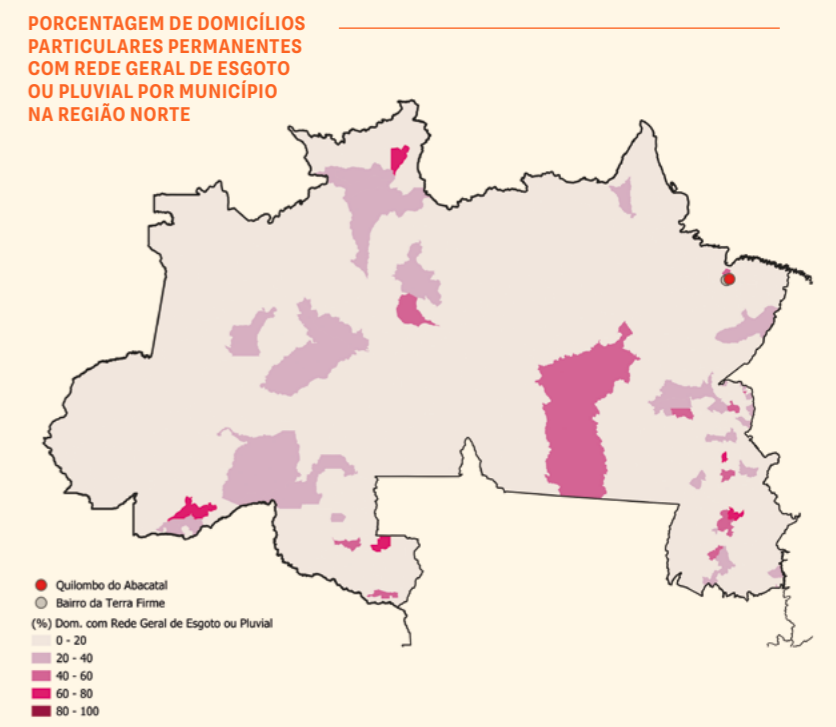
Fonte: IBGE, 2022;



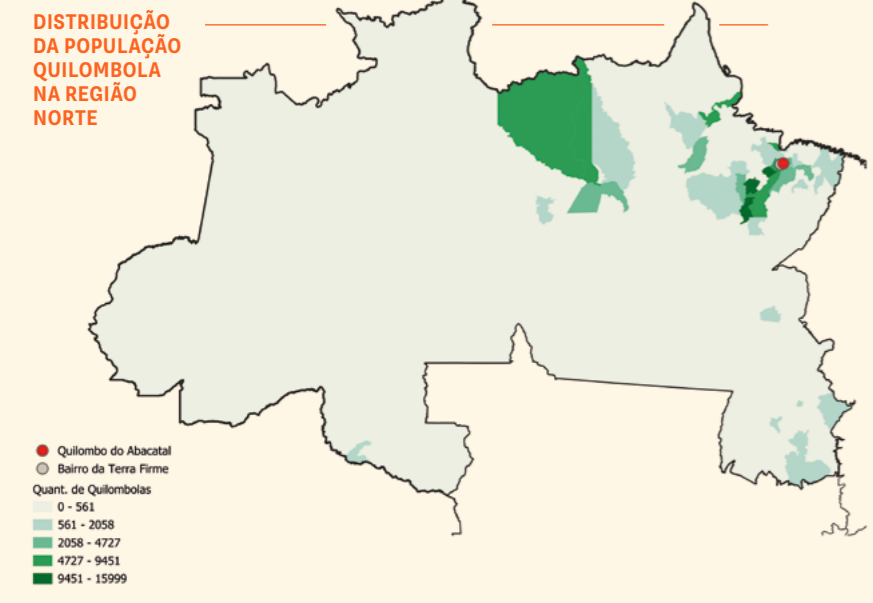
Fonte: IBGE, 2022;



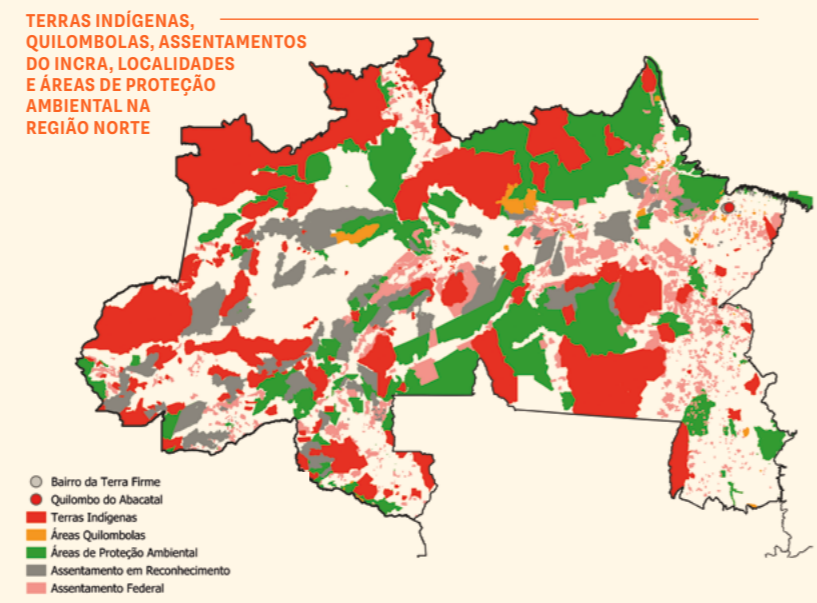
Fonte: IBGE, 2022; INPE, 2023.



Fonte: IBGE, 2022;



Fonte: IBGE, 2022;



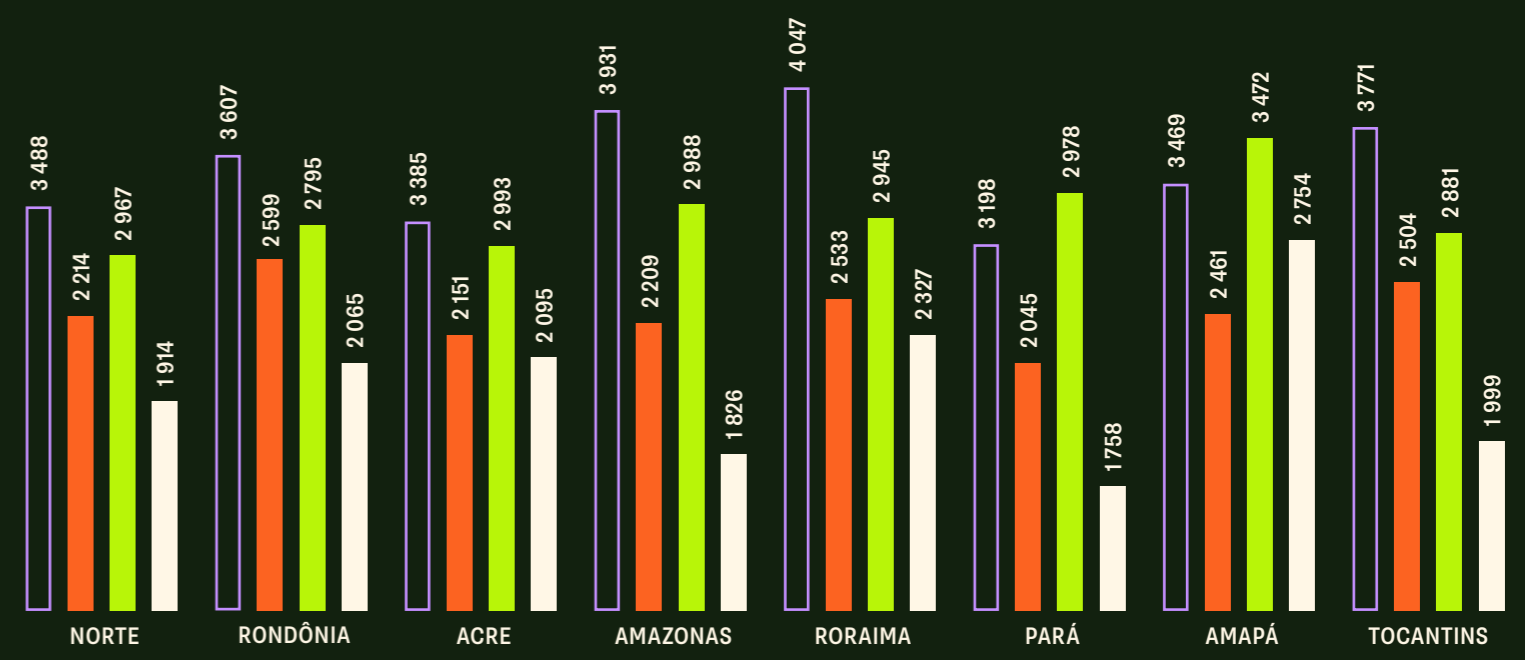
Fonte: IBGE, 2022; IBGE, 2010; Mapbiomas, 2023; INCRA, 2023.



Fonte: IBGE, 2022; Mapbiomas, 2023.

RENDIMENTO MÉDIO EM REAL 2023

□ HOMEM BRANCO ■ HOMEM PRETO OU PARDO ■ MULHER BRANCA ■ MULHER PRETA OU PARDA



Fonte: IBGE, 2022; IBGE, 2010; Mapbiomas, 2023; INCRA, 2023.

ARLAN SEABRA

QUILOMBO DO ABACATAL (PA) - SOCIOTERRITORIALIDADE, RACISMO AMBIENTAL E INSURGÊNCIAS FRENTE AO AVANÇO DE GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA PARAENSE.

QUAL O TEMA?

A pesquisa desenvolvida se insere nas intersecções entre justiça climática, justiça racial e os direitos territoriais das comunidades tradicionais na Amazônia. A partir da análise das dinâmicas socioterritoriais de uma comunidade quilombola, o estudo aborda os múltiplos tensionamentos que emergem diante do avanço de grandes empreendimentos no território, revelando processos históricos e contemporâneos de racismo ambiental, apagamento de direitos e desestruturação dos modos de vida.

A pesquisa desenvolvida tem como foco central compreender as múltiplas formas de injustiça que incidem sobre o território do Quilombo do Abacatal, em especial os impactos de grandes empreendimentos, os conflitos fundiários, a exclusão de processos decisórios e as expressões do racismo ambiental. Mesmo com mecanismos institucionais de proteção, como o Protocolo de Consulta, Livre, Prévio e Informado como preconiza a Convenção 169 da OIT, a comunidade tem sido sistematicamente desconsiderada nos processos de planejamento e decisão, revelando a persistência de práticas coloniais e desenvolvimentistas que ignoram os direitos e os modos de vida das populações quilombolas.

Entre os principais debates que estruturam a pesquisa, destaca-se a crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento, baseado em lógicas coloniais e desenvolvimentistas, que ainda hoje orientam a implantação de grandes projetos na Amazônia. Tais iniciativas desconsideram as formas tradicionais de ocupação e uso do solo, e reforçam desigualdades raciais, sociais e ambientais. Outro eixo central do trabalho é a compreensão da socioterritorialidade como categoria analítica fundamental para refletir sobre os vínculos históricos, culturais e afetivos entre comunidade e território. A pesquisa parte do entendimento de que o território não é apenas um espaço físico, mas um campo de disputas políticas e simbólicas, marcado por múltiplas escalas de poder. Nesse sentido, o conceito de multiescalaridade é mobilizado para evidenciar como diferentes atores, do



MAIS DO QUE DESCREVER UM CASO ESPECÍFICO, O ESTUDO PRETENDE AMPLIAR O DEBATE SOBRE COMO COMUNIDADES NEGRAS E TRADICIONAIS TÊM ENFRENTADO OS DESAFIOS COLOCADOS PELA CRISE CLIMÁTICA, REPOSICIONANDO-AS COMO PROTAGONISTAS DE SOLUÇÕES E ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS

local ao global, influenciam e moldam os destinos dos territórios quilombolas.

A investigação também se debruça sobre os impactos desses processos nas práticas culturais, nos saberes tradicionais e nas estratégias de resistência das comunidades negras. O racismo ambiental, aqui, é entendido como um fenômeno estrutural que se manifesta tanto na ausência de políticas públicas quanto na imposição de modelos de ocupação e produção incompatíveis com os modos de vida locais.

Ao valorizar metodologias participativas e processos de escuta comunitária, a pesquisa busca não apenas denunciar as violações de direitos, mas também reconhecer e visibilizar as tecnologias sociais e as formas de inovação territorial produzidas pelas próprias comunidades. Nesse sentido, contribui para o fortalecimento de uma agenda de justiça climática ancorada nas realidades amazônicas e liderada por seus sujeitos históricos.

Mais do que descrever um caso específico, o estudo pretende ampliar o debate sobre como comunidades negras e tradicionais têm enfrentado os desafios colocados pela crise climática, reposicionando-as como protagonistas de soluções e alternativas sustentáveis. Ao fazer isso, a pesquisa propõe uma ruptura com a ideia de que esses territórios são espaços apenas de vulnerabilidade, reafirmando-os como centros de produção de conhecimento e resistência.

QUAL O TERRITÓRIO?

A Comunidade Quilombola do Abacatal, localizada no município de Ananindeua, no estado do Pará, é marcada por uma trajetória histórica de resistência frente às diversas formas de violação de direitos territoriais e ambientais. Com forte protagonismo das mulheres, a comunidade tem se posicionado de maneira incisiva contra o avanço de grandes empreendimentos que ameaçam seu território, sua cultura e seus modos de vida.

As mulheres do Abacatal ocupam posições centrais na organização política e social da comunidade. São maioria na associação local e lideram tanto os processos de mobilização coletiva quanto

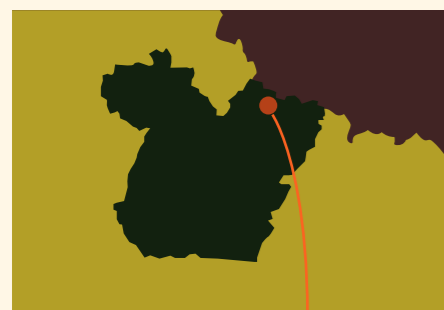
ações judiciais que têm buscado barrar projetos como as subestações de energia, ferrovias, rodovias, gasodutos e, mais recentemente, um aterro sanitário que, de acordo com as lideranças, opera, na prática, como um lixão. Também estiveram à frente da luta contra a construção da Avenida Liberdade, obra promovida pelo governo do Estado como parte do conjunto de intervenções urbanas voltadas à COP30, cuja proposta inicial previa o corte do território ao meio.

Um dos casos mais emblemáticos citados pela comunidade diz respeito à subestação de energia da Equatorial Energia, implantada a menos de 1km da área habitada. Essa obra, além de descumprir a Portaria Interministerial 60/2015, que estabelece uma distância mínima de 8km entre empreendimentos e territórios quilombolas, afetou diretamente a fauna, a vegetação nativa e o próprio arranjo do território. O principal ponto de conflito relatado pelas lideranças está no desrespeito, mais uma vez, à já citada Convenção 169, especialmente quanto ao não cumprimento do Protocolo de Consulta da comunidade, o qual foi desenvolvido de forma pioneira pelo Abacatal e hoje serve de referência nacional.

Outro grave impacto vem do aterro sanitário de Marituba. Segundo os moradores, além do odor constante que invade as casas, o chorume proveniente do aterro tem poluído o rio Uriboquinha, prejudicando a pesca e tornando os peixes impróprios para o consumo. O rio, além de importante recurso ambiental, compõe o cotidiano cultural e econômico da comunidade.

A urbanização desordenada nos arredores do quilombo também tem contribuído para o agravamento da crise ambiental na região. Empreendimentos imobiliários vinculados a programas como o *Minha Casa, Minha Vida* foram implantados sem o devido planejamento de infraestrutura sanitária, impactando diretamente os cursos d'água locais. As lideranças relatam ainda a destruição de áreas florestais por meio da extração mineral, resultando na formação de "curvões" e no rebaixamento dos lençóis freáticos, com prejuízos severos à produção agrícola e à sustentabilidade ecológica da região.

MAPA DO PARÁ CARTOGRAFIA SOCIAL ELABORADA DURANTE A PESQUISA



- 1 BELÉM
- 2 ANANINDEUA
- 3 MARITUBA
- 4 QUILOMBO DO ACABATAL



PRESSÕES NO TERRITÓRIO

- 1 CONJUNTO HABITACIONAL
- 2 ESTAÇÃO DE ENERGIA
- 3 CURVÕES DE MINERAÇÃO
- 4 RODOVIA LIBERDADE
- 5 LIXÃO
- 6 ALÇA VIÁRIA

PONTOS POSITIVOS

- 1 BAR DO OBESO
- 2 QUADRA
- 3 PORTÃO
- 4 SEDE DA ASSOCIAÇÃO
- 5 IGREJA
- 6 ESCOLA
- 7 ESCOLA
- 8 ESPAÇO CULTURA
- 9 POSTO DE SAÚDE
- 10 BAR DO PRETO
- 11 CAMINHO DAS PEDRAS
- 12 RIO URIBOQUINHA
- 13 POSTO DE SAÚDE
- 14 CASA DE FARINHA



A atuação das mulheres do Abacatal articula o cuidado, memória, ancestralidade e luta por justiça. Sua liderança reflete uma prática política que emerge da vivência cotidiana e da defesa coletiva do território. Frente ao avanço de grandes projetos, essas mulheres se posicionam não apenas como defensoras de seu espaço de vida, mas também como guardiãs de um repertório de saberes tradicionais e estratégias de resistência. A luta travada por elas vai além da defesa física do território: é também uma luta simbólica e política contra a invisibilização histórica dos direitos quilombolas e contra um modelo de desenvolvimento que insiste em desconsiderar as realidades socioterritoriais amazônicas.

METODOLOGIA

1. Aproximação com o tema e com o território

A pesquisa teve início a partir da trajetória pessoal do pesquisador, cuja atuação anterior esteve fortemente conectada a áreas de assentamentos de reforma agrária, em colaboração com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Pará. Essa experiência consolidou uma base de atuação voltada às dinâmicas fundiárias, agroprodutivas e socioambientais, articuladas à agenda do racismo ambiental.

No caso específico do Quilombo do Acabatal, o processo de aproximação envolveu encontros e diálogos iniciais com lideranças locais para compreender os principais conflitos, estratégias de resistência e diferentes formas de viver, organizar e interpretar o território. Essa etapa foi fundamental para romper com uma perspectiva puramente acadêmica e permitir uma inversão do olhar, reconhecendo o protagonismo dos saberes comunitários na produção do conhecimento.

2. Caminhada transversal no território

Foi realizada uma caminhada transversal planejada como estratégia de imersão no território, acompanhada por lideranças da associação comunitária. Durante o percurso, foram visitadas áreas de uso comum, locais de plantio, cursos d'água e espaços de relevância histórica e cultural. A metodologia permitiu a observação direta das dinâmicas socioterritoriais e possibilitou a coleta de relatos espontâneos e conversas informais que emergiram de forma orgânica ao longo da caminhada.

3. Entrevistas semi-estruturadas com lideranças

Foram conduzidas entrevistas com lideranças comunitárias, com o objetivo de compreender a organização social do território, os processos de resistência, o papel da agroecologia, as práticas religiosas, os efeitos da pandemia e a relação com

LINHA DO TEMPO

Matriz histórica do Quilombo do Abacatal construída coletivamente durante oficina no território

1710

Conde Coma Mello deixou o engenho do Uriboca para as três a partir do Caminho das Pedras

1972

Chegada de energia elétrica na comunidade. Abertura da estrada para a comunidade. Registro da primeira escola da comunidade. Chegada da igreja católica na comunidade. Primeiro cirio do sagrado coração de Jesus

1977

Primeira festa do produtor rural

1985

Entrada da EMATER 1º time de futebol

1988

Casas do quilombo são derrubadas 1º Coordenador da Associação do Abacatal

1990

Primeiro campo de futebol da comunidade

1992

Segunda derrubada das casas do quilombo "Curvões" de mineração nas proximidades do quilombo

1998

Construção da Alça Viária Limpeza e reconstituição do Caminho das Pedras

1999

Titulação coletiva do território

2004

Primeiro livro da comunidade

2009

Construção da sede da AMPQUA. Construção da sede da atual escola

2010

Fundação da Igreja evangélica da comunidade. Conquista do ônibus escolar para a comunidade

2012

Certificação pela Fundação Palmares. Primeira universitária quilombola

2015

Início das obras da Avenida Liberdade

2016

Primeiro festival do tucupi. Primeiro grupo de dança da comunidade: "Swing quilombola"

2017

Boi Gregorinho da Escola da Comunidade

2020

Construção do segundo posto de saúde

2021

CAR quilombola

2022

Primeiro jogos quilombolas no território

2024

Grupo de jovens da comunidade (UNIQUE)

políticas públicas e grandes projetos. As entrevistas permitiram registrar experiências, interpretações e estratégias políticas desenvolvidas pela comunidade frente às violações de direitos.

4. Roda de memória e linha do tempo da comunidade

Em uma roda de conversa coletiva, foi proposta a construção de uma linha do tempo com os marcos históricos da comunidade. Moradores compartilharam narrativas orais sobre a origem do Quilombo, os principais desafios enfrentados, momentos de conquista e resistência. A atividade resultou em um painel visual que articulava datas, eventos e relatos, permitindo construir uma memória coletiva e fortalecer os vínculos com o território.

5. Matriz FOFA participativa

Foi elaborada uma matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) com a comunidade, em formato de oficina. A metodologia colaborativa possibilitou a análise integrada dos desafios enfrentados pelo território, das soluções já experimentadas, das potencialidades locais e das memórias coletivas, servindo como ferramenta de sistematização dos saberes e de construção de estratégias futuras.

6. Cartografia social participativa

A cartografia social foi desenvolvida com a participação de moradores de diferentes faixas etárias, de crianças a idosos, e teve como objetivo mapear os elementos que compõem o território do Abacatal, como casas, áreas comuns, cursos d'água, caminhos, áreas de cultivo e estruturas culturais. O processo uniu saberes tradicionais e práticas visuais, fortalecendo o sentimento de pertencimento e oferecendo uma ferramenta de visualização coletiva do espaço vivido.

7. Cartografia do racismo ambiental

Em contraponto à cartografia social, foi desenvolvida uma cartografia do racismo ambiental, voltada à identificação e análise dos impactos provocados por grandes empreendimentos econômicos e obras de infraestrutura que circundam o território. A partir da escuta das lideranças e da análise dos dados territoriais, foram mapeados os projetos que ameaçam o modo de vida quilombola, evidenciando a violação de direitos e os riscos socioambientais acumulados sobre o território.

Outro ponto abordado com frequência foi a relação da comunidade com a universidade e a importância das políticas de ações afirmativas para garantir o acesso da juventude quilombola ao en-

O QUE A COMUNIDADE FALA?

A etapa participativa da pesquisa realizada no Quilombo do Abacatal foi marcada por um processo profundo de escuta, troca de saberes e fortalecimento da memória coletiva. Reuniu moradores e moradoras comprometidos com o resgate das narrativas e práticas que sustentam o território, permitindo que a própria comunidade conduzisse os rumos do conhecimento compartilhado. Ao longo de rodas de conversa, entrevistas e oficinas de cartografia, emergiram experiências atravessadas pela ancestralidade, pela resistência cotidiana e pela luta por dignidade.

O território do Abacatal foi constantemente mencionado como uma extensão da vida, da história e do corpo de cada morador. Para os quilombolas, ele não é apenas o espaço onde se vive, é onde se constrói a coletividade, se cultiva a espiritualidade e se honra a ancestralidade. *“Ser quilombola é estar ligado a essa terra, é cuidar dela porque ela é parte da gente. Aqui não é só o lugar onde a gente mora, é o que a gente é”*, compartilhou um dos participantes durante a oficina de cartografia.

As falas também revelaram um profundo senso de pertencimento e indignação com os impactos causados pelos projetos que cercam e ameaçam o território. Os moradores citaram diversas vezes o lixão de Marituba, a subestação da Equatorial, os curvões de mineração, a Avenida Liberdade e os conjuntos habitacionais como os principais causadores de danos ambientais, sociais e espirituais.

Emanuela, liderança quilombola, enfatizou: *“A gente não tem nem iluminação decente pra chegar aqui, mas os projetos que destroem nosso território chegam. E o resto da cidade nem sabe que a gente existe. Por isso denuncio onde posso e peço pra quem vem aqui que leve essa denúncia pra onde for possível.”*

Ela também destacou os impactos mais imediatos: *“O que mais destrói nossa comunidade é o lixão de Marituba e a subestação. A subestação mexeu com tudo, com os bichos, com o mato, com o nosso jeito de viver. Começaram a aparecer animais selvagens aqui, perdidos, assustados. É ruim pra eles e pra nós.”*

Vanuza Cardoso, outra importante liderança da comunidade, relatou como os empreendimentos recentes têm reconfigurado a paisagem local. *“Está muito quente aqui. E olha que estamos rodeados de árvores ainda. Imagine na cidade, onde tudo isso já foi arrancado. E agora querem fazer a Avenida Liberdade, cortar nosso território ao meio, dizer que isso é desenvolvimento. Mas não é. Desenvolvimento pra quem?”* Vanuza apontou ainda a ausência da comunidade nos pro-

cessos de decisão: *“Eles não perguntam nada. Passam por cima do nosso direito, mesmo com protocolo, com título, com tudo. Não respeitam.”*

Durante os diálogos, emergiu também a importância do cuidado coletivo, das práticas comunitárias e da centralidade das mulheres na condução das lutas do quilombo. Emanuela destacou que a maioria absoluta das lideranças são mulheres: *“Desde sempre, somos nós que estamos na frente. São as mulheres que não deixam o quilombo ser destruído.”*

Turi Omonibo reforçou que a resistência do Abacatal não se expressa apenas em ações pontuais ou judiciais, mas em uma vivência cotidiana marcada por vínculos afetivos, espirituais e políticos com a terra. *“A resistência não é só luta, é também manter nossa cultura, nossos rituais, cuidar das nossas crianças, manter viva nossa fé. E isso não aparece nos papéis do governo, mas é o que sustenta esse território.”*

Turi também comentou sobre a juventude, ressaltando as dificuldades de manter os jovens conectados com a identidade quilombola em um contexto de forte influência da cidade. *“A juventude é nossa maior preocupação. A cidade entra com tudo, muda o jeito de pensar, de rezar, de viver. Precisamos de ações que fortaleçam a memória, que façam os jovens se enxergarem aqui, entenderem o valor do que temos.”*



sino superior. Segundo os moradores, essas oportunidades representam não apenas uma conquista individual, mas uma ferramenta coletiva de fortalecimento do território.

Em uma das atividades coletivas, foi construída uma matriz FOFA participativa, a partir das falas, memórias e reflexões compartilhadas pela comunidade. O exercício permitiu mapear, de forma sistematizada, os principais desafios, potencialidades, ameaças e soluções possíveis para o território:

FORÇAS:

- União e senso de pertencimento;
- Liderança feminina forte;
- Saberes ancestrais e práticas comunitárias vivas;
- Produção agroecológica;
- Espiritualidade e religiosidade presentes no cotidiano.

OPORTUNIDADES:

- Ações afirmativas e acesso à universidade;
- Projetos de memória e valorização cultural;
- Parcerias com pesquisadores e organizações comprometidas;
- Ampliação de políticas públicas específicas para territórios quilombolas.

FRAQUEZAS:

- Ausência de políticas de infraestrutura (saneamento, transporte, iluminação);
- Desvalorização da cultura quilombola por parte de setores externos;
- Vulnerabilidade frente ao avanço urbano desordenado.

AMEAÇAS:

- Subestação da Equatorial;
- Lixão de Marituba;
- Curvões de mineração;
- Avenida Liberdade;
- Especulação imobiliária;
- Racismo institucional e invisibilização da comunidade.

Os relatos revelam uma comunidade consciente de seus direitos, de suas raízes e dos enfrentamentos necessários. O Abacatal não apenas resiste — ele reexiste cotidianamente, reivindicando o direito de existir em seus próprios termos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada no Quilombo do Abacatal permitiu acessar, compreender e visibilizar a complexa rede de relações que sustentam o modo de vida quilombola em um contexto de múltiplas pressões e ameaças. Mais do que identificar conflitos fundiários ou impactos socioambientais isolados, o estudo revelou a força das práticas comunitárias, das lideranças locais e das estratégias coletivas de resistência que têm mantido o território vivo, fértil e em constante reexistência.

As atividades de campo e as metodologias participativas possibilitaram construir uma leitura situada e sensível do território, não como mero espaço geográfico, mas como uma extensão simbólica, política e afetiva da própria comunidade. O território aparece, nas falas e práticas dos moradores, como chão de pertencimento, herança ancestral e horizonte de continuidade. Os relatos coletados, sobretudo durante as rodas de conversa e entrevistas, confirmaram que os grandes empreendimentos que se instalam nos arredores do quilombo não produzem apenas impactos ambientais ou urbanísticos. Eles geram deslocamentos simbólicos, rompem vínculos comunitários, desrespeitam direitos historicamente conquistados e expõem a comunidade a formas reiteradas de racismo ambiental e institucional.

Contudo, os mesmos relatos evidenciam a capacidade de organização política, a resiliência cotidiana e a potência das memórias e saberes comunitários como fundamentos de resistência. A matriz FOFA revelou não apenas os desafios enfrentados, mas, também, a presença de estratégias internas, o fortalecimento da união comunitária e a consciência crítica sobre o papel do Estado, das políticas públicas e das forças econômicas externas. Já a cartografia social demonstraram que o povo do Abacatal ressignifica constantemente seu território como espaço de memória e de futuro, reafirmando sua existência contra a lógica de apagamento e silenciamento.

O Quilombo do Abacatal, assim, não é apenas um caso de estudo. É um território vivo que expressa as contradições do modelo de desenvolvimento vigente e, ao mesmo tempo, aponta caminhos outros para pensar o futuro. Suas práticas e resistências representam a luta por justiça climática, racial e territorial, contribuindo para repensar o lugar das comunidades negras e tradicionais nas agendas de políticas públicas, planejamento territorial e produção de conhecimento. ■



As atividades de campo e as metodologias participativas possibilitaram construir uma leitura situada e sensível do território, não como mero espaço geográfico, mas como uma extensão simbólica, política e afetiva da própria comunidade. O território aparece, nas falas e práticas dos moradores, como chão de pertencimento, herança ancestral e horizonte de continuidade. Os relatos coletados, sobretudo durante as rodas de conversa e entrevistas, confirmaram que os grandes empreendimentos que se instalam nos arredores do quilombo não produzem apenas impactos ambientais ou urbanísticos. Eles geram deslocamentos simbólicos, rompem vínculos comunitários, desrespeitam direitos historicamente conquistados e expõem a comunidade a formas reiteradas de racismo ambiental e institucional.

WALESKA QUEIROZ

INTERSEÇÃO ENTRE SANEAMENTO BÁSICO, VULNERABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL E JUSTIÇA CLIMÁTICA: CARTOGRAFANDO DESAFIOS E MEMÓRIAS DA BAIXADA DA TERRA FIRME

QUAL O TEMA?

Esta pesquisa investiga a interseção entre saneamento básico e justiça climática, tendo como foco o bairro da Terra Firme, em Belém do Pará. O estudo parte do reconhecimento de que a ausência histórica de infraestrutura básica nas cidades amazônicas, como abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos, agrava de forma profunda as vulnerabilidades socioambientais da população, especialmente nas periferias urbanas.

Mesmo nas capitais e regiões metropolitanas da Amazônia, os indicadores de acesso a saneamento performam entre os piores do país. Esse cenário revela um processo de desigualdade estrutural que acompanha a formação das cidades amazônicas, onde o direito à infraestrutura urbana foi sistematicamente negado às camadas populares, sobretudo nas periferias urbanas. Apesar da diversidade de arranjos territoriais, modos de vida e formações socioespaciais na região, cerca de 70% da população amazônica vive em centros urbanos. Entre essas cidades, Belém aparece como a capital com a maior quantidade de favelas e comunidades urbanas do Brasil, segundo o Censo do IBGE de 2022.

Falar de periferia urbana na Amazônia, portanto, é urgente. Trata-se de reconhecer territórios nos quais os impactos da crise climática não apenas se manifestam com maior intensidade, mas também se somam a legados de negligência e exclusão. A Terra Firme, bairro periférico e densamente habitado de Belém, exemplifica esse quadro: marcada por uma urbanização precária, a região concentra uma população majoritariamente negra, com forte presença de mulheres como chefes de família, grupo social que, historicamente, enfrenta os maiores obstáculos no acesso à moradia digna, infraestrutura e serviços urbanos.

72%

da área total do bairro é composta por terrenos inundáveis, o que, aliado à ausência de planejamento urbano e às mudanças climáticas.

Embora existam estudos que abordem saneamento e justiça climática de forma isolada, ainda são raras as pesquisas que conectam essas três dimensões a partir de uma abordagem territorializada, que considere a realidade das periferias urbanas amazônicas. Assim, o diferencial da proposta está em sua ancoragem local e em sua metodologia participativa, que valoriza os saberes comunitários e reconhece o protagonismo das populações locais na formulação de respostas adaptativas.

As principais categorias conceituais mobilizadas incluem vulnerabilidade social, injustiça ambiental, infraestrutura de saneamento, adaptação climática, resiliência comunitária e participação popular.

QUAL O TERRITÓRIO?

O bairro da Terra Firme está localizado em uma área periférica da cidade de Belém, capital do Pará, e representa um dos territórios urbanos mais emblemáticos das contradições sociais, ambientais e espaciais que marcam as cidades amazônicas. Formado historicamente por processos de ocupação informal e crescimento urbano desordenado, o bairro apresenta graves deficiências de infraestrutura, especialmente no que diz respeito ao saneamento básico — como redes de esgoto, drenagem e abastecimento de água. Cerca de 72% da área total do bairro é composta por terrenos inundáveis, o que, aliado à ausência de planejamento urbano e às mudanças climáticas, torna recorrentes os episódios de enchentes, contaminação de águas e alagamentos em dias de chuva intensa.

A formação urbana de Belém, de maneira geral, reflete um padrão histórico de marginalização espacial. As áreas de várzea, especialmente as chamadas “baixadas”, foram inicialmente habitadas por populações que dependiam diretamente dos rios e igarapés para atividades como pesca, coleta de frutos e artesanato. Com o passar do tempo, essas regiões passaram a ser destinos de quem não tinha condições de acessar os centros urbanos mais consolidados, concentrando assim

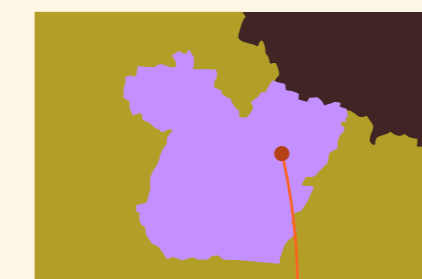
populações excluídas dos processos formais de urbanização. Esse movimento reforçou um padrão de periferização que estruturou bairros como a Terra Firme.

O bairro é atravessado por desigualdades que se expressam nas relações socioeconômicas e nas condições precárias de moradia, resultando em fenômenos como a segregação socioespacial. O Estado, historicamente ausente, falhou em garantir direitos básicos. Essa ausência se inscreve em uma dinâmica mais ampla das cidades amazônicas, que mesmo em suas capitais e regiões metropolitanas apresentam os piores indicadores de qualidade de vida e bem-estar urbano.

Contudo, reduzir o bairro da Terra Firme apenas à sua condição de vulnerabilidade seria negligenciar sua potência social e cultural. A Terra Firme é um território vivo, dinâmico e em constante reinvenção. Mesmo atravessado por estigmas e marcado por estereótipos que o classificam como um espaço violento ou marginalizado, o bairro pulsa uma rica cultura popular, com manifestações artísticas, redes de solidariedade e uma comunidade engajada em diferentes frentes de luta e resistência. A atuação coletiva se intensifica diante dos constantes projetos e obras que atravessam o território, mobilizando moradores, coletivos, associações e lideranças locais



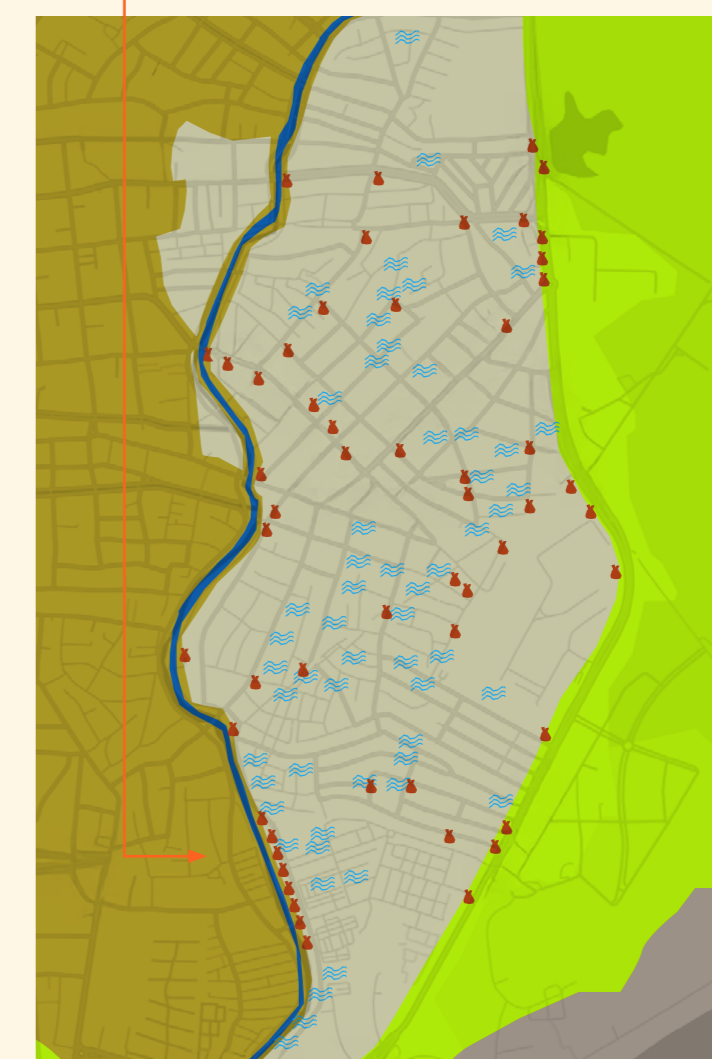
MAPA DO PARÁ CARTOGRAFIA SOCIAL ELABORADA DURANTE A PESQUISA



MAPA DE BELÉM



- 1 BELÉM
- 2 SANTA BÁRBARA
- 3 ANANINDEUA
- 4 BAIRRO TERRA FIRME
- 5 BENEVIDES
- 6 MARITUBA
- 7 SANTA IZABEL



- PONTOS DE ALAGAMENTO
- ACÚMULO DE LIXO
- RIO TUCUNDUBA

que reivindicam o direito de participar das decisões sobre o futuro do bairro.

Assim, a pesquisa realizada na Terra Firme parte do reconhecimento dessa complexidade: um território de precariedade urbana e injustiças ambientais, mas também de resiliência comunitária, produção de saberes locais e articulação política.

METODOLOGIA

1. Enraizamento territorial e trajetória da pesquisadora

O ponto de partida da pesquisa está diretamente ligado à experiência da própria pesquisadora como moradora do bairro da Terra Firme e como ativista na agenda de justiça climática. Esse enraizamento territorial permitiu um olhar sensível e situado sobre a realidade local, tanto em suas vulnerabilidades quanto em suas potências.

A familiaridade da pesquisadora com os desafios cotidianos da comunidade, vividos primeiramente como cidadã e só depois como pesquisadora, proporcionou não apenas maior profundidade analítica, mas também legitimidade no processo de escuta e construção coletiva. Esse lugar de pertencimento facilitou o acesso às redes comunitárias, lideranças locais e circuitos informais de comunicação, ampliando as possibilidades de diálogo e de construção de confiança com os moradores.

2. Levantamento e análise de dados secundários

A etapa inicial da pesquisa consistiu em um levantamento e sistematização de dados secundários sobre o bairro da Terra Firme e a cidade de Belém. Essa etapa permitiu situar a realidade local no contexto mais amplo das desigualdades urbanas amazônicas e identificar lacunas relevantes para o aprofundamento da investigação empírica.

3. Planejamento metodológico com base em práticas participativas

A pesquisa foi estruturada a partir de metodologias participativas e histórias orais, com foco na construção coletiva do conhecimento e na valorização das vozes da comunidade. A cartografia social foi escolhida como ferramenta central, por permitir a leitura crítica do território feita pelos próprios moradores, a partir de suas vivências e percepções. Além disso, foram incorporadas dinâmicas de memória e escuta sensível como estratégias para acessar aspectos afetivos, históricos e simbólicos do bairro.

4. Oficina de cartografia social participativa

Foi realizada uma oficina de cartografia social no



bairro da Terra Firme, reunindo 18 moradores de diferentes áreas do bairro, em um espaço intergeracional e de trocas. A oficina foi composta pelas seguintes etapas:

- a. Acolhimento e contextualização
- b. Cartografia temática

Os participantes trabalharam com dois mapas-base do bairro:

- Um para mapear áreas com ausência de água e zonas de alagamento/inundação;
- Outro para identificar pontos de descarte inadequado de resíduos.

5. Dinâmica “Árvore de Memórias”

Atividade voltada ao resgate das histórias de vida, afetos e pertencimento no bairro. Essa etapa reforçou a importância de reconhecer o bairro para além das vulnerabilidades, como um espaço vivo, potente, que resiste e se reinventa. Esse momento contou com perguntas norteadoras como:

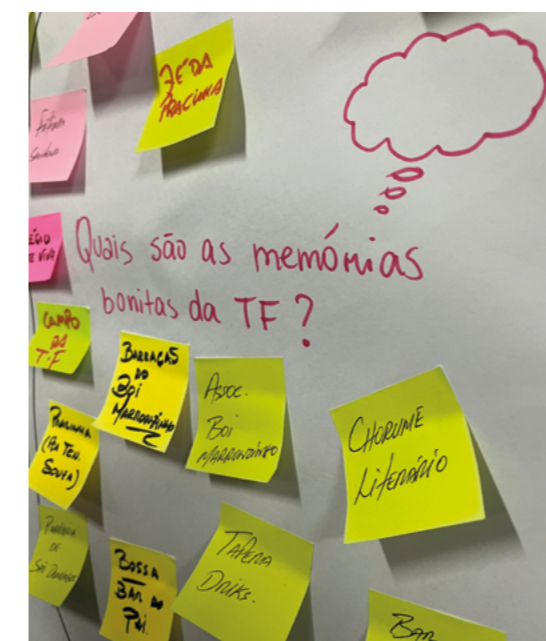
- “Quem constrói a Terra Firme?”
- “Quais são as memórias bonitas da Terra Firme?”

6. Escuta de impactos vivenciados

Os participantes responderam à pergunta:

- “Como a falta de saneamento impactou/impacta sua vida?”

Essa fase produziu relatos profundos, emocionantes e politicamente significativos, que revelaram a dimensão cotidiana da injustiça ambiental e a centralidade do saneamento nas lutas por dignidade e reconhecimento no território.



O QUE A COMUNIDADE FALA?

Durante a oficina participativa realizada no bairro da Terra Firme, a escuta dos moradores revelou uma série de vivências marcadas pela ausência de políticas públicas estruturantes, especialmente no que diz respeito ao acesso a saneamento básico. A proposta metodológica da oficina permitiu que lideranças comunitárias, educadores populares, jovens, trabalhadores da saúde, integrantes de coletivos culturais e moradores do bairro, mesmo aqueles sem inserção em organizações formais, pudessem compartilhar suas experiências, lutas e percepções cotidianas sobre o território. O processo deu visibilidade a vozes muitas vezes silenciadas, ampliando o repertório de escuta da pesquisa e tornando-a mais fiel ao contexto vivido por quem constrói, dia após dia, o bairro.

Entre os diversos relatos, emergiram padrões comuns e uma demanda unânime: a urgência do saneamento como pauta central do território. A falta de rede de esgoto, o abastecimento de água irregular, a inexistência de drenagem e o acúmulo de resíduos sólidos foram apontados como problemas que atravessam a vida dos moradores em múltiplas dimensões. Os impactos não são apenas físicos ou ambientais: estão diretamente ligados à saúde pública, à mobilidade, ao acesso à educação e ao trabalho, à dignidade e à possibilidade de viver plenamente. Vários participantes relataram faltas recorrentes à escola por conta de alagamentos, dificuldades para trabalhar ou se deslocar em dias de chuva intensa, além de doenças associadas à contaminação da água e do solo. Em alguns casos, os relatos trouxeram experiências de perda de pessoas próximas, ligadas às condições de insalubridade e à ausência do Estado. Ao apontarem os pontos mais críticos do bairro nos mapas da cartografia social, os participantes evidenciaram as zonas de alagamento como áreas prioritárias de intervenção e também como símbolos materiais da negligência histórica com o bairro. Esses marcadores territoriais mostraram como a crise climática, embora muitas vezes discutida em abstrato, se manifesta de forma concreta e cotidiana na vida das populações racializadas e periféricas da Amazônia urbana.

Por outro lado, a atividade da árvore de memórias revelou outra camada do território. A partir de perguntas disparadoras como “Quem constrói a Terra Firme?” e “Quais são as memórias bonitas da Terra Firme?”, os participantes compartilharam lembranças da infância, histórias com seus pais e avós, brincadeiras nas ruas alagadas, festas populares, vivências nos cursinhos comunitários, nas escolas do bairro, nos espaços religiosos e nos coletivos culturais. Essa dinâmica permitiu que

as pessoas revisitassem suas memórias afetivas e refletissem sobre as transformações históricas do bairro, comparando o passado com o presente e imaginando possíveis cenários para o futuro. As falas revelaram a força da cultura popular, dos vínculos de vizinhança, dos espaços comunitários e das lideranças locais que, com sua atuação política, religiosa, pedagógica ou cultural, tornam-se guardiãs de saberes e referências para a comunidade. A árvore de memórias não apenas contribuiu para a valorização das histórias locais, mas também teve um efeito simbólico importante: reposicionou o olhar sobre o território, ajudando os participantes a enxergar a Terra Firme não apenas como um lugar de carências, mas como um espaço de potência, de vida, de criação e de solução. A oficina, nesse sentido, foi um momento de reencantamento com o próprio território, em que a dor e a luta dividiram espaço com a afetividade e a imaginação política.

A tensão entre vulnerabilidade e resiliência apareceu em muitos relatos. Houve quem contasse que, em determinados momentos da infância, as enchentes eram também motivo de alegria: permitiam jogar bola na rua, nadar com os amigos, experimentar o bairro de outro modo. Sem romantizar a precariedade, essas memórias revelam uma relação mais complexa com o ambiente. Essa ambiguidade reforça a inteligência coletiva da comunidade em criar sentidos, resistir e reinventar a vida onde o Estado se ausenta.

A Terra Firme, embora esteja localizada em uma área central de Belém e seja um dos bairros mais populosos da cidade, segue marcada pela invisibilidade institucional. Essa contradição gerou, entre os participantes, sentimentos de indignação e denúncia, mas também de reivindicação ativa por mudanças. O que os relatos nos mostram é que o debate sobre justiça climática, para essa comunidade, passa necessariamente pela resolução das demandas mais básicas: saneamento, mobilidade, saúde, moradia digna. Mas também passa pela escuta, pelo reconhecimento dos saberes locais, e pela valorização da vida coletiva que pulsa nos territórios periféricos da Amazônia.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a compreender como a ausência de infraestrutura afeta desproporcionalmente comunidades racializadas e vulnerabilizadas da Amazônia urbana, tomando como caso o bairro da Terra Firme, em Belém do Pará. Mais do que um recorte geográfico, o território foi compreendido como espaço de vida, de memória e de disputa política, onde as desigualdades se materializam, mas onde também se constroem resistências, alternativas e potências coletivas.

O percurso metodológico adotado foi profundamente influenciado pela vivência da própria pesquisadora como moradora da Terra Firme e como ativista em agendas de justiça climática. Essa inserção territorial não apenas ancorou o olhar investigativo em uma perspectiva situada e sensível, como também possibilitou o acesso e o diálogo com os moradores.

A pesquisa evidenciou que a ausência de saneamento básico permanece como uma das principais expressões da injustiça climática nas periferias urbanas amazônicas. A falta de esgotamento sanitário, a precariedade no abastecimento de água, a inexistência de drenagem e o acúmulo de resíduos sólidos não são apenas indicadores de carência material, são experiências cotidianas que comprometem o direito à saúde, à mobilidade, à educação e ao trabalho. Ao mesmo tempo, o processo de escuta e mapeamento permitiu o resgate de uma narrativa afetiva e cultural do bairro. Esses registros afetivos não apenas revelaram a força da vida comunitária, mas também reposicionaram o território como um lugar de potência, inovação e produção de soluções.

Em um momento em que a Amazônia ganha centralidade nos debates nacionais e internacionais sobre clima, sustentabilidade e futuro do planeta, olhar para as cidades amazônicas e, em especial, para suas periferias urbanas, é uma tarefa urgente. A Terra Firme, como revelou esta pesquisa, é ao mesmo tempo expressão dos desafios históricos da urbanização excludente e espaço fértil de resistência e reexistência. Falar de justiça climática na Amazônia urbana é, portanto, falar de reparação e de direito à cidade.



A pesquisa evidenciou que a ausência de saneamento básico permanece como uma das principais expressões da injustiça climática nas periferias urbanas amazônicas. A falta de esgotamento sanitário, a precariedade no abastecimento de água, a inexistência de drenagem e o acúmulo de resíduos sólidos.



NORDESTE

A região Nordeste, assim como a região Norte, ocupa um lugar emblemático no debate sobre justiça climática e justiça racial no Brasil. Historicamente marcada por processos de exclusão socioeconômica, migração forçada e ausência de políticas públicas estruturantes, a região revela, ao mesmo tempo, um impressionante repertório de resistência territorial e protagonismo de populações negras, quilombolas e tradicionais. Os dados apresentados neste Dossiê evidenciam a complexidade da realidade nordestina e dialogam diretamente com os temas desenvolvidos pelos dois bolsistas da região, cujas pesquisas se debruçaram sobre comunidades pesqueiras e quilombolas, pressionadas por grandes empreendimentos e pela precariedade dos serviços básicos.

A migração nordestina, especialmente intensa entre as décadas de 1980 e 2000, expõe um cenário de expulsão silenciosa, motivada não apenas pela seca, mas também pela concentração de investimentos em outras regiões do país. Embora tenha havido uma relativa desaceleração nas últimas décadas, a estabilidade migratória ainda não foi alcançada, e o Sudeste continua sendo o principal destino de nordestinos em busca de melhores condições de vida. Esse deslocamento forçado revela o quanto a negação de direitos – especialmente à água, ao território e à renda – têm moldado os fluxos populacionais da região.

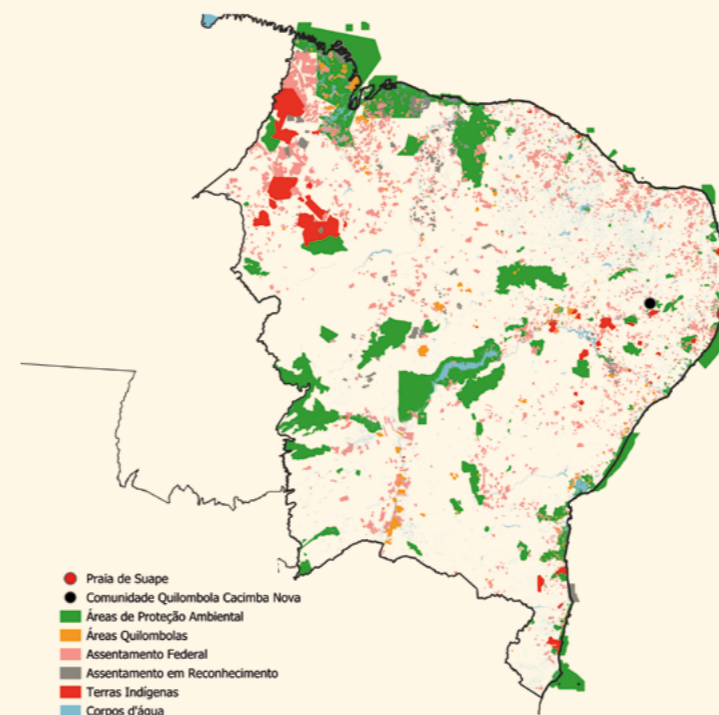
Do ponto de vista socioeconômico, a maioria dos estados do Nordeste apresenta uma renda per capita inferior à média nacional. A desigualdade racial e de gênero acompanha essa realidade: mulheres e homens pretos e pardos concentram os menores rendimentos e as maiores taxas de informalidade, subemprego e insegurança alimentar. O dado mais alarmante talvez seja o da insegurança alimentar: a região Nordeste abriga 37% dos domicílios urbanos e rurais em situação de insegurança alimentar no Brasil. Ao mesmo tempo, é também a região com a maior população quilombola do país, cerca de 906 mil pessoas, o que corresponde a 68% do total nacional.

Esses números não são abstrações e, na maioria dos casos, ainda estão subdimensionados. Eles se materializam nos territórios investigados pelos bolsistas, que denunciam as pressões crescentes sobre comunidades que há séculos mantêm formas tradicionais de vida, trabalho e

relação com a natureza. No litoral pernambucano, por exemplo, comunidades pesqueiras lideradas por mulheres enfrentam os avanços e os efeitos de empreendimentos e megaempreendimentos como hotéis, resorts e complexos industrial-portuários, que colocam em risco suas práticas produtivas, a saúde e formas de sociabilidade, além de seu direito à terra e ao território. Na Paraíba, os parques eólicos e solares, implantados sem consulta prévia com os territórios, impactam comunidades quilombolas, gerando conflitos fundiários, degradação ambiental e aprofundando a escassez hídrica, problema que historicamente marca a região, que se intensifica com a emergência climática.

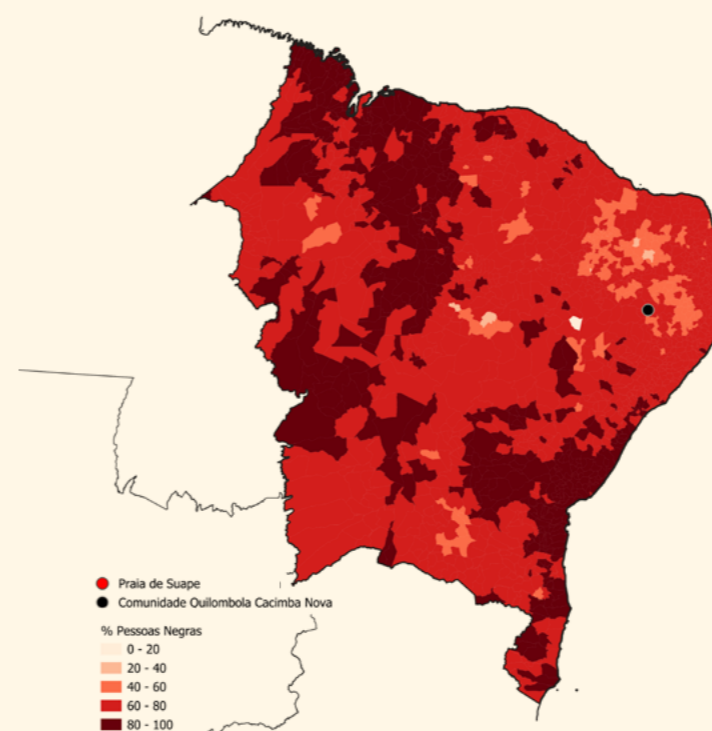
As experiências registradas neste Dossiê mostram que a justiça climática no Nordeste passa, necessariamente, pelo reconhecimento dos territórios tradicionais e das populações que os mantêm vivos. Passa também pela superação de um modelo de desenvolvimento que impõe supostamente “soluções energéticas” ou “fomento ao turismo” sem considerar os modos de vida locais. A região, marcada por uma grande sabedoria popular, por tecnologias ancestrais de convivência com o semiárido e por experiências de organização coletiva, ainda é tratada sob a ótica da carência ou da vulnerabilidade, quando, na verdade, oferece caminhos concretos para um futuro verdadeiramente mais justo e sustentável. Reconhecer isso é tarefa essencial na construção de uma agenda climática brasileira.

TERRAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, ASSENTAMENTOS DO INCRA, LOCALIDADES E ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NA REGIÃO NORDESTE



Fonte: IBGE, 2022; Mapbiomas, 2023; INCRA, 2023.

PORCENTAGEM DE PESSOAS NEGRAS NA REGIÃO NORDESTE



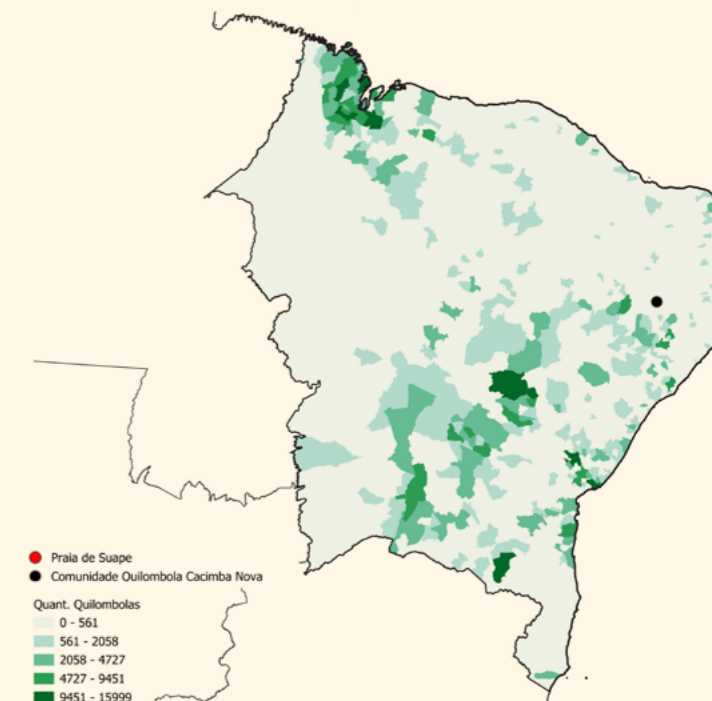
Fonte: IBGE, 2022.

MATRIZ ENERGÉTICA DA REGIÃO NORDESTE



Fonte: IBGE, 2022; Mapbiomas, 2023.

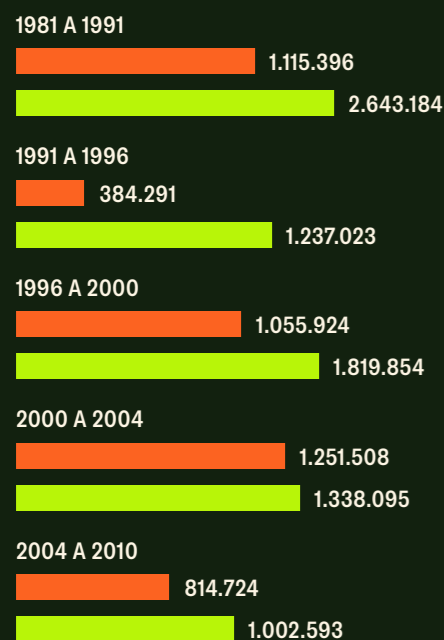
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA NA REGIÃO NORDESTE



Fonte: IBGE, 2022.

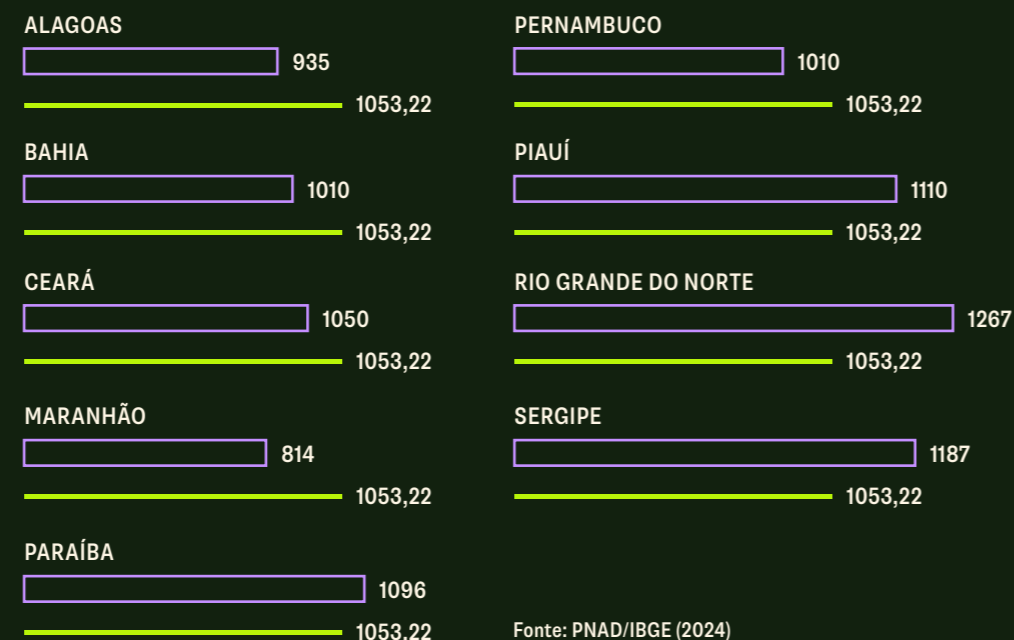
MIGRAÇÃO NORDESTINA

EMIGRANTES EMIGRANTES



RENDA MÉDIA PER CAPITA

RENDA MÉDIA PER CAPITA - 2022 MÉDIA RENDA NORDESTE - 2022



RENDIMENTO MÉDIO EM REAL 2023

HOMEM BRANCO HOMEM PRETO OU PARDO MULHER BRANCA MULHER PRETA OU PARDA



Fonte: PNAD/IBGE (2024)

JOSIEL ALVES

CARTOGRAFIA SOCIOCULTURAL QUILOMBO CACIMBA NOVA, SÃO JOÃO DO TIGRE-PB: PROCESSOS ORGANIZATIVOS E REIVINDICATÓRIOS DOS DIREITOS QUILOMBOLAS

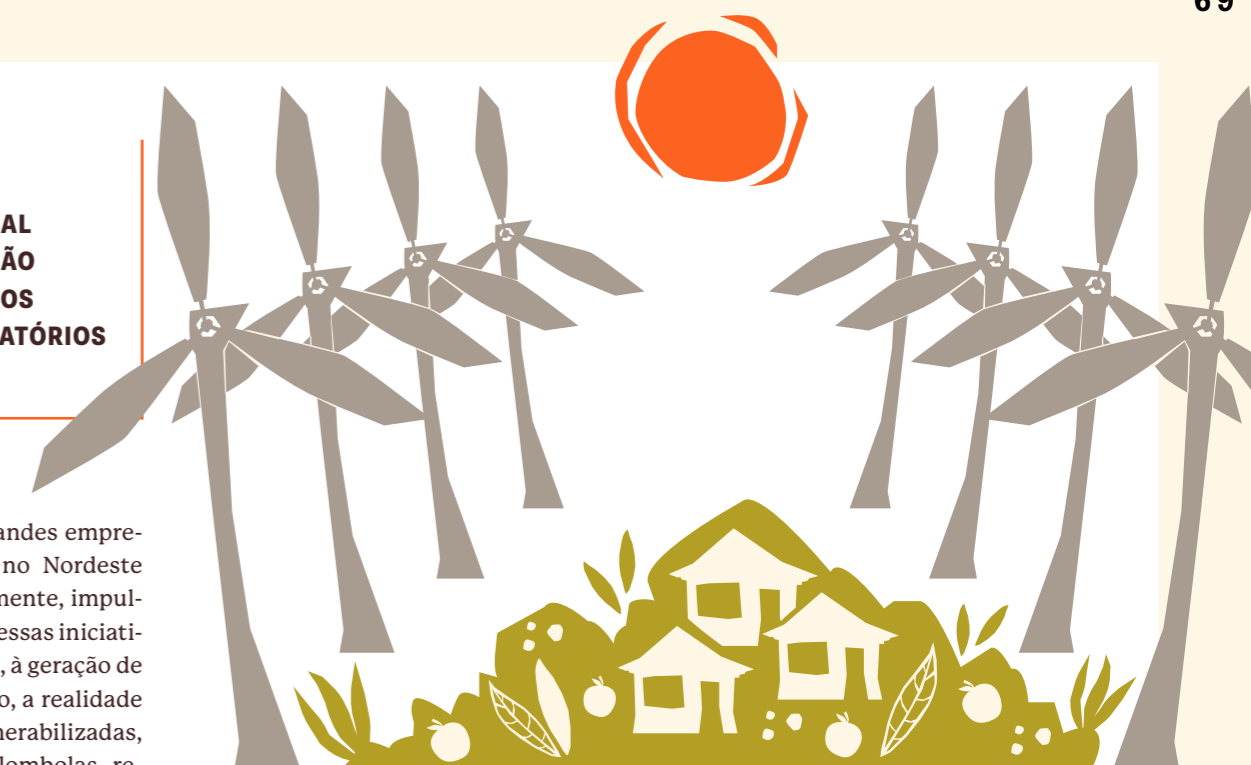
QUAL O TEMA?

Nos últimos anos, a operação de grandes empreendimentos de energia renovável no Nordeste brasileiro tem se expandido rapidamente, impulsionada por discursos que associam essas iniciativas ao desenvolvimento sustentável, à geração de renda e à inclusão social. No entanto, a realidade vivida pelas populações mais vulnerabilizadas, especialmente as comunidades quilombolas, revela contradições profundas entre o discurso institucional e os efeitos concretos desses empreendimentos sobre os territórios ancestrais.

Esta pesquisa parte da constatação de que a dinâmica de atuação dessas empresas frequentemente desrespeita os direitos fundamentais das comunidades tradicionais, sobretudo no que diz respeito à consulta prévia, livre e informada, um direito garantido pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mas sistematicamente ignorado. O processo de expansão das energias ditas “limpas” tem agravado vulnerabilidades já existentes, como o acesso precário a políticas públicas essenciais (água, saneamento, moradia, lazer) e a ausência de reconhecimento territorial e cultural.

Ao abordar essas questões, a pesquisa propõe o tensionamento de conceitos como “energia limpa”, “sustentável” e “empreendimento de baixo impacto”, convidando a sociedade a enxergar além das narrativas dominantes e reconhecer a riqueza de saberes, modos de vida e patrimônios imateriais presentes no semiárido nordestino. A região, muitas vezes vista como inóspita ou vazia, é, na verdade, território de vida, cultura e resistência há séculos.

Além disso, a produção acadêmica sobre os impactos das energias renováveis ainda apresenta lacunas importantes. Muitos estudos abordam os efeitos de forma ampla, sem considerar as especificidades das comunidades quilombolas, ou equiparam seus impactos aos vividos por comunidades camponesas, desconsiderando as particularidades jurídicas, culturais e territoriais que distinguem esses grupos. Por isso, é fundamental valorizar pesquisas que tragam o olhar de dentro dos territórios e deem centralidade às vozes das populações afetadas.



A emergência de inserir essas populações na formulação, discussão e implementação de políticas públicas não é apenas uma questão de justiça, mas uma condição para garantir que seus direitos sejam respeitados e que os caminhos para o futuro sejam construídos de forma coletiva e democrática. Ao focar em uma comunidade quilombola localizada no semiárido paraibano, esta pesquisa contribui para ampliar o debate sobre justiça climática e justiça racial, revelando como a expansão das energias renováveis pode, paradoxalmente, reproduzir lógicas coloniais de expropriação e silenciamento se não for pautada pelo respeito e direito aos territórios e à autodeterminação dos povos que os habitam.

QUAL O TERRITÓRIO?

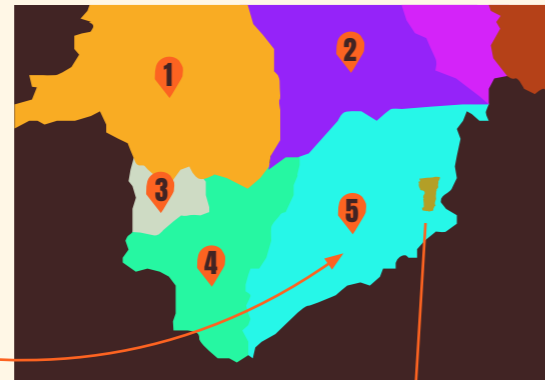
A Comunidade Quilombola Cacimba Nova está localizada no município de São João do Tigre, na microrregião do Cariri paraibano, situada no Planalto da Borborema. É uma das dez comunidades quilombolas reconhecidas na região, integrando o conjunto de 51 comunidades existentes na Paraíba, das quais 47 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares e quatro estão em processo de autorreconhecimento. A comunidade, atualmente composta por 85 famílias e aproximadamente 400 habitantes, é um território tradicional de vida, ancestralidade e resistência negra no semiárido nordestino.

O principal meio de subsistência das famílias é a agricultura familiar quilombola, complementada por programas sociais como o Bolsa Família e traba-

MAPA DA PARAÍBA

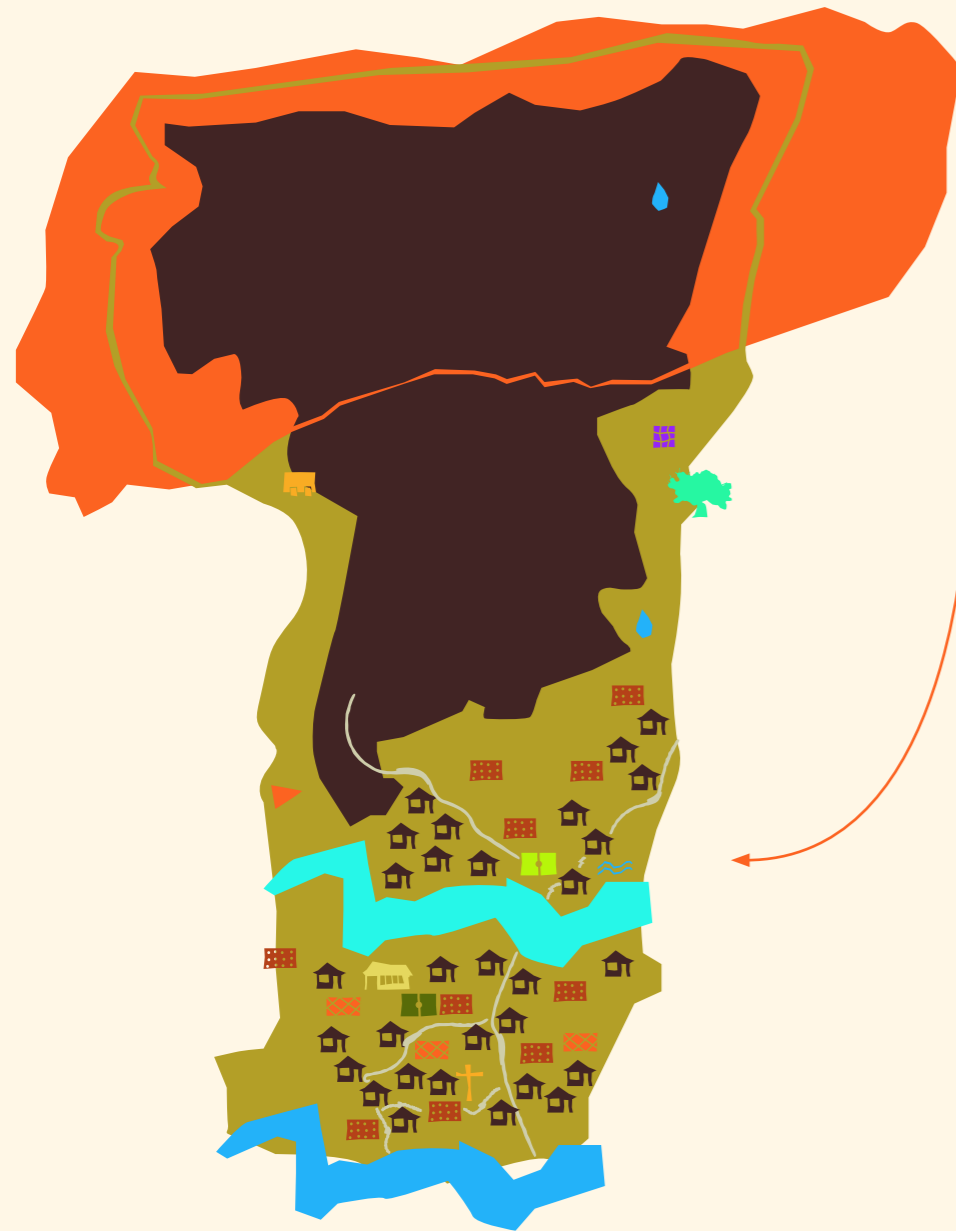


MAPA DE SÃO JOÃO DO TIGRE



- 1 MONTEIRO
- 2 CAMALAÚ
- 3 ZABELÊ
- 4 SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO
- 5 SÃO JOÃO

CARTOGRAFIA SOCIAL ELABORADA DURANTE A PESQUISA



- CASAS DO QUILOMBO
- TANQUE EMBORCADO
- TANQUE DE PEDRA
- UMBUZEIRO
- NASCENTE DE ÁGUA
- DESSALINIZADOR DE ÁGUA
- IGREJA CATÓLICA
- IGREJA EVANGÉLICA
- ESTRADA PRINCIPAL
- RIO DE MÃE NEGA
- RIO DO SACO DO MOCO
- SALÃO COMUNITÁRIO
- BARREIROS
- ROÇADOS
- ÁREA COLETIVA DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS
- CAMPO DE FUTEBOL ANTIGO
- CAMPO DE FUTEBOL ARENA UNIÃO
- ÁREA DE INTERESSE DE EMPRESAS DE ENERGIA



lhos temporários, como pedreiro, diarista, costureira, entre outros. A organização coletiva ocorre sobretudo por meio da associação quilombola local e das lideranças comunitárias, que atuam na defesa dos direitos e da permanência no território ancestral. Apesar disso, a comunidade ainda enfrenta diversos desafios estruturantes, como o difícil acesso a políticas públicas básicas de saúde, educação, saneamento, água e incentivo à produção.

A certificação da comunidade, conquistada em 2017, é fruto de um processo de mobilização protagonizado por mulheres e jovens quilombolas. Esse marco simboliza não apenas o reconhecimento de sua identidade étnica e territorial, mas também a luta contra o racismo estrutural e a invisibilização histórica dessas populações.

Atualmente o território vive os impactos da instalação de empreendimentos de energia renovável, especialmente eóli-

ca, que tem afetado diretamente o território, os modos de vida e as memórias coletivas da comunidade. A chegada desses empreendimentos ocorreu entre 2014 e 2015, quando empresas iniciaram negociações com moradores e lideranças locais para o arrendamento de terras, com a promessa de estudos preliminares e geração de renda. No entanto, o que se instaurou foi um processo de avanço silencioso sobre as terras comunitárias, sem consulta prévia, livre e informada, conforme estabelece a Convenção 169 da OIT.

A territorialidade quilombola, enraizada na oralidade, na memória e nas práticas culturais cotidianas, tem sido ameaçada por uma lógica empresarial que impõe novas fronteiras físicas, como cercas e demarcações privadas, desconsiderando a coletividade e a ancestralidade do uso da terra. Um exemplo emblemático é a área conhecida como Cabeira, identificada pela presença de um ipê-amarelo. Trata-se de um espaço historicamente utilizado para a criação de animais, preservação de nascentes e atividades culturais como rodas de capoeira. Hoje, a área encontra-se cercada e apropriada por terceiros, em nome de títulos de posse que ignoram a ocupação tradicional e o uso coletivo do espaço.

Esse processo revela a face perversa de um modelo de desenvolvimento que, sob o discurso de energia “limpa” e “sustentável”, reforça desigualdades, viola direitos e aprofunda as vulnerabilidades

de populações já historicamente marginalizadas. A produção de energia no semiárido nordestino, fortemente incentivada por investimentos públicos e privados (inclusive do BNDES e empresas estrangeiras), desconsidera os impactos socioculturais sobre os povos e comunidades tradicionais. A região concentra 68,2% da população quilombola do país (IBGE, 2022), o que exige um olhar atento e específico para seus direitos territoriais e culturais.

Além das perdas materiais e simbólicas, há também um déficit profundo de informações acessíveis à população local. Muitas vezes, os dados sobre projetos, obras e decisões políticas são divulgados de forma técnica ou restrita, o que impede a participação efetiva das comunidades nos processos que as afetam diretamente. Garantir o acesso à informação, de forma detalhada e culturalmente adequada, é parte do direito à autodeterminação dessas populações.

Para além desse contexto, esta pesquisa buscou também apresentar como a região é viva, rica em biodiversidade e com populações tradicionais que, há séculos, habitam e preservam o bioma da caatinga. Reconhecer os saberes ancestrais, os modos de viver e a resistência das comunidades quilombolas é uma tarefa coletiva, que exige escuta e mudança de paradigmas.

METODOLOGIA

1. Inserção do pesquisador no território

A pesquisa foi conduzida por um pesquisador quilombola, educador e comunicador popular com trajetória de atuação junto às comunidades quilombolas da Paraíba. Essa inserção prévia teve papel central na criação de vínculos de confiança e no reconhecimento da legitimidade da pesquisa por parte da comunidade. A presença contínua e o pertencimento do pesquisador ao contexto quilombola foram determinantes para analisar e compreender as narrativas locais, ter uma escuta qualificada e possibilitaram a construção conjunta de análises sobre o território.

2. Sistematização de dados

Antes das atividades de campo, foi realizada uma etapa de levantamento e sistematização de dados sobre o território de Cacimba Nova e a conjuntura das comunidades quilombolas na Paraíba. Essa fase incluiu a análise de documentos oficiais (certificações, leis, decretos), dados do IBGE e informações institucionais da Fundação Cultural Palmares e da Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba (CEC-NEQ/PB). Essa base contribuiu para a elaboração de um panorama inicial sobre as vulnerabilidades e potencialidades do território em estudo.

3. Observação participante e etnografia

Durante o período da pesquisa, foi adotada a observação participante como técnica de imersão no cotidiano da comunidade, buscando compreender os modos de vida, as relações territoriais, as práticas culturais e os impactos vividos com a chegada dos empreendimentos de energia renovável. A etnografia também foi incorporada como abordagem metodológica, com registros em caderno de campo, captação de imagens, vídeos e gravações para registro

4. Oficina de elaboração da cartografia sociocultural

A cartografia social foi o principal método utilizado, por permitir a construção coletiva da memória territorial e a visibilização das dinâmicas de uso e conflitos sobre o território. A Oficina de Cartografia Sociocultural da Comunidade Quilombola Cacimba Nova foi realizada em dois momentos:

Primeiro Momento – Construção da Cartografia: Contou com a participação ativa das mulheres e da juventude quilombola, especialmente aquelas e aqueles vinculados à associação quilombola. A oficina teve como ponto de partida discussões sobre o conceito racismo ambiental, megaempreendimentos e segurança alimentar. A comunidade já possuía um conhecimento prévio sobre o processo de cartografia social, o que facilitou o engajamento e a troca de experiências. Ao final, foi construída coletivamente uma representação cartográfica do território atual.

Segundo Momento – Devolutiva e Entrega da Cartografia: Realizado durante a celebração do Novembro Negro na própria comunidade, com a apresentação da cartografia finalizada e sistematizada aos moradores. Houve boa receptividade e interação entre os participantes, que reconheceram os elementos do mapa como parte da vivência coletiva.

5. Registro e Sistematização Audiovisual

Ao longo de todo o processo, foram realizados registros fotográficos, com o consentimento da comunidade, para documentar as oficinas, entrevistas, conversas informais e os momentos de escuta ativa.

LINHA DO TEMPO

Quilombo Cacimba Nova - 10 anos de avanços e de reivindicações dos direitos quilombolas.

2014

Mobilização das mulheres quilombolas e criação do Grupo dos 10

2015

Chegada da empresa Renova e início da discussão sobre energias renováveis. Criação do grupo de juventude quilombola

2016

Construção do Salão Comunitário e registro da Associação Quilombola

2017

Certificação oficial da Comunidade Quilombola Cacimba Nova

2018

Implantação do dessalinizador via Programa Água Doce

2019

Encontro do PJR e 1ª oficina de cartografia social

2020-21

Pandemia, isolamento e vacinação após mobilização quilombola

2022

Pandemia, isolamento e vacinação após mobilização quilombola

2023

Ampliação do acesso ao Seguro Safra

2024

Perfuração de poços, cisternas e construção do Protocolo de Consulta

A COMUNIDADE AINDA ENFRENTA DIVERSOS DESAFIOS ESTRUTURANTES, COMO O DIFÍCIL ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS BÁSICAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SANEAMENTO, ÁGUA E INCENTIVO À PRODUÇÃO.



O QUE A COMUNIDADE FALA?

A pesquisa desenvolvida junto à Comunidade Quilombola Cacimba Nova foi atravessada por uma forte dimensão participativa, sustentada pela escuta atenta e pela valorização das memórias, histórias e experiências vividas pelas pessoas do território. Os relatos coletados revelam um percurso de organização, resistência e construção de autonomia que se entrelaça com as marcas do racismo estrutural e ambiental e da exclusão histórica enfrentada pela comunidade. A ausência sistemática de políticas públicas, o apagamento da identidade quilombola e a desigualdade em relação a outras comunidades vizinhas foram elementos que despertaram a mobilização das mulheres quilombolas, dando origem ao Grupo dos 10, formado por nove mulheres e um homem, que passou a se reunir à sombra da árvore Algaroba. Foi desse processo que nasceu a associação quilombola da comunidade, marco essencial nas lutas por direitos e reconhecimento.

O ano de 2015 marcou um ponto de inflexão na trajetória de Cacimba Nova. Nesse período, chegaram ao território agentes da empresa Renova, interessados em instalar anemômetros para medir o potencial do vento da região. A comunidade, sem acesso prévio a informações sobre energias renováveis e seus impactos, foi surpreendida com propostas de arrendamento de terras. Os moradores relataram não apenas o desconhecimento sobre o tema, mas também a forma como foram persuadidos a assinar contratos mediante promessas de recursos financeiros imediatos e ganhos futuros. O processo se deu sem consulta prévia, livre e informada, ferindo direitos fundamentais da comunidade e evidenciando os riscos de violação territorial por agentes externos.

Nesse mesmo ano, a juventude do quilombo também começou a se organizar, criando um grupo para discutir suas demandas, participar de eventos e representar a comunidade. Essa mobilização resultou em ações significativas nos anos



seguintes, como a oferta de aulas de capoeira para crianças e jovens e a participação em encontros de formação, como o Encontro de Formação da Pastoral da Juventude Rural da Paraíba, realizado em 2019. Ainda em 2015, o quilombo participou do I Intercâmbio das Comunidades Quilombolas, fortalecendo os laços entre territórios e trocando experiências de resistência e produção coletiva.

Entre 2016 e 2017, novos marcos se consolidaram. A construção do Salão Comunitário do Quilombo criou um espaço de encontro, articulação e sociabilidade, utilizado tanto para reuniões da associação como para atividades voltadas à assistência social do município. A partir da mobilização da associação e das lideranças comunitárias, a comunidade conseguiu a implantação de um sistema de dessalinização de água por meio do Programa Água Doce. O equipamento, instalado a partir da ativação de um poço artesianos que antes estava inoperante, passou a beneficiar diretamente os moradores do quilombo, os sítios vizinhos e a escola do distrito de Cacimbinha, ampliando o acesso à água potável.

A formalização da Associação Quilombola Rural de Cacimba Nova e Adjacências em cartório, bem como o processo de certificação da comunidade como remanescente de quilombo, foram frutos da atuação articulada das mulheres e da juventude, que sistematizaram os conhecimentos sobre as origens do território e deram forma à memória coletiva da comunidade. A primeira oficina de cartografia social, realizada em 2019 e facilitada pela



Comissão Pastoral da Terra (CPT), permitiu mapear coletivamente os lugares centrais do quilombo e compreender o território a partir da vivência das pessoas que o habitam. Essa metodologia foi retomada em 2023 com a realização da Oficina de Cartografia Sociocultural, dividida em dois momentos: o primeiro voltado à discussão de conceitos como território, ancestralidade e identidade quilombola, com participação ativa das mulheres e jovens; e o segundo realizado durante a festa do Novembro Negro, quando foi apresentada à comunidade a versão final do mapa construído, fortalecendo o pertencimento e a autonomia territorial.

Durante a pandemia de COVID-19, em 2020, a comunidade vivenciou os impactos do isolamento social, da redução das visitas externas e da demora no acesso à vacinação. Somente após intensa mobilização do movimento quilombola nacional é que o direito à vacinação foi efetivado. Nos anos seguintes, outras ações fortaleceram a vida comunitária e o reconhecimento cultural. Em 2022, o grupo de danças das mulheres foi criado em parceria com a assistência social municipal, e mesmo após o encerramento do apoio institucional, seguiu sendo mantido pelas próprias mulheres do quilombo. Em 2023, houve o avanço no acesso ao Seguro Safra para famílias que antes não conseguiam comprovar sua documentação, resultado direto do processo de articulação interna e de assessoria na regularização documental.

Já em 2024, a comunidade foi beneficiada com a perfuração de novos poços artesianos e com a construção de cisternas pelo Projeto COOPERAR, possibilitando maior segurança hídrica para diversas famílias. Algumas também passaram a integrar o programa Incluir Paraíba, que visa fomentar a aquisição de animais para criação, consumo e geração de renda. Um marco simbólico e político do ano foi a construção coletiva do Protocolo de Consulta Prévia, Livre, Informada e de Boa-Fé da comunidade, realizado em parceria com a Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba - CECNEQ/PB, reafirmando o direito à autodeterminação e à proteção frente aos avanços de empreendimentos no território.

Os relatos demonstram que a história do Quilombo Cacimba Nova é feita de luta contínua, reconstrução da memória e afirmação da identidade. A oralidade, os gestos de organização coletiva e a articulação com políticas públicas demonstram a potência de uma comunidade que, mesmo diante das tentativas de apagamento, segue fortalecida em sua ancestralidade e em sua relação com a terra. Os relatos aqui sistematizados não são apenas memórias, mas também denúncias e testemunhos de um território vivo e em movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de luta do Quilombo Cacimba Nova, no município de São João do Tigre, Paraíba, expressa com potência a resistência histórica e a reinvenção cotidiana de uma comunidade quilombola diante das múltiplas formas de negação de direitos. Ao longo de uma década, mulheres, jovens e lideranças locais mobilizaram-se para organizar sua comunidade, constituir institucionalmente sua associação quilombola e alcançar o reconhecimento oficial como território.

A cartografia sociocultural elaborada neste processo demonstrou como as relações históricas e culturais com o território ainda se mantêm vivas e essenciais para a sobrevivência da comunidade. A identificação das áreas sagradas, das nascentes e dos espaços coletivos reflete a conexão profunda que os moradores de Cacimba Nova têm com a terra, além de evidenciar a fragilidade do território diante da pressão dos empreendimentos energéticos.

A implantação de projetos de energia eólica no território, iniciada sem qualquer consulta prévia, livre e informada, expôs a comunidade a um novo ciclo de violações, marcado pela expropriação simbólica e física do território, pela fragmentação das relações comunitárias e pela intensificação das vulnerabilidades já existentes. Apesar dos desafios, os relatos colhidos ao longo da pesquisa mostram que a comunidade não é passiva diante dos processos que a atravessam. A formação política da juventude, a valorização das práticas culturais e a reconstrução das narrativas históricas da comunidade também despontam como estratégias fundamentais de fortalecimento do território e das subjetividades. Portanto, a luta por justiça climática, territorial e social continua sendo um eixo central na resistência do Quilombo Cacimba Nova, que segue desafiando o apagamento de sua memória ancestral e a violação de seus direitos.

Apesar dos desafios, os relatos colhidos ao longo da pesquisa mostram que a comunidade não é passiva diante dos processos que a atravessam.



BEATRIZ SOUZA

AS TERRITORIALIDADES PRESENTES NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DO CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE: A VIVÊNCIA E A LUTA DAS MULHERES PESCADORAS.

QUAL O TEMA?

A pesquisa desenvolvida no âmbito do programa buscou compreender as territorialidades das comunidades pesqueiras do Cabo de Santo Agostinho-PE, a partir das perspectivas das mulheres pescadoras, através de suas memórias, vivência e resistência. O estudo parte do reconhecimento da ancestralidade, do pertencimento e das múltiplas dimensões da vida pesqueira para evidenciar os impactos socioambientais e climáticos que atravessam o litoral cabense, sobretudo aqueles decorrentes da instalação e expansão do Complexo Industrial-Portuário de Suape (CIPS).

A chegada do CIPS reconfigurou drasticamente a dinâmica territorial da região, impondo uma lógica de desenvolvimento econômico que negligencia os direitos das populações tradicionais. A ausência de políticas públicas que salvaguardem as comunidades pesqueiras intensifica processos de deslocamento forçado, degradação ambiental e precarização das condições de trabalho e vida das pescadoras. Além disso, a abertura político-econômica dos gestores e legisladores locais às grandes corporações ligadas ao Complexo - Portuário, sem a exigência de compensações sociais e ambientais, amplia a vulnerabilidade desses grupos e fragiliza a luta por seus direitos.

A pesquisa evidencia que essa realidade não se restringe à esfera econômica, mas envolve fatores políticos, sociais e culturais, como a perda contínua da identidade e dos saberes tradicionais transmitidos entre gerações. A territorialidade das pescadoras, marcada pela relação simbiótica com o mar e pelos conhecimentos ancestrais sobre pesca, marés e biodiversidade costeira, está sob ameaça diante da crescente industrialização e do avanço da especulação imobiliária. Essa ruptura impacta diretamente a autonomia dessas mulheres, que encontram cada vez mais obstáculos para a reprodução de suas práticas tradicionais, resultando em um deslocamento não apenas físico, mas também cultural e subjetivo.

Este trabalho busca somar-se às produções críticas existentes, contribuindo para a ampliação de dados sobre essas comunidades, de modo a fortalecer estratégias de denúncia, valorização e incidência política para a garantia de direitos.



Ainda que o CIPS seja objeto de diversos estudos acadêmicos e técnicos, há um vácuo significativo de informações sobre as comunidades pesqueiras, tanto pela dificuldade de mapeamento por parte das instituições governamentais quanto pela necessidade de resguardar informações sensíveis que dizem respeito à própria sobrevivência desses grupos.

A pesquisa se estrutura a partir de uma abordagem decolonial e interseccional, considerando a centralidade do racismo ambiental na precarização das condições de vida dessas populações e as estratégias comunitárias para a justiça climática e ambiental. O objetivo central da pesquisa é identificar as territorialidades presentes na vivência das pescadoras do Cabo de Santo Agostinho, partindo de três eixos específicos:

- **História e pertencimento** – Compreender as relações das pescadoras com o território, sua ancestralidade e suas narrativas de resistência.
- **Cartografia das territorialidades** – Mapear as práticas e dinâmicas que estruturam a vida pesqueira sob a perspectiva das próprias mulheres.
- **Violações e riscos socioambientais** – Identificar os impactos da industrialização sobre as comunidades e os desafios enfrentados para a manutenção de seus modos de vida.

Ao inserir-se no debate sobre justiça climática, este trabalho não apenas documenta e analisa as experiências das pescadoras, mas busca contribuir para o fortalecimento de políticas públicas e ações que garantam a autonomia e o reconhecimento dessas comunidades como agentes fundamentais na construção de alternativas sustentáveis para o território.

QUAL O TERRITÓRIO?

O município do Cabo de Santo Agostinho, situado ao sul da Região Metropolitana do Recife (RMR) e abriga 203.440 habitantes, segundo o Censo 2022 (IBGE). Seu território se caracteriza pela diversidade de paisagens e dinâmicas sociais, abrangendo áreas rurais, urbanas e litorâneas, em um contexto geográfico e econômico marcado tanto pelo potencial turístico quanto pelas atividades produtivas tradicionais, como a agricultura e a pesca. Essas práticas, historicamente enraizadas na cultura local, são transmitidas

de geração em geração, com os saberes e tecnologias ancestrais sendo transmitidos dos mais velhos para os mais novos.

Para além de compor um dos trechos mais exuberantes do litoral sul de Pernambuco, com praias reconhecidas pelo seu valor paisagístico e ecológico, o município se destaca por abrigar um dos maiores polos industriais da região: o Complexo Industrial-Portuário de Suape (CIPS). Criado na década de 1970 e com operações iniciadas em 1983, o CIPS reconfigurou drasticamente o território, trazendo consigo impactos socioambientais profundos e mudanças irreversíveis para as comunidades tradicionais, especialmente as populações pesqueiras e agrícolas.

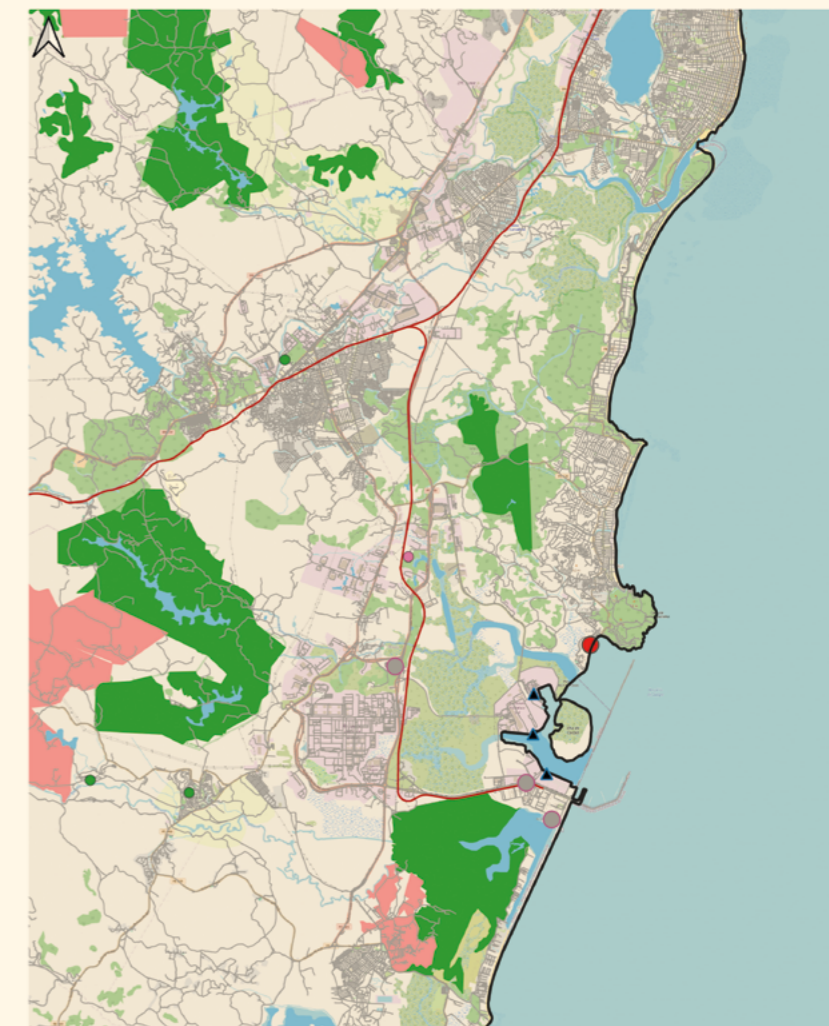
A região litorânea, que historicamente teve na pesca artesanal e na coleta de mariscos uma de suas principais bases de sustento, foi diretamente afetada pela industrialização. A construção do porto e a intensificação das atividades industriais resultaram na destruição de ecossistemas costeiros, no sumiço de diversas espécies marinhas e na poluição das águas, comprometendo a economia local e a segurança alimentar das famílias que dependem da pesca. A contaminação do ambiente marítimo reduziu significativamente a demanda por produtos pesqueiros, afetando drasticamente a renda dessas comunidades.

Além disso, os impactos não se limitaram ao litoral. As áreas rurais, especialmente as comunidades situadas no entorno estratégico do CIPS, também sofreram transformações abruptas. Diversas populações foram desterritorializadas, sendo removidas de seus territórios tradicionais, onde praticavam a agricultura familiar, para áreas urbanas, muitas vezes realocadas em conjuntos habitacionais de pouco mais de 40 m², completamente incompatíveis com seus modos de vida. Esse deslocamento forçado gerou um processo de reterritorialização desarticulado das práticas ancestrais, rompendo laços com a terra e impondo desafios à manutenção de sua cultura e identidade. As famílias que permaneceram em seus territórios vivem na iminência da remoção, resistindo às constantes ameaças e à falta de garantia de seus direitos. Esse cenário resulta na perda gradativa da identidade dos filhos de pescadores e agricultores, que crescem cada vez mais distantes das práticas e tecnologias tradicionais herdadas de suas famílias.

O CIPS também trouxe consigo consequências sociais severas, que vão além dos impactos ambientais e econômicos. A chegada massiva de trabalhadores para atuar nas indústrias e empreendimentos associados ao porto gerou um aumento significativo de casos de violação de direi-



PRAIA DE SUAPE COM DESTAQUE PARA AS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E ESTRUTURA LOGÍSTICA



- Praia de Suape
- Usina Eólica
- Usinas_Termelétricas_UTE_Biomassa
- base_glp
- ▲ HidroPortos
- Ferrovias
- Sistema viário
- Cusos d'água
- Áreas de Proteção Ambiental
- Assentamento Federal

Fonte: IBGE (2022); Mapbiomas (2023); INCRA (2023)

MAPA DE PERNAMBUCO



- 1 MORENO
- 2 VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
- 3 ESCADA
- 4 CABO DE STO. AGOSTINHO
- 5 IPOJUCA
- 6 JABOATÃO DOS GUARARAPES



- 1 SUAPE
 - 2 TIRIRI
 - 3 LAGOA DO ZUMBI
 - 4 GAIBU
 - 5 ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES
 - 6 COLÔNIA DOS PESCADORES
 - 7 SÍTIO PEDRA ALTA
 - 8 SEU BIU
 - 9 S. BILL
 - 10 ITAPUAMA
 - 11 XARÉU
 - 12 ENSEADA DO CORAIS
 - 13 NAZARÉ
 - 14 ANTIGO MANGUE
 - 15 HOTEL VILA GALÉ
 - 16 PROMAR
 - 17 OITEIRO ALTO
 - 18 ESTALEIRO
 - 19 TERMINAL DE MINÉRIOS
 - 20 ILHA DE TATUOCA
 - 21 QUILOMBO DAS MERCÊS
 - 22 CARGUEIROS
 - 23 PIER
 - 24 INDÚSTRIAS
 - 25 ESTUÁRIOS
 - 26 PESCADORES DE NOSSA SENHORA DO Ó
 - 27 ILHA DE COCAIA
 - 28 CROAS
- ROTA DAS MULHERES PESCADORAS DE SUAPE
 - ROTA DAS MULHERES PESCADORAS DE TIRIRI
 - ÁREA LIVRE PARA PESCA
 - PONTOS PESQUEIROS
 - FÁBRICAS
 - FONTES DE POLUIÇÃO
 - ÁREA DE RESTRIÇÃO DE PESCA
 - VAZAMENTO DE ÓLEO
 - POSSÍVEL FERROVIA
 - RIO NOVO
 - RIO IPOJUCA
 - RIO MASSANGANA
 - RIO MEREPE

tos humanos, especialmente a exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. Além disso, a urbanização acelerada e a desestruturação das comunidades facilitaram a formação de facções criminosas, solidificando o tráfico de drogas e as disputas territoriais na região.

Diante da multiplicidade de impactos gerados pelo CIPS, esta pesquisa opta por focar no contexto das comunidades pesqueiras, trazendo à tona as narrativas das pescadoras do Cabo de Santo Agostinho. A partir de seus relatos, buscamos compreender como a industrialização afeta não apenas seus meios de subsistência, mas também suas relações territoriais, sua autonomia e sua luta pelo direito de permanecer em seus territórios.

METODOLOGIA

1. Levantamento bibliográfico e revisão de literatura

A etapa inicial da pesquisa consistiu em uma busca sistematizada por produções acadêmicas e técnicas que tratassem da pesca artesanal no município do Cabo de Santo Agostinho, com atenção especial à atuação de mulheres pescadoras.

2. Realização de oficinas com metodologias participativas

Duas oficinas de mapeamento participativo foram realizadas como momentos centrais da pesquisa de campo, com o objetivo de construir, de forma coletiva, os registros e análises sobre os territórios afetados pelas ações do Complexo Industrial-Portuário de Suape (CIPS). Duas ferramentas metodológicas foram mobilizadas nesses encontros:

LINHA DO TEMPO:

Utilizada para registrar a memória coletiva das mulheres sobre as transformações socioambientais em seus territórios. A ferramenta foi construída simbolicamente em forma de maré, representando as fases e ciclos vividos. A partir das narrativas orais, foram identificados marcos temporais importantes, como a chegada do porto, a instalação de hotéis, o desaparecimento de espécies marinhas e a desterritorialização de comunidades.

CARTOGRAFIA SOCIAL:

A cartografia social foi realizada com base em imagens de satélite previamente preparadas e impressas, que englobavam o percurso cotidiano das pescadoras — das suas casas aos pontos de pesca. A partir dessa base, cada participante pôde mapear elementos que consideravam relevantes, como áreas poluídas, pontos de pesca, equipamentos comunitários, empreendimentos industriais e memórias afetivas. Essa etapa permitiu registrar

o território a partir da vivência, dos afetos e das percepções de quem o habita.

4. Sistematização e análise dos dados produzidos

Após os encontros, os dados gerados, incluindo anotações, mapas produzidos, transcrições dos relatos e fotografias das oficinas, foram sistematizados e analisados. Essa etapa buscou articular os saberes compartilhados pelas pescadoras com os objetivos da pesquisa, evidenciando os impactos ambientais e sociais causados pelo CIPS, os pro-



O QUE A COMUNIDADE FALA?

As oficinas de cartografias sociais realizadas com as pescadoras do Cabo de Santo Agostinho-PE permitiram o resgate das memórias e experiências sobre o território antes e depois da instalação do Complexo Industrial-Portuário de Suape (CIPS). Esses encontros foram mais do que momentos de coleta de dados: se transformaram em espaços de escuta sensível, construção coletiva do conhecimento e fortalecimento das narrativas territoriais das mulheres que vivenciam cotidianamente os efeitos da injustiça climática.

A linha do tempo permitiu que as pescadoras reconstruísem coletivamente os ciclos de vida, memória e ruptura do território. *“A gente conversou ali e depois colocou essa linha do tempo, esse papel, na parede e começou a dialogar sobre o que elas lembram dessa vivência delas naquele território”*, relatou a pesquisadora. Entre as primeiras lembranças, surgiram as casas de palha e de taipa, construídas nas décadas de 1920 e 1960, em um tempo em que a região era ainda composta por mangues, rios e ilhas abundantes. *“Antigamente as casas eram feitas de palha, de taipa também. Primeiro era de palha, em 1924, por aí. [...] Antes da vinda do porto, da vinda do resort, do hotel, elas notam uma diferença muito grande na paisagem.”*

A chegada dos grandes empreendimentos, como o hotel Vila Galé, alterou completamente a configuração do território. As mulheres relataram o processo de dragagem e aterramento dos mangues para a construção do hotel: *“Fizeram uma dragagem ali naquela região, aterraram os mangues, destruíram os mangues para construir aquele hotel.”* A percepção da degradação é sentida com o corpo e os sentidos: *“Hoje está muito pior, está muito mais desmatado, muito mais poluído.”* O esgoto lançado diretamente no mangue ainda hoje é percebido por quem transita pelo território: *“Dá para sentir esse cheiro do esgoto”*, disseram, ao relatar o corredor estreito e insalubre que restou de acesso ao mar.

Além das perdas ambientais, a chegada do porto trouxe transformações profundas na dinâmica das águas. *“Suape não tinha onda. Era como se fosse uma bacia mesmo, sabe? [...] Era diferente a configuração da maré naquela época.”* A dragagem não afetou apenas a paisagem: impactou os fluxos naturais dos rios, da vida marinha e da pesca tradicional. *“Essa ponte prejudicou até a vida marinha. Impediu que houvesse o fluxo natural dos peixes, das algas. [...] Isso afetou a pesca, a renda desses pescadores. E a saúde também, a questão socioambiental, a questão ambiental da própria maré e do próprio mangue.”*

Essas mudanças levaram à expropriação violenta de comunidades inteiras, e especial nas áreas mais próximas ao porto. Muitas famílias foram deslocadas de suas casas e reassentadas em conjuntos habitacionais como o Vila Claudete, o Nova Vila Claudete e o Vila Nova Tatuoca, distantes do litoral e das áreas de pesca. *“Eles foram coagidos a sair. Existe até hoje um processo de violência muito forte — tanto violência física quanto violência simbólica. Todo esse processo, gravíssimo.”*

O impacto do reassentamento foi profundo na vida das famílias. As mulheres refletiram sobre a inadequação dos novos espaços: *“Quem em sua consciência que moraria ali, teria o seu terreno no sítio ou próxima à praia e teria a sua rotina de pesca e toda a sua vivência atrelada àquele lugar? [...] Essas pessoas, além de perder sua fonte de renda, sua fonte de alimentação, elas também perdem uma parte de si mesmas.”* Muitas pessoas adoeceram emocionalmente após o deslocamento.

Durante a cartografia social, feita sobre uma imagem de satélite previamente impressa, as pescadoras marcaram coletivamente elementos importantes do território: seus locais de moradia e pesca, mas também os empreendimentos industriais, as áreas poluídas, os rios assoreados e as zonas de conflito. Pontos como o Bar do Doido, o Sítio Pedra Alta, a Associação dos Pescadores e a Colônia Z3 foram identificados como espaços de referência e resistência.

A cartografia também revelou áreas de conflito iminente, como o local onde se projeta a instalação de uma ferrovia e de um terminal de minérios sobre a já devastada Ilha de Cocaia. Apesar da dor, o que também emergiu com força foi a nostalgia do equilíbrio perdido. Uma das participantes sintetizou: *“A gente pescava, a gente vivia muito bem com o nosso território, a gente aproveitava do melhor que a terra poderia nos dar. [...] Existia uma relação de equilíbrio e respeito com aquele território, com aquele ambiente, com aquele conjunto de seres vivos ali, que passou a não existir mais com a vinda desse grande empreendimento, com esse grande ato colonizador que foi o empreendimento SUAPE.”*

No entanto, as mulheres também expressaram as dificuldades em mobilizar as novas gerações, diante da dependência econômica que muitos filhos e netos passaram a ter do próprio porto. *“Como é que os filhos dessa galera vão perceber que o porto mata, que o porto é ruim, que esses empreendimentos são malignos para aquele território? [...] Os filhos olham para os pais, para os avós e falam: ‘Poxa, isso trouxe tanto sofrimento pra minha família. Eu não tô vendo*

mais caminhos nisso aqui.”

Essa ruptura evidencia uma descontinuidade dos saberes tradicionais, um risco real de apagamento de práticas e culturas ancestrais. Mas as oficinas também mostraram que a memória segue viva, resistente e potente nas palavras das mulheres, e que é por meio dessa partilha que se constrói justiça territorial. Como afirmou a pesquisadora: *“Não precisou um estudo vindo de tal universidade para confirmar. É da própria vivência delas que elas percebem. Isso é científico. Isso é propriamente científico.”*

As oficinas permitiram, assim, a produção coletiva de conhecimento, a reconstrução da história sob a ótica das mulheres pescadoras e a criação de ferramentas de denúncia e resistência. O que se revelou foi uma cartografia de perdas e dores, mas também de luta, memória e esperança.

cessos de desterritorialização e os caminhos de resistência construídos pelas mulheres. O tratamento dos dados foi orientado por um olhar ético, respeitando a integridade das falas e a centralidade das experiências vividas pelas participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa conseguiu construir um percurso profundamente significativo, não apenas pelos dados e resultados obtidos, mas pela forma como esses dados foram produzidos: a partir da escuta, da convivência e da construção coletiva com as mulheres pescadoras do Cabo de Santo Agostinho. Os relatos, as cartografias, as memórias compartilhadas e as dores revisitadas revelaram não apenas as transformações no território, mas também as marcas profundas do racismo ambiental, da desterritorialização forçada e da invisibilidade histórica que atravessam essas comunidades.

Mais do que identificar impactos, este processo permitiu documentar vivências e reafirmar saberes ancestrais que seguem resistindo frente aos avanços predatórios de grandes empreendimentos, como o Complexo Industrial-Portuário de Suape. Nesse sentido, a pesquisa também foi espaço de reconexão com minha própria cidade, com outras mulheres e com formas de produção

de conhecimento que desafiam o distanciamento acadêmico e reafirmam o papel da pesquisa como instrumento de transformação social.

A utilização de metodologias como a linha do tempo e a cartografia social ampliou não apenas o escopo da análise, mas também o sentido político da escuta. Essa foi a primeira vez em que experimentei esses instrumentos metodológicos, e sua potência ficou evidente desde o início. Ao permitir que as próprias pescadoras representassem seus territórios, com suas palavras, memórias e marcas de pertencimento, ficou claro que não há técnica mais poderosa do que aquela que nasce do vínculo e da confiança.

A partir dessa experiência, tenho plena convicção de que este trabalho não se encerra aqui. Ele marca um ponto de partida para outros desdobramentos, pessoais, acadêmicos e coletivos, que continuem contribuindo para visibilizar as pautas dos territórios invisibilizados, das mulheres periféricas e das populações negras afetadas cotidianamente pelos efeitos da crise climática e da lógica colonial de desenvolvimento.



CENTRO-OESTE

A região Centro-Oeste ocupa um lugar ambíguo no cenário nacional quando o assunto é justiça climática. Por um lado, é marcada por indicadores que tradicionalmente a associam a uma condição de “melhor desempenho” frente a outras regiões: apresenta, por exemplo, a maior renda per capita do Brasil, impulsionada especialmente pelos dados do Distrito Federal, o menor número de favelas (391.870 pessoas), e registra, proporcionalmente, uma das menores ocorrências de eventos climáticos extremos e de unidades residenciais destruídas por esses eventos. No entanto, essa leitura superficial desconsidera a complexidade das desigualdades raciais, territoriais e ambientais da região, que se tornam evidentes quando se aprofunda a análise.

O Centro-Oeste é também a segunda região com maior emissão de carbono do país e uma das campeãs em desmatamento e ocorrência de fogo. A expansão do agronegócio, baseada na produção e exportação de monocultura de soja, combinada à flexibilização das políticas ambientais e à pressão sobre áreas protegidas e assentamentos rurais, tem provocado impactos ambientais severos, especialmente sobre comunidades tradicionais e áreas de uso coletivo. Nesse contexto, o fogo – historicamente manejado por saberes tradicionais de forma controlada e sustentável – tem sido cada vez mais associado a incêndios extensivos e destrutivos, muitas vezes causados por ações externas, comprometendo a segurança ambiental, territorial e alimentar dessas comunidades.

A pesquisa desenvolvida pela bolsista do programa neste Dossiê evidencia com clareza esse cenário. Ao investigar o assentamento Oziel Alves III, no Dis-

trito Federal, a pesquisadora analisou as marcas do fogo nessa região, revelando como esse fenômeno tem se repetido de forma cíclica, afetando diretamente os modos de vida locais, a biodiversidade e a organização coletiva dos assentados. Ao contrário de uma visão que associa o fogo apenas à degradação, a pesquisa evidencia também o potencial do manejo comunitário e da articulação política como formas de resistência e cuidado com o território.

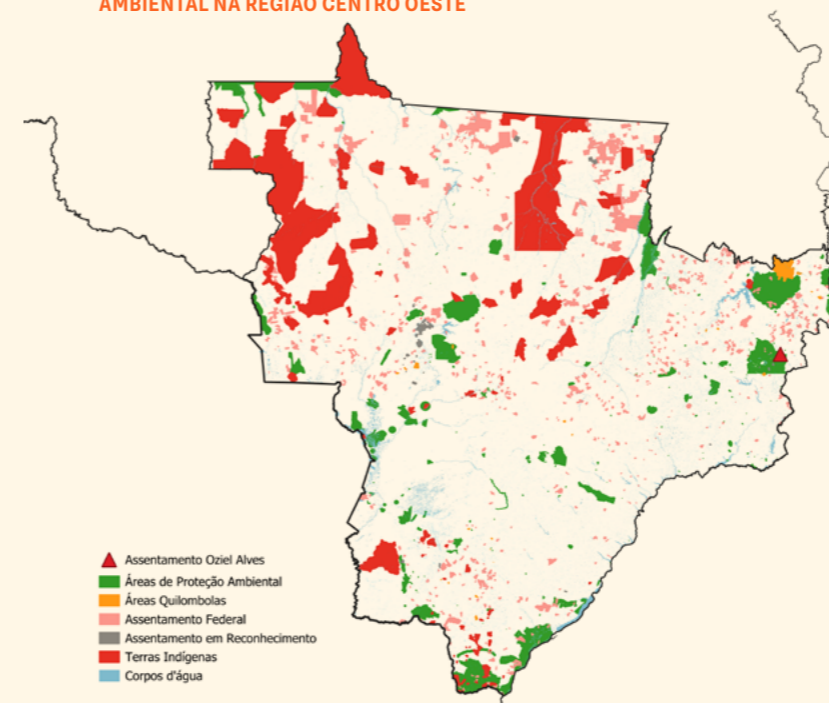
Apesar dos dados agregados de renda parecerem positivos, a desigualdade interna se mantém, e segue o padrão brasileiro no qual a população negra apresenta os menores rendimentos per capita. Cerca de 60% da população do Centro-Oeste é composta por pessoas negras, e a região soma 151.400 domicílios em situação de insegurança alimentar. Esses dados mostram que, mesmo em regiões com menor visibilidade nas agendas de desastres climáticos, as injustiças ambientais e raciais persistem, especialmente nos territórios onde o modelo desenvolvimentista se sobrepõe aos direitos coletivos.

O Centro-Oeste, muitas vezes retratado apenas como celeiro do país ou como centro administrativo, é também um território de disputas, resistências e desigualdades profundas. O fogo, o desmatamento e a concentração fundiária não são apenas indicadores ambientais: são expressões de um modelo que fragiliza comunidades, invisibiliza saberes locais e nega o direito à permanência digna no território. Reconhecer e enfrentar essas contradições é fundamental para construir uma agenda climática que, de fato, considere a região como parte ativa na construção de soluções enraizadas e justas.

60%

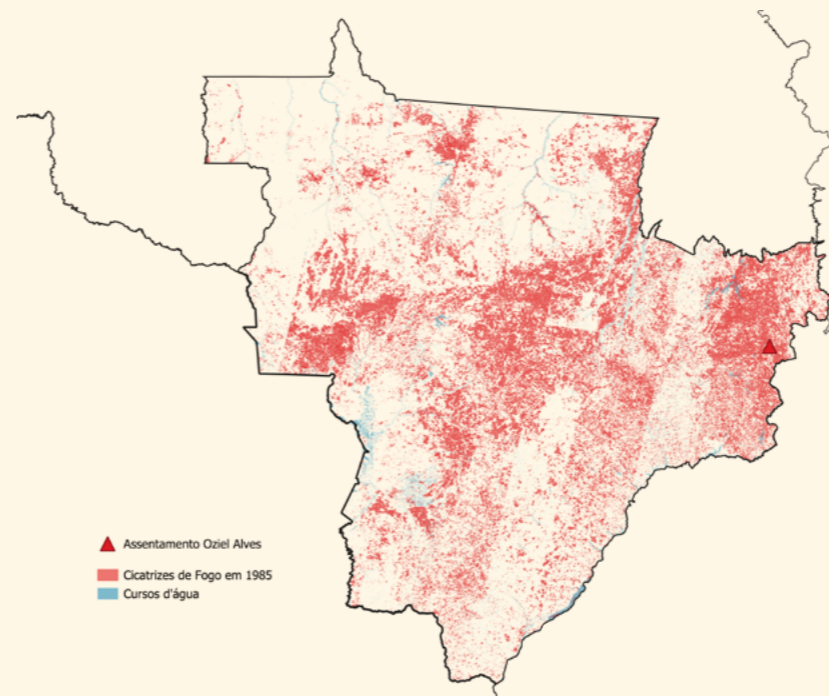
DA POPULAÇÃO DO CENTRO-OESTE É COMPOSTA POR PESSOAS NEGRAS, E A REGIÃO SOMA 151.400 DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR

TERRAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, ASSENTAMENTOS DO INCRA, LOCALIDADES E ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NA REGIÃO CENTRO OESTE



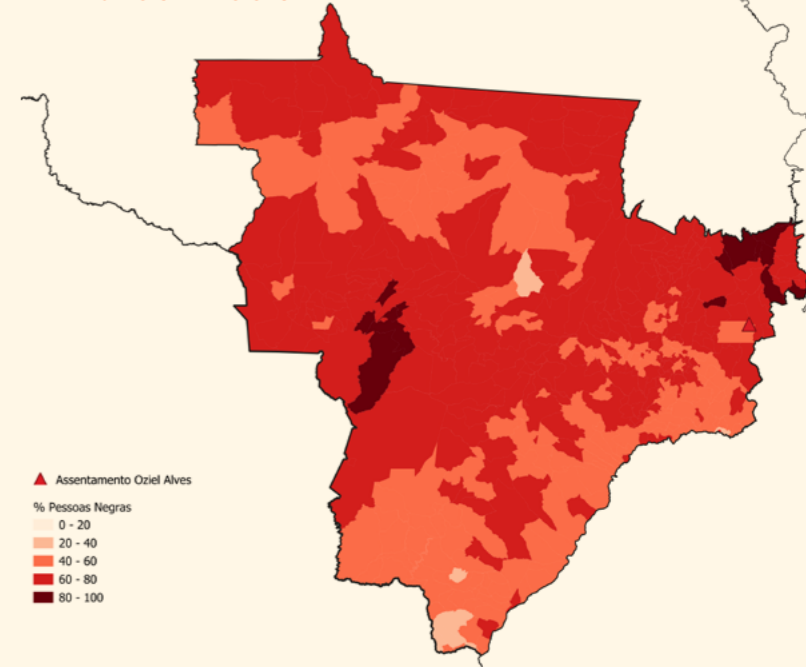
Fonte: IBGE, 2022; Mapbiomas, 2023; INCRA, 2023.

CICATRIZES DE FOGO NA REGIÃO CENTRO OESTE EM 1985



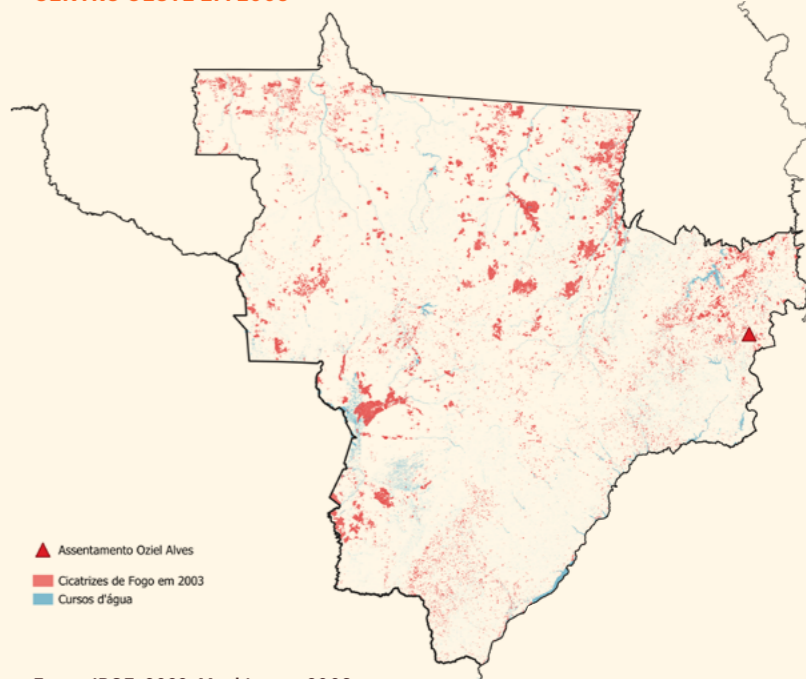
Fonte: IBGE, 2022; Mapbiomas, 1985.

PORCENTAGEM DE PESSOAS NEGRAS NA REGIÃO CENTRO OESTE



Fonte: IBGE, 2022.

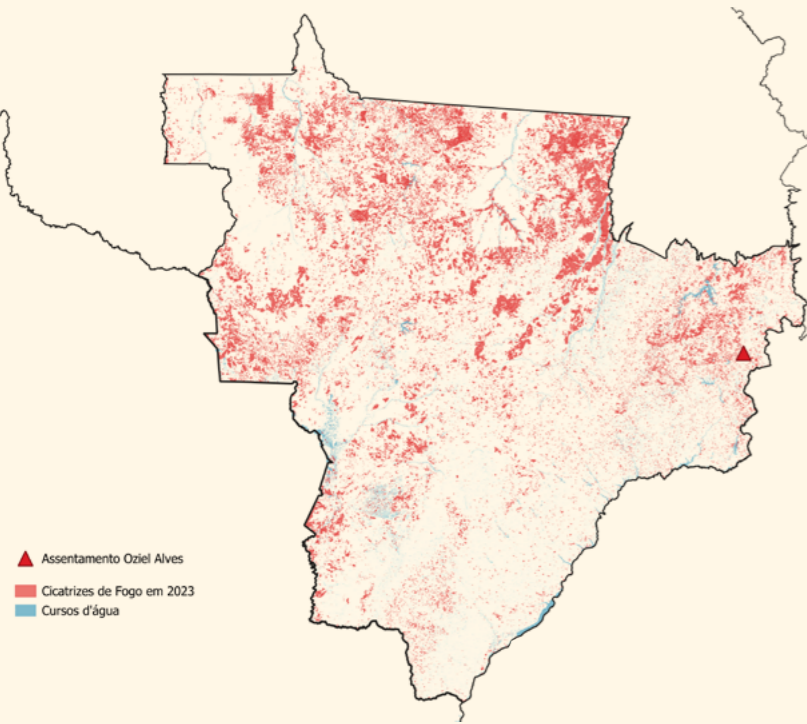
CICATRIZES DE FOGO NA REGIÃO CENTRO OESTE EM 2003



Fonte: IBGE, 2022; Mapbiomas, 2003.

DADOS CENTRO-OESTE

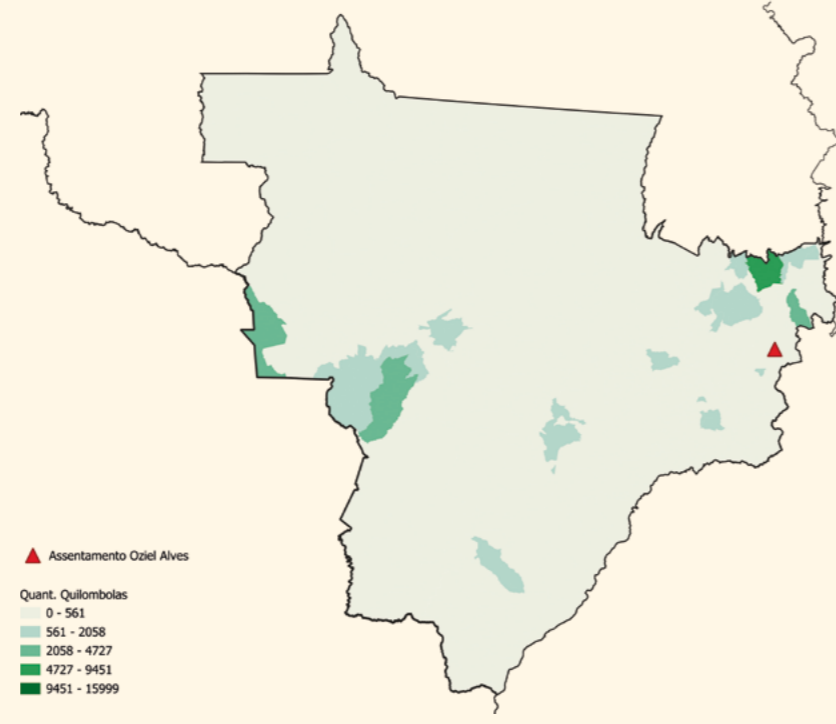
CICATRIZES DE FOGO NA REGIÃO CENTRO OESTE EM 2023



▲ Assentamento Ozziel Alves
 ■ Cicatrizes de Fogo em 2023
 — Cursos d'água

Fonte: IBGE, 2022; Mapbiomas, 2023.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA NA REGIÃO CENTRO OESTE

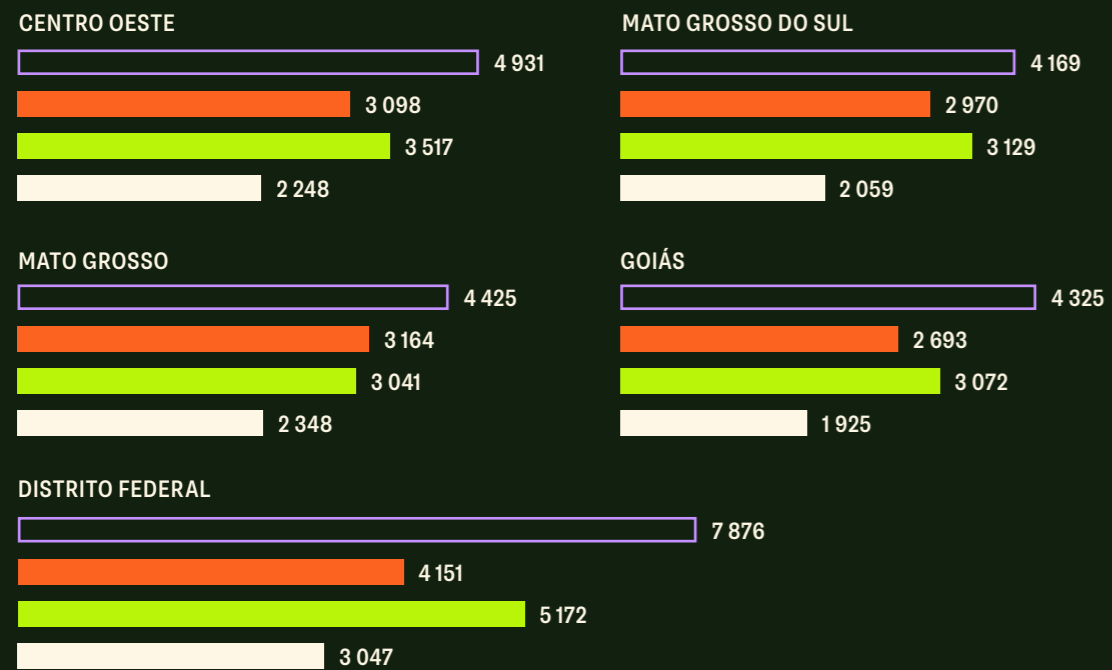


▲ Assentamento Ozziel Alves
 Quant. Quilombolas
 0 - 561
 561 - 2058
 2058 - 4727
 4727 - 9451
 9451 - 15999

Fonte: IBGE, 2022.

RENDIMENTO MÉDIO EM REAL 2023

■ HOMEM BRANCO ■ HOMEM PRETO OU PARDO ■ MULHER BRANCA ■ MULHER PRETA OU PARDA



Fonte: PNAD/IBGE (2024)

GEOVANA ROCHA

CARTOGRAFIA SOCIAL DO FOGO COMO FERRAMENTA DE RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA TERRITORIAL E ENFRENTAMENTO AOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS POR INCÊNDIOS EM COMUNIDADES DO CERRADO

QUAL O TEMA?

A intensificação das mudanças climáticas tem ampliado os riscos à segurança alimentar, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais. Ondas de calor, escassez de chuvas e incêndios têm afetado diretamente a produção de alimentos, os meios de subsistência no campo e a resiliência dos sistemas alimentares locais. Tais impactos reforçam a necessidade de se abordar a crise climática a partir de uma perspectiva de justiça climática, que considere as desigualdades históricas na distribuição dos riscos e das capacidades de adaptação.

Grande parte da literatura existente aborda o Cerrado de forma generalista, sem considerar as especificidades territoriais e socioculturais presentes em seus múltiplos contextos. Ainda que existam estudos relevantes sobre agroecologia, sistemas alimentares e iniciativas como Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) em diferentes territórios, observa-se uma lacuna na articulação entre essas temáticas e os efeitos das mudanças climáticas, especialmente quando analisados sob a lente da justiça climática. Avançar nesse debate exige o uso de metodologias participativas e uma análise mais detalhada sobre os impactos climáticos em sistemas alimentares locais, considerando a atuação dos sujeitos diretamente envolvidos nos territórios.

Nesse sentido, é importante reconhecer o papel das mulheres na construção de respostas coletivas frente aos desafios climáticos. O protagonismo feminino tem sido central na manutenção da produção agroalimentar, na proteção dos territórios e na transmissão de saberes tradicionais, contribuindo significativamente para a sustentação de práticas resilientes.

Entre os conhecimentos mobilizados por essas comunidades, destaca-se o uso tradicional do fogo na agricultura familiar como uma técnica ancestral, ainda amplamente empregada. Esse saber, transmitido entre gerações, revela uma compreensão sofisticada dos ciclos naturais e do manejo ecológico da terra. O fogo é utilizado de forma



estratégica para limpar áreas de cultivo, controlar pragas, renovar pastagens e favorecer a biodiversidade. Trata-se de uma prática que, longe de ser meramente instrumental, expressa uma relação de respeito com o ambiente e um entendimento dos limites ecológicos, com uma abordagem holística à gestão dos recursos naturais.

A partir dessa problemática, a pesquisa propõe investigar como os eventos climáticos extremos impactam a segurança alimentar e a geração de renda em contextos rurais, e como o protagonismo feminino pode fortalecer a resiliência desses sistemas alimentares. A cartografia social será adotada como ferramenta metodológica para evidenciar as interações entre clima, território, gênero, práticas alimentares e saberes locais, contribuindo para a produção de dados territorializados e sensíveis às desigualdades.

As principais categorias analíticas que orientarão a construção da pesquisa são:

- Justiça climática
- Racismo ambiental
- Protagonismo feminino
- Segurança alimentar
- Manejo integrado do fogo: reconhecimento do uso ancestral do fogo como prática sustentável de gestão do solo.

Ao integrar essas dimensões, a pesquisa visa contribuir para o fortalecimento de estratégias territoriais de adaptação, valorizando saberes populares e promovendo a justiça climática e alimentar em contextos historicamente vulnerabilizados.

QUAL O TERRITÓRIO?

O recorte territorial da pesquisa é o Assentamento Ozziel Alves III, localizado no Distrito Federal, na região de Planaltina, às margens da BR-020, inserido na área da microbacia do Rio São Bartolomeu. Criado em 2002 como fruto da mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Distrito Federal e Entorno (MST-DFE), o assentamento abrange uma área de mil hectares e abriga atualmente 168 famílias assentadas. A ocupação inicial e a rápida consolidação do território, com mais de 500 moradores sorte-

LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO EM RELAÇÃO AO DISTRITO FEDERAL

CARTOGRAFIA SOCIAL ELABORADA DURANTE A PESQUISA



- 1 SOBRADINHO
- 2 ARAPONGA
- 3 PARANOÁ
- 4 ASSENTAMENTO OZIEL ALVES 3
- 5 PLANALTINA



- INCÊNDIOS DE INTENSIDADE ALTA
- INCÊNDIOS DE INTENSIDADE MODERADA
- INCÊNDIOS DE INTENSIDADE BAIXA
- PARCELAS DO ASSENTAMENTO
- ÁREAS COLETIVAS
- RESERVA LEGAL
- PRESERVAÇÃO PERMANENTE
- RUAS PRINCIPAIS
- RIO PIPIRIPAU
- RODOVIAS

ados para as chácaras nos primeiros três anos, evidenciam a força dos movimentos sociais no processo de democratização do acesso à terra na região.

Situado no bioma Cerrado, altamente sensível às alterações no regime hídrico e às ondas de calor associadas às mudanças climáticas, o território enfrenta desafios crescentes relacionados à segurança alimentar, à produção agrícola e à resiliência socioambiental. Ao mesmo tempo, o assentamento tornou-se referência na implementação de agrossistemas biodiversos, produtivos e sustentáveis, marcando sua trajetória por experiências que combinam a recuperação da vegetação nativa, a proteção dos mananciais e a transição agroecológica.

Iniciativas como as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) têm sido adotadas por famílias assentadas, refletindo um compromisso coletivo com modelos sustentáveis e solidários de produção e distribuição de alimentos. Esse trabalho é impulsionado por coletivos locais como a Associação dos Produtores Rurais Artesanais do Ozziel Alves III (APRACO) e a Associação dos Produtores do Alto do São Bartolomeu (APROSPERA), que atuam na articulação dos agricultores, na defesa de políticas públicas e no fortalecimento do diálogo com a sociedade civil e instituições governamentais.

Apesar dos avanços e do reconhecimento como o maior assentamento da reforma agrária do Distrito Federal, o território continua enfrentando os efeitos das desigualdades socioambientais e da crise climática. A experiência de cartografia social conduzida neste contexto representa uma oportunidade de resgate das memórias territoriais, de valorização dos saberes locais e de reforço das estratégias de adaptação comunitária frente aos impactos climáticos.

A escolha do assentamento como campo de investigação também se sustenta por uma relação continuada com o território. Ao longo dos últimos dois anos, foram desenvolvidas aproximações com famílias assentadas, com ênfase inicial nos sistemas alimentares locais, na relação com a sociobiodiversidade do Cerrado, na geração de renda e no protagonismo feminino. Essa trajetória foi aprofundada recentemente no âmbito de uma Residência em Ciência, Tecnologia e Sociedade, de abordagem multiprofissional e transdisciplinar, cujo eixo de atuação territorial foi o próprio Assentamento Ozziel Alves III.

Os sujeitos da pesquisa são, principalmente, as famílias agricultoras que vivem no território, com ênfase na atuação das mulheres que desempenham papéis fundamentais tanto na produção agrícola quanto na organização comunitária. Além disso, a pesquisa dialoga com coletivos locais como



Aprospera e Às do Cerrado, que fortalecem as práticas agroecológicas, as redes de solidariedade e os processos de resistência frente às desigualdades históricas e às ameaças climáticas que incidem sobre os territórios rurais do Cerrado.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem metodológica combinando técnicas qualitativas e quantitativas, com ênfase em métodos participativos e territorializados. A investigação está ancorada no diálogo direto com os moradores do Assentamento Ozziel Alves III, incorporando seus saberes, percepções e práticas no processo de produção de conhecimento. As etapas metodológicas foram organizadas conforme descrito a seguir:

1. Aproximação com o território e construção do vínculo comunitário

Esse processo já havia sido iniciado em projetos anteriores de residência acadêmica e vivências com as famílias assentadas. Esse vínculo prévio foi fundamental para estabelecer uma relação de confiança e corresponsabilidade com os sujeitos da pesquisa.

2. Cartografia social e mapeamento participativo

A cartografia social foi a principal estratégia metodológica adotada para registrar e analisar os saberes territoriais, memórias coletivas e percepções sobre os impactos climáticos. As oficinas cartográficas mobilizaram mapas do assentamento e outros materiais visuais para:

- Identificar áreas afetadas por incêndios e mudanças ambientais;
- Registrar práticas tradicionais, como o manejo do fogo;
- Definir áreas prioritárias para intervenção e cuidado;
- Estimular a reflexão coletiva sobre a dinâmica socioambiental do território.

Durante os encontros, foram utilizadas dinâmicas com cartolinas, post-its e desenhos coletivos, promovendo o engajamento dos participantes e fortalecendo o senso de pertencimento ao território.

3. Entrevistas semiestruturadas com agricultores

Complementarmente à cartografia, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com agricultores e agricultoras do assentamento, com ênfase em:

- Experiências frente aos eventos climáticos extremos;
- Estratégias de adaptação e produção de alimentos;
- Desafios na geração de renda;
- Perspectivas sobre o uso do fogo e os conflitos territoriais;
- Papel das mulheres na organização produtiva e comunitária.

As entrevistas permitiram aprofundar temas levantados coletivamente nas oficinas e captar nuances individuais importantes para a análise.

4. Análise espacial

Para apoiar a leitura territorial dos dados e ampliar a capacidade analítica, foram elaborados mapas

temáticos com o auxílio de técnicas de geoprocessamento, com os seguintes objetivos:

- Correlacionar variáveis climáticas (temperatura, precipitação, focos de calor) com dados de produção agrícola;
- Identificar padrões espaciais de vulnerabilidade e resiliência;
- Produzir mapas temáticos que dialoguem com os resultados da cartografia social.

Essa etapa visa cruzar informações qualitativas e espaciais, fortalecendo a robustez da análise territorial e a construção de evidências.

5. Integração conceitual e análise crítica

A análise dos dados foi orientada por uma articulação teórica entre justiça climática, sistemas alimentares, manejo tradicional do fogo, racismo ambiental e protagonismo feminino. A proposta é compreender como esses eixos se entrelaçam na experiência concreta do assentamento e contribuem para evidenciar os impactos desiguais da crise climática, valorizar práticas de resistência baseadas nos saberes locais e propor caminhos de fortalecimento de sistemas alimentares resilientes.

6. Reconhecimento dos conflitos e desafios metodológicos

O processo metodológico exigiu sensibilidade diante de conflitos sociais internos ao território e as tensões entre diferentes modelos produtivos. A resistência a mudanças culturais e a disputa por narrativas sobre o território foram reconhecidas como elementos fundamentais a serem considerados na análise. Além disso, o trabalho demandou constante articulação com a comunidade, respeitando os tempos locais, e adaptação das estratégias metodológicas às dinâmicas do território.

CICATRIZES DE FOGO NO ASSENTAMENTO OZIEL ALVES EM 2023

Assentamento Ozziel Alves Cicatrizes de fogo em 2023 Cursos d'água



O QUE A COMUNIDADE FALA?

A seguir, são apresentadas as principais temáticas e recorrências observadas nos relatos, sistematizadas a partir das falas dos participantes e das atividades desenvolvidas em grupo.

1. Práticas Tradicionais de Uso do Fogo

O uso do fogo foi amplamente reconhecido como uma prática tradicional da agricultura familiar no território. Enraizado em saberes ancestrais, esse conhecimento é transmitido entre gerações e reflete uma compreensão ecológica do Cerrado e de seus ciclos naturais. Os participantes destacaram que o fogo é utilizado de forma estratégica para:

- Limpeza das áreas de cultivo no início de agosto, como preparação para o plantio;
- Controle de pragas e doenças;
- Renovação de pastagens;
- Redução do uso de tratores e insumos mecânicos;
- Promoção da biodiversidade, quando manejado corretamente.

Entre as práticas recorrentes estão a construção de aceiros, a queima de restos de podas e lixo orgânico, e o uso de indicadores climáticos tradicionais para definir o melhor período de queima. As falas revelam uma relação de respeito com o território e uma percepção clara dos limites ecológicos do uso do fogo, diferindo das queimadas descontroladas associadas aos incêndios acidentais ou criminosos.

2. Histórico dos Incêndios de 2024

O ano de 2024 foi apontado como especialmente crítico em relação à ocorrência de incêndios no assentamento. Os participantes relataram múltiplas ocorrências, com diferentes origens e impactos. Os principais pontos em comum incluem:

- Início dos incêndios dentro das parcelas individuais, muitas vezes por falhas no manejo ou descuidos com resíduos secos;
- Espalhamento facilitado pela seca intensa, baixa umidade e ventos fortes;
- Uso de recursos improvisados, como a flor do margaridão, para tentar conter as chamas;
- Incêndios que atingiram áreas de mata nativa, reservas legais e até áreas urbanas vizinhas, como Planaltina de Goiás.

Utilizando um mapa com a delimitação das parcelas e uma imagem de satélite ao fundo, os participantes indicaram a severidade dos incêndios (alta, moderada ou baixa) com adesivos nas cores vermelho, laranja e amarelo. Adicionaram-se legendas com setas para mostrar a direção do fogo e os métodos de combate.

Dentre os episódios destacados, houve o registro de um incêndio em área coletiva, outro motivado por conflito fundiário, e um terceiro de origem criminoso às margens da BR-020, exigindo intervenção aérea do Corpo de Bombeiros. Essa diversidade de causas revela a complexidade dos fatores envolvidos na gestão do fogo no território.

3. Ações Realizadas e Potencialidades de Manejo

Apesar das dificuldades enfrentadas, os participantes reconheceram avanços e iniciativas que devem ser fortalecidas:

- Curso de formação promovido pelo Corpo de Bombeiros em 2022, com distribuição de equipamentos e capacitação;
- Articulações em andamento para implementar o manejo integrado do fogo, com queimas controladas e fortalecimento das brigadas voluntárias;
- A aquisição de equipamentos de combate é um passo relevante que precisa ser seguido pela capacitação da brigada local.
- Importância da participação da juventude e da continuidade das formações, com maior frequência e alcance.
- Articulação entre manejo do fogo, práticas de restauração ecológica e sistemas alimentares sustentáveis, como estratégias de resistência e cuidado com o território.

As falas reforçam que a ampliação do acesso a equipamentos, aliada à formação técnica e ao intercâmbio com outras brigadas, são passos fundamentais para consolidar um plano de manejo efetivo e adaptado à realidade local.

4. Áreas Prioritárias para Intervenção

Durante a terceira etapa da oficina, os participan-

tes construíram coletivamente um mapeamento das áreas prioritárias para manejo. Houve consenso em relação à necessidade de atuação em três frentes principais:

- Parcelas individuais, onde o capim exótico (como o capim-andropogon) representa risco elevado de combustão;
- Áreas de reserva legal e de preservação permanente, que são particularmente vulneráveis e com alto valor ecológico;
- Áreas coletivas e zonas afetadas por incêndios em 2024, que necessitam de estratégias específicas de prevenção e regeneração.

Os participantes sugeriram a criação de campanhas de conscientização, planejamento de um cronograma para a temporada seca de 2025, e colaboração entre assentamentos vizinhos, como Roseli Nunes e 8 de Março, para garantir uma resposta regional coordenada durante os períodos críticos.

A abordagem participativa permitiu que o processo de pesquisa fosse também um espaço de formação, escuta ativa e construção coletiva de conhecimento. A articulação entre saberes tradicionais, leitura crítica do território e propostas de ação concreta gerou insumos relevantes não apenas para a pesquisa, mas também para o fortalecimento da comunidade frente aos desafios das mudanças climáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada no Assentamento Oziel Alves III evidenciou a potência das metodologias participativas como ferramenta de construção coletiva do conhecimento, mobilização territorial e articulação frente a desafios das mudanças climáticas. A oficina de cartografia social consolidou-se não apenas como uma atividade técnica, mas como uma ação de fortalecimento das redes comunitárias e no reconhecimento dos saberes tradicionais como elementos centrais para o manejo sustentável do território.

Ao mapear as áreas críticas afetadas pelos incêndios, registrar práticas ancestrais de uso do fogo e identificar prioridades para ação, o processo reforçou que o enfrentamento das emergências climáticas nos territórios rurais requer uma abordagem enraizada na realidade local, sensível às práticas socioculturais e aos modos de vida construídos historicamente. A escuta ativa, o uso de mapas e dinâmicas colaborativas permitiram sistematizar percepções, vivências e estratégias já em curso, evidenciando o conhecimento profundo que os agricultores e agricultoras têm sobre seu território e sobre o bioma Cerrado.

Contudo, o processo também revelou limites importantes. Os conflitos gerados pelo avanço de sistemas alimentares convencionais, as dificuldades de acesso a recursos financeiros e técnicos, e a limitada presença de políticas públicas específicas para prevenção de desastres ambientais continuam sendo desafios estruturantes. A ausência de infraestrutura adequada para o combate aos incêndios e a descontinuidade de ações formati-

vas expõem a necessidade de um esforço conjunto entre comunidade, Estado e organizações da sociedade civil.

A integração entre o conhecimento técnico e os saberes locais demonstrou-se não apenas viável, mas estratégica para a construção de soluções adaptadas às dinâmicas territoriais. Além disso, a experiência reafirmou o protagonismo das mulheres como agentes centrais na manutenção dos sistemas alimentares, na preservação do território e na mediação dos conflitos ambientais.

A trajetória dessa pesquisa reforça o entendimento de que a justiça climática só pode ser efetivada quando articulada com o protagonismo dos sujeitos do território, com o fortalecimento das redes comunitárias e com a valorização dos conhecimentos que resistem e se reinventam diante das adversidades. O Assentamento Oziel Alves III emerge como um território de luta e inovação, que, apesar das pressões externas e das dificuldades enfrentadas, segue construindo alternativas e soluções.



A pesquisa realizada no Assentamento Oziel Alves III evidenciou a potência das metodologias participativas como ferramenta de construção coletiva do conhecimento, mobilização territorial e articulação frente a desafios das mudanças climáticas. A oficina de cartografia social consolidou-se não apenas como uma atividade técnica, mas como uma ação de fortalecimento das redes comunitárias e no reconhecimento dos saberes tradicionais como elementos centrais para o manejo sustentável do território.

SUDESTE

A região Sudeste, frequentemente associada ao desenvolvimento econômico e à concentração de infraestrutura no Brasil, é também um território profundamente marcado por desigualdades históricas, raciais e territoriais que se agravam diante da crise climática. Com a maior população do país, a maior capacidade de produção e consumo de energia, e a segunda maior renda per capita nacional, o Sudeste também abriga cenários de insegurança alimentar, exclusão socioespacial e vulnerabilidade ambiental severa. Sua diversidade interna, entre áreas urbanas densamente ocupadas, zonas periurbanas e comunidades tradicionais, revela um mosaico de tensões, onde os contrastes sociais se expressam de forma contundente no acesso desigual aos recursos.

Apesar dos altos índices econômicos agregados, quase 800 mil domicílios da região vivem em situação de insegurança alimentar, o equivalente a 35% dos casos registrados no país, número inferior apenas ao do Nordeste. A concentração de renda e a valorização imobiliária nas grandes cidades coexistem com altos índices de precariedade habitacional e déficit de saneamento em comunidades periféricas e quilombolas. Assim como ocorre no restante do Brasil, a população negra

do Sudeste ocupa majoritariamente os piores indicadores de renda, desemprego e subemprego. São essas populações, negras, pobres e majoritariamente femininas, que mais sofrem os efeitos dos eventos extremos, como alagamentos, deslizamentos de terra, enchentes e ondas de calor, muitas vezes sem acesso a medidas públicas de adaptação e mitigação.

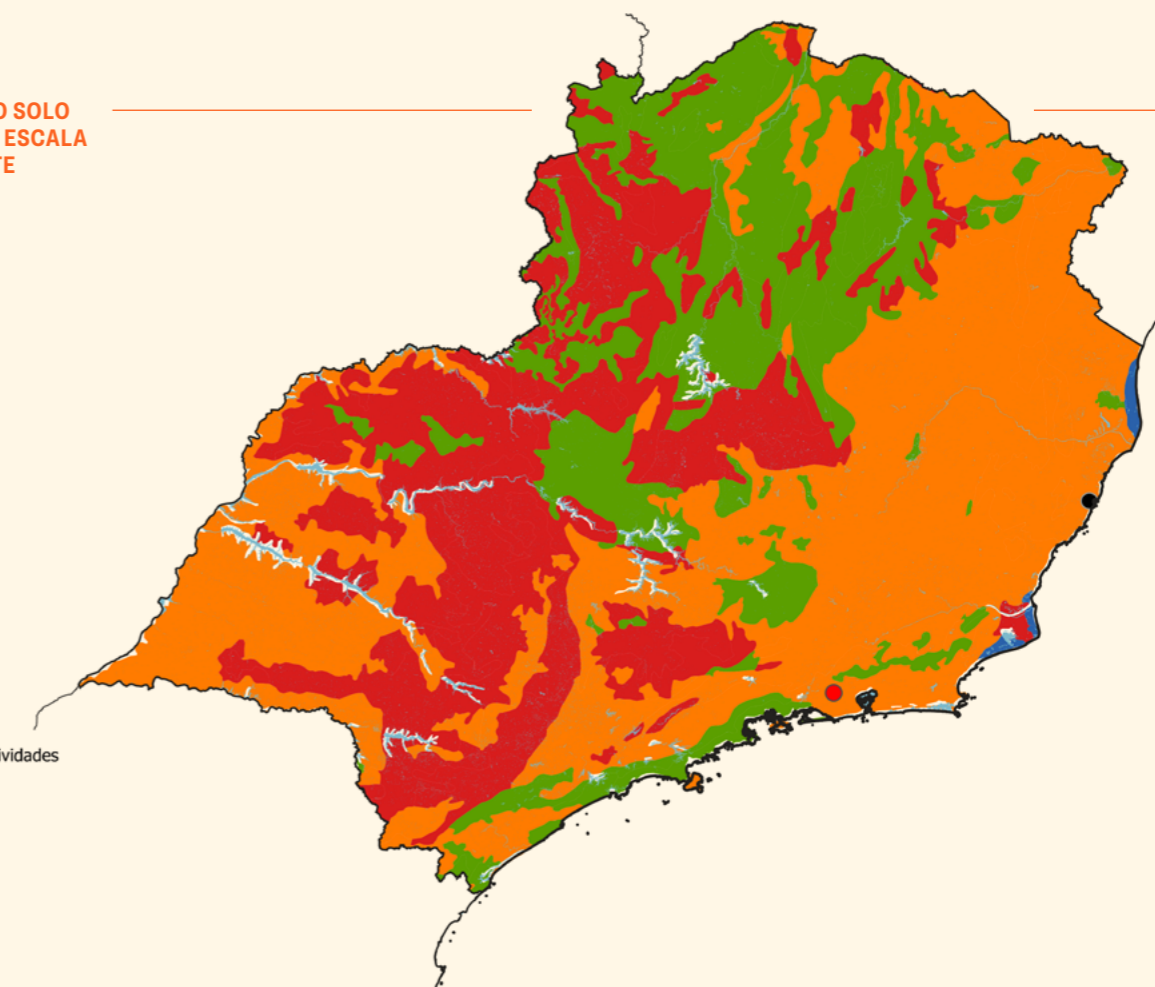
As pesquisas desenvolvidas pelos bolsistas dessa região, em dois contextos distintos, ilustram como esses impactos são sentidos de forma localizada, mas inseridos em lógicas estruturais. Em um dos casos, em um bairro popular da Região Metropolitana de Vitória, o estudo mostra como enchentes recorrentes, ausência de saneamento básico e insegurança alimentar moldam o cotidiano de uma comunidade negra liderada por mulheres que, apesar das adversidades, protagonizam soluções locais, como hortas comunitárias e tecnologias sociais voltadas à soberania alimentar. No outro caso, no Rio de Janeiro, a pesquisa evidencia as vulnerabilidades em um município da Região Metropolitana, com riscos socioambientais e escassez de políticas públicas que assegurem o direito à moradia, à memória e à permanência.

O Sudeste, apesar de estar no centro político e econômico do país, também é território de injustiça climática. A desigualdade territorial está presente não apenas entre estados, mas dentro das próprias cidades, onde a proximidade com centros de decisão não garante equidade no acesso a serviços ou proteção frente às mudanças do clima. A menor cobertura florestal da região (apenas 17%) revela ainda o custo ambiental do modelo de urbanização e industrialização intensiva que marcou o desenvolvimento da região. Um modelo que aprofundou desigualdades, excluiu populações periféricas e comprometeu a resiliência ambiental.

800 mil
DOMICÍLIOS DA REGIÃO VIVEM
EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA
ALIMENTAR, O EQUIVALENTE A
35% DOS CASOS REGISTRADOS NO
PAÍS, NÚMERO INFERIOR APENAS
AO REGISTRADO NO NORDESTE.

CLASSIFICAÇÃO DO USO DO SOLO E COBERTURA DO SOLO EM ESCALA MACRO NA REGIÃO SUDESTE

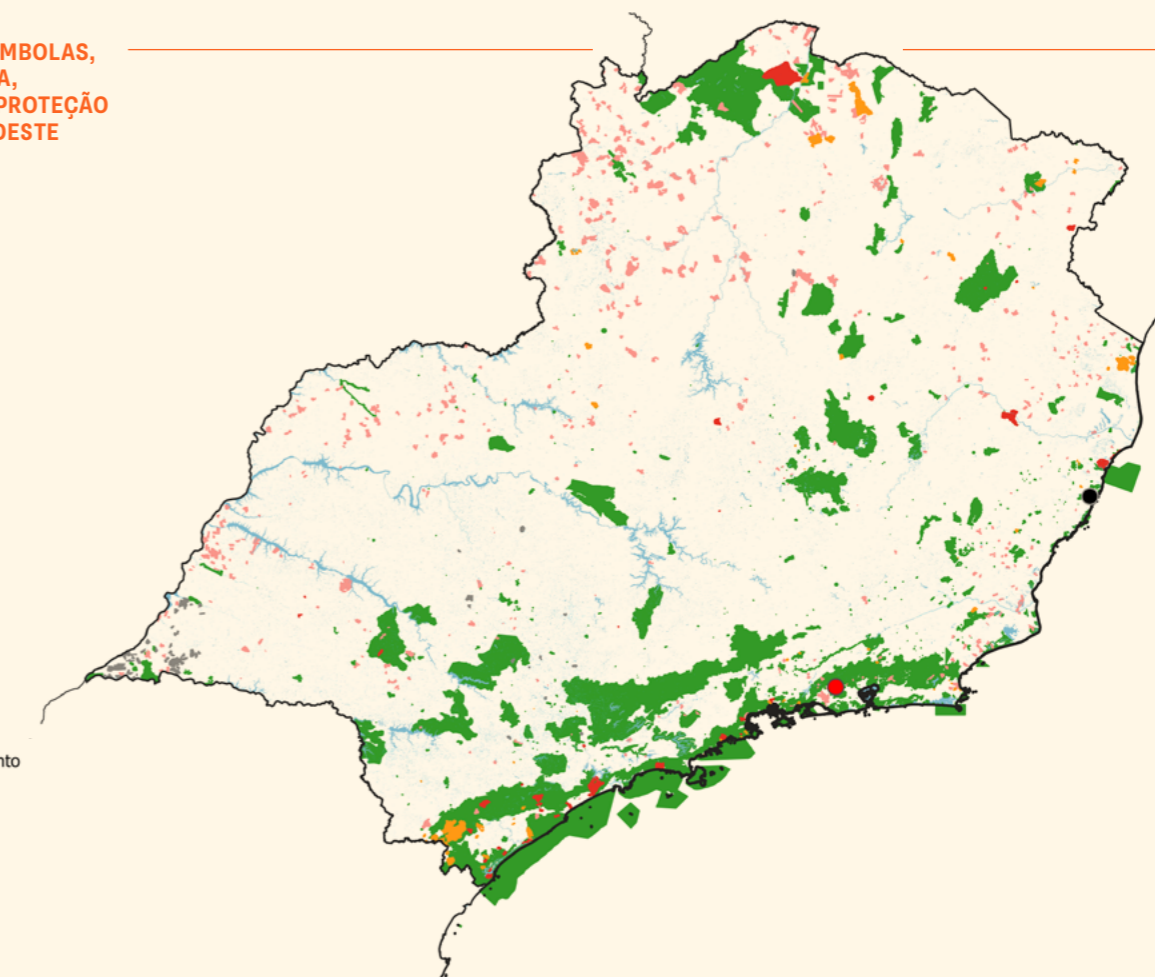
- Vitória - Bairro Barra Grande
- Queimados
- Corpos d'água
- Tipos de vegetação
- Atividades Agrárias
- Área Florestada
- Vegetação secundária e outras atividades
- Influência Fluvio-marinha



Fonte: IBGE, 2022; Mapbiomas, 2023.

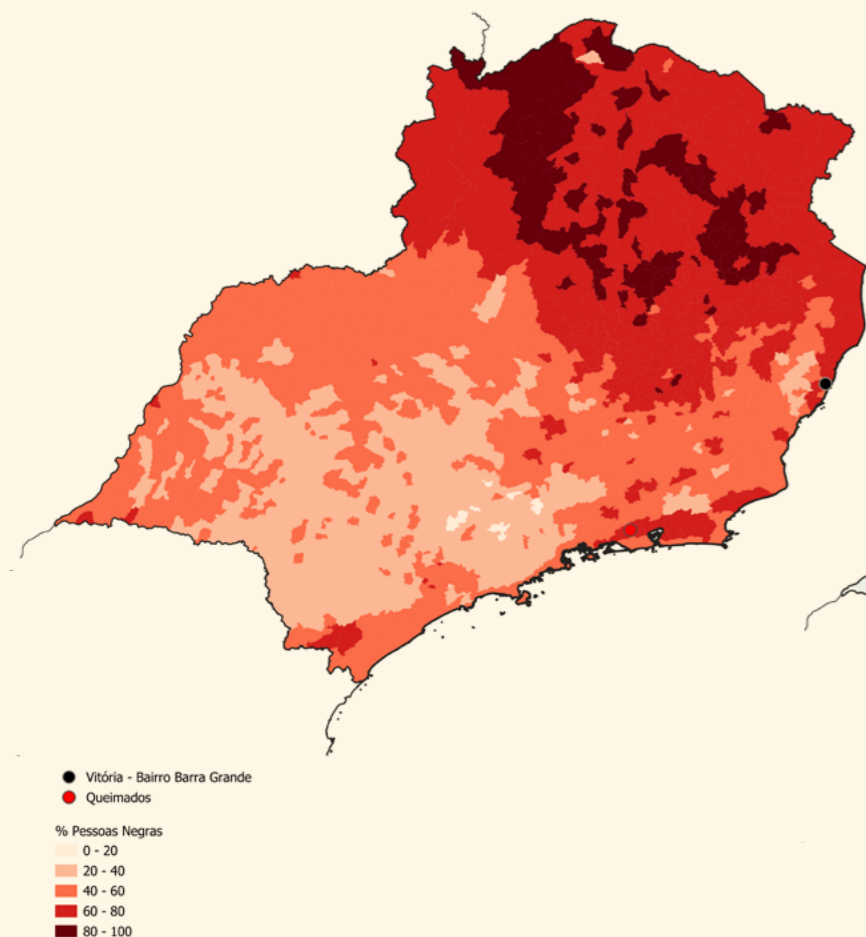
TERRAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, ASSENTAMENTOS DO INCRA, LOCALIDADES E ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NA REGIÃO SUDESTE

- Vitória - Bairro Barra Grande
- Queimados
- Áreas de Proteção Ambiental
- Áreas Quilombolas
- Assentamento Federal
- Assentamento em Reconhecimento
- Terras Indígenas
- Corpos d'água



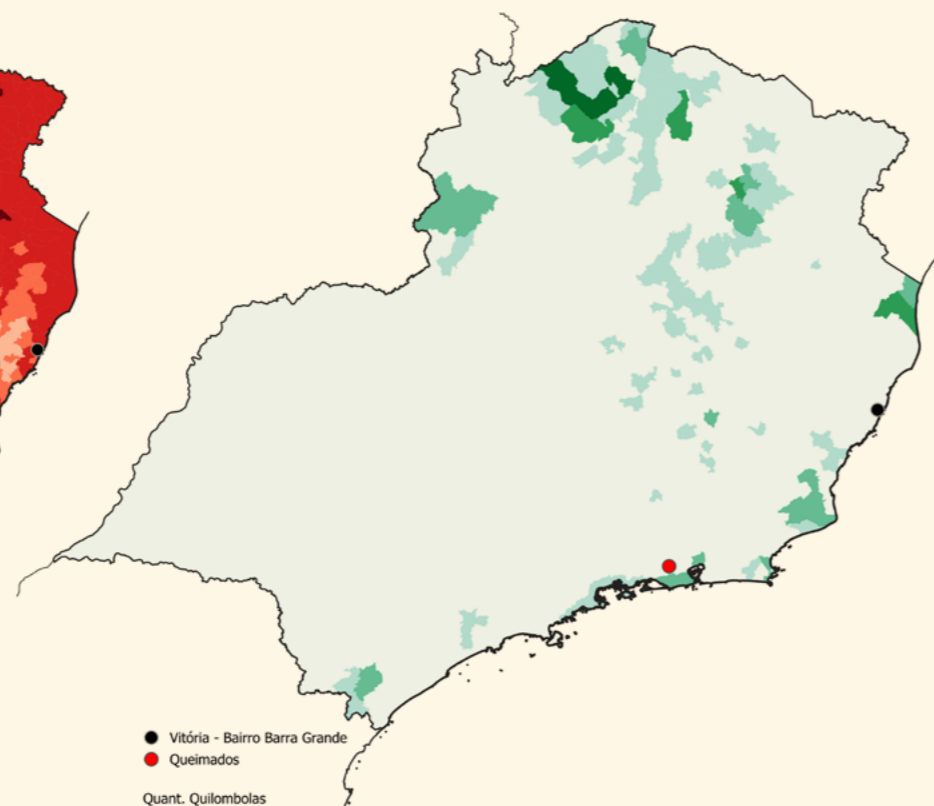
Fonte: IBGE, 2022; Mapbiomas, 2023; INCRA, 2023.

PORCENTAGEM DE PESSOAS NEGRAS NA REGIÃO SUDESTE



Fonte: IBGE, 2022;

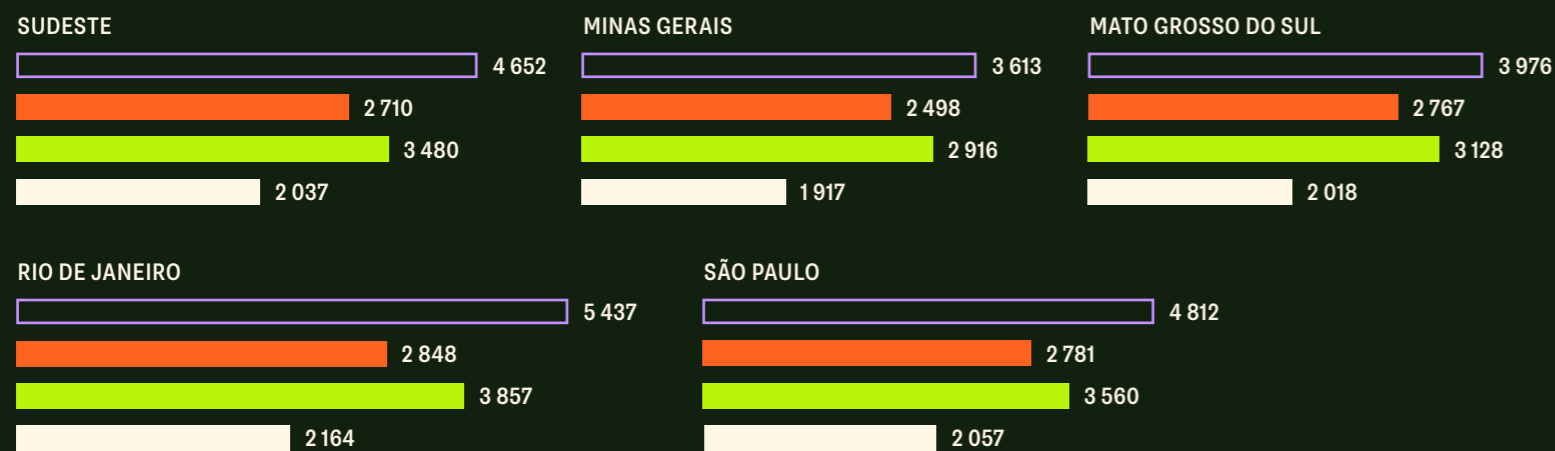
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA NA REGIÃO SUDESTE



Fonte: IBGE, 2022;

RENDIMENTO MÉDIO EM REAL 2023

□ HOMEM BRANCO ■ HOMEM PRETO OU PARDO ■ MULHER BRANCA ■ MULHER PRETA OU PARDA



Fonte: PNAD/IBGE (2024)

NATALY VOLCATI

CONFLITOS E DISPUTAS NAS RELAÇÕES COSTEIRAS ENTRE OS PESCADORES E AS AGÊNCIAS PÚBLICAS EM VITÓRIA/ES

QUAL O TEMA?

A pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Fellowship teve como foco a análise crítica dos conflitos e disputas nas relações costeiras entre os pescadores e as agências públicas em Vitória/ES a partir do bairro Grande Vitória, território periférico e majoritariamente negro. A partir da escuta de moradores e pescadores da região, buscou-se compreender como os impactos socioambientais enfrentados por essa comunidade revelam desigualdades históricas e estruturais que se inserem no cerne do debate sobre justiça climática no Brasil.

Situado em uma zona costeira de intensa urbanização, o bairro Grande Vitória abriga um ecossistema de manguezal vital para o equilíbrio ambiental local e para a subsistência de diversas famílias que vivem da pesca artesanal. No entanto, a região sofre com a intensificação de processos de degradação ambiental, como a poluição das águas, o descarte de resíduos sólidos, o avanço de aterros irregulares e a omissão do poder público quanto à gestão sustentável da orla. Tais fatores ampliam as vulnerabilidades sociais e ecológicas de uma população já marcada por desigualdades raciais, territoriais e econômicas.

A justiça climática, neste contexto, emerge como lente analítica indispensável para compreender as assimetrias de poder que condicionam quais grupos sociais são mais expostos aos riscos e menos contemplados por políticas de adaptação e mitigação ambiental. A comunidade pesqueira do Grande Vitória enfrenta um cenário de crescente invisibilização: ao mesmo tempo em que suas práticas tradicionais são deslegitimadas por normas rígidas de fiscalização, sua contribuição para a preservação do manguezal é pouco reconhecida. A ausência de diálogo com os órgãos reguladores, a dificuldade de organização formal e a seletividade das ações públicas contribuem para reforçar um quadro de racismo ambiental e exclusão institucional.

Ainda que existam estudos relevantes sobre o manguezal de Vitória, como os realizados pelo grupo Territórios do Presente (UFES), e investigações sobre populações pesqueiras conduzidas por grupos como o LAPAJ e o GEPEDES, o presente

COM UMA POPULAÇÃO ESTIMADA ENTRE

2.481 E 6.420

O bairro abriga uma maioria de pessoas autodeclaradas

60,47%
pardas

24,05%
brancas

14,44%
pretas

trabalho avança ao produzir um diagnóstico específico e territorializado sobre os usos, sentidos e conflitos ambientais vividos no bairro Grande Vitória. O território em questão tem sido historicamente apagado das agendas urbanas e ambientais da cidade, o que reforça a urgência de práticas de pesquisa que reconheçam seus saberes, vivências e demandas.

A utilização de metodologias participativas, como cartografias sociais, linhas do tempo e mapas dos problemas, permitiu identificar elementos-chave da experiência local: o papel central do manguezal na alimentação das famílias; a percepção da degradação ambiental como resultado de políticas negligentes; a sensação de injustiça diante da desigual distribuição de investimentos públicos entre bairros vizinhos; e o desejo coletivo de valorização do território sem que isso implique novos processos de expulsão ou gentrificação.

Os conceitos de manguezal, degradação ambiental por poluição, territorialidades e direito à cidade foram mobilizados como eixos de análise por emergirem diretamente das narrativas dos moradores. Em diálogo com o campo da justiça climática, esses conceitos permitem compreender como o racismo ambiental se materializa nos corpos, nos cotidianos e nas águas que cercam o bairro. O caso do Grande Vitória, portanto, não é apenas um exemplo de vulnerabilidade ambiental, é também um espaço de resistência, de saber ecológico popular e de reivindicação por uma outra lógica de cidade, em que o cuidado com o território e a justiça climática caminhem juntos.

Ao revelar essas camadas, a pesquisa contribui para os debates sobre a urgência de políticas públicas climáticas que sejam territoriais, participativas e racialmente justas. Coloca em evidência que enfrentar a crise climática exige, antes de tudo, enfrentar as desigualdades históricas que estruturam o acesso ao ambiente, à água, ao alimento e ao reconhecimento.



MAPA DO ESPÍRITO SANTO CARTOGRAFIA SOCIAL ELABORADA DURANTE A PESQUISA



- 1 SANTA LEOPOLDINA
- 2 SERRA
- 3 CARIACICA
- 4 VITÓRIA
- 5 VILA VELHA

- PROIBIÇÃO DE PESCA
- PONTO DE PESCADORES
- ÁREA UTILIZADA PARA PESCA PELAS COMUNIDADES PESQUEIRAS
- HALO DAS TARTARUGAS
- ÁREA DE PROIBIÇÃO DE PESCA
- PONTO DE CONTROLE IRREGULAR DE PESCA (POIS NA ÁREA É PERMITIDO PESCAR)

QUAL O TERRITÓRIO?

Localizado na Região Administrativa II – Santo Antônio, dentro da área urbana da cidade de Vitória/ES, o bairro Grande Vitória constitui um território periférico marcado por uma trajetória de ocupação popular, resistência comunitária e constante disputa por reconhecimento. Com uma população estimada entre 2.481 e 6.420 moradores em 2022 (dados da Prefeitura Municipal), o bairro abriga uma maioria de pessoas autodeclaradas pardas (60,47%), seguido de brancas (24,05%) e pretas (14,44%), evidenciando sua composição racial majoritariamente negra. Essa configuração é central para a análise das desigualdades territoriais e ambientais que atravessam o bairro, especialmente no contexto dos debates sobre justiça climática.

A história do Grande Vitória está intrinsecamente ligada às lutas por moradia das décadas de 1980. Em meio a um cenário de crise habitacional, urbanização desordenada e ausência de políticas públicas efetivas, famílias sem acesso à terra encontraram no manguezal da orla noroeste um local para construir suas casas. O processo de ocupação, realizado com materiais improvisados sobre áreas alagadas, foi marcado por sucessivas ações de repressão policial, mas também por uma resistência contínua que culminou na consolidação do bairro. O nome “Grande Vitória” simboliza essa conquista coletiva, evocando o enfrentamento à negação sistemática do direito à cidade.

O bairro está inserido em um contexto ambiental estratégico, cercado por áreas de preservação permanente, como parques naturais de Mata Atlântica e uma Área de Proteção Ambiental (APA) de manguezais. Contudo, a coexistência entre práticas de pesca artesanal, urbanização precária e falta de infraestrutura contribuiu para a degradação progressiva do ecossistema costeiro. Historicamente, materiais como lixo e entulhos foram utilizados para aterrar as áreas alagadas, transformando a paisagem de maneira forçada e arriscada. A construção de palafitas e o improvisado das primeiras moradias revelam as estratégias de sobrevivência diante da exclusão urbana, mas também as consequências ambientais que recaem de forma mais intensa sobre populações vulnerabilizadas — um ponto central na análise da justiça climática.

A infraestrutura básica do bairro foi sendo implantada ao longo de décadas, resultado da pressão popular. Hoje, o Grande Vitória dispõe de uma escola de ensino fundamental, uma escola de educação infantil, uma unidade básica de saúde, uma feira comunitária, uma academia popular para idosos, duas conexões de wifi livre,

O TERRITÓRIO EM QUESTÃO TEM SIDO HISTORICAMENTE APAGADO DAS AGENDAS URBANAS E AMBIENTAIS DA CIDADE, O QUE REFORÇA A URGÊNCIA DE PRÁTICAS DE PESQUISA QUE RECONHEÇAM SEUS SABERES, VIVÊNCIAS E DEMANDAS.

uma antena de telefonia e sete pontos oficiais de ônibus, atendidos por dois modais. Ainda assim, carências permanecem evidentes: a ausência de papelarias (exceto na praça), deficiências nos serviços de saneamento e demandas históricas por espaços como um centro comunitário ou uma casa lotérica.

A mobilização dos moradores foi determinante para conquistas estruturais como a construção da praça pública, fruto de anos de protestos e interdições da rodovia Serafim Derenzi. As formas de resistência também se expressam na cultura popular do bairro, com destaque para as festas juninas e quadrilhas, que fortalecem o senso de pertencimento e a memória coletiva. A religiosidade, inclusive, aparece como elemento simbólico nos relatos, como na visita do Papa João Paulo II em 1991, que teria influenciado debates sobre a urbanização da área.

No campo simbólico e político, o bairro ainda enfrenta o desafio da invisibilidade. A confusão recorrente entre o nome “Grande Vitória” e a denominação da região metropolitana reforça a marginalização geográfica e discursiva do território. Esse processo de apagamento institucional e social impacta diretamente na formulação de políticas públicas e na destinação de recursos, o que se traduz em uma negligência persistente.



A trajetória do bairro, marcada pela transição das palafitas para ruas pavimentadas, carrega as marcas do racismo ambiental e das desigualdades territoriais históricas. A resistência cotidiana, materializada em práticas coletivas de cuidado com o território, tensiona as ausências do Estado e revela a centralidade das populações negras e periféricas na construção de alternativas locais frente à crise climática. O manguezal, enquanto bem comum e espaço vital, tornou-se ao mesmo tempo fonte de sustento, território de disputa e símbolo de um pertencimento que não se apaga, apesar das adversidades.

METODOLOGIAS

O processo metodológico desta pesquisa foi construído de forma sensível, participativa e responsiva às urgências manifestadas pelos pescadores do bairro Grande Vitória, no município de Vitória/ES. Diferentemente de um problema de pesquisa que nasce de uma escolha teórica prévia, este se impôs a partir das vozes dos moradores, das denúncias recorrentes e da invisibilidade histórica da comunidade pesqueira frente aos órgãos reguladores e à opinião pública. Por essa razão, a metodologia adotada buscou não apenas escutar, mas construir caminhos de análise e representação fiel da realidade, ainda que a pesquisadora não dominasse previamente o campo da justiça climática ou das questões ambientais.

A seguir, estão descritas as principais etapas metodológicas que estruturaram o percurso da pesquisa:

1. Levantamento preliminar e observação do território

Antes da entrada formal em campo, realizou-se um levantamento de dados secundários sobre o bairro Grande Vitória e a prática pesqueira no Espírito Santo. Essa etapa envolveu:

- Análise de dados censitários e registros da prefeitura;
- Consulta a bases como Datapédia e relatórios institucionais;
- Revisão de estudos anteriores produzidos por grupos de pesquisa como Territórios do Presente, LAPAJ e GEPEDES;
- Observação inicial do território, com visitas exploratórias à orla, cais e pontos de encontro da comunidade pesqueira.

2. Construção de vínculo e escuta ativa

A etapa inicial em campo foi marcada pela aproximação com os pescadores, fundamental para a abertura ao processo de pesquisa. Essa construção de confiança foi guiada por:

- Conversas informais com lideranças e moradores antigos;

- Reconhecimento dos espaços simbólicos e cotidianos do bairro;
- Disponibilidade para escutar sem dirigir, respeitando o ritmo e a linguagem local;
- Reconhecimento da urgência contida nas falas, como ilustra a fala de um dos pescadores: “Falar não é nosso problema... nossa questão é ter alguém que tenha coragem de bancar e mandar pras autoridades nossos problemas!”

3. Entrevistas semiestruturadas e história oral

Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com moradores da comunidade pesqueira. O objetivo foi captar:

- As narrativas de pertencimento ao território;
- Os conflitos enfrentados com agentes reguladores;
- As práticas tradicionais e as transformações ambientais percebidas;
- Os impactos da poluição e das políticas de proteção ambiental nas rotinas de pesca.
- As entrevistas foram gravadas e transcritas com o uso da ferramenta Good Tape, possibilitando posterior análise textual e sistematização dos dados.

4. Cartografia social participativa

Nesta etapa, foram realizadas as seguintes ações:

- Apresentação de um mapa vetorizado do Google Maps para intervenção direta dos pescadores;



- Marcação em vermelho das áreas de pesca e pontos de interação com instituições;
- Marcação em preto de zonas de proibição, abusos e exclusões;
- Inclusão de espécies de peixes e mariscos mencionadas pelos pescadores, como forma de documentação da memória ecológica local;
- Levantamento de dados sensíveis como relatos de peixes mortos e alterações na presença de tartarugas, vinculadas à poluição e às políticas de proteção.

5. Mapa dos Problemas e das Soluções

Durante as oficinas de cartografia, foi construída uma dinâmica de mapeamento dos problemas e soluções, utilizando post-its coloridos:

- Post-its vermelhos: principais problemas enfrentados pelos pescadores, como fiscalização excessiva, descarte de lixo, sumiço de espécies e ausência de políticas públicas;
- Post-its verdes: soluções propostas pela própria comunidade, incluindo ações de limpeza, diálogo com autoridades, requalificação da orla e reconhecimento formal da atividade pesqueira.

6. Linha do tempo em história oral

Como instrumento de ancoragem histórica da cartografia, foi elaborada uma linha do tempo com os pescadores, resgatando:

- Os processos de ocupação da orla;
- Os principais momentos de conflito com o poder público;
- As conquistas coletivas, como a chegada da infraestrutura e das políticas sociais;
- Os impactos recentes das políticas ambientais e da crise climática na dinâmica pesqueira.

7. Sistematização e análise dos dados

A última etapa consistiu na organização e análise do material coletado, com base em três eixos principais:

- Vozes e denúncias da comunidade: priorizando as falas dos pescadores como centro da produção de conhecimento;
- Representações territoriais: interpretando os mapas, símbolos e códigos espaciais traçados nos encontros;
- Conexões com a justiça climática: relacionando os dados à literatura e ao debate emergente sobre justiça ambiental, racismo ambiental e direito ao território.

O QUE A COMUNIDADE FALA?

Este texto apresenta os principais relatos reunidos durante as oficinas e rodas de conversa com pescadores artesanais do bairro Grande Vitória, em Vitória/ES. A proposta metodológica foi ouvir e sistematizar suas experiências e denúncias, compreendendo como as águas costeiras que margeiam o bairro deixam de ser apenas paisagem para se tornarem território de disputa, sustento e memória. A escuta desses relatos foi atravessada por múltiplas camadas: lembranças afetivas, críticas à ação do poder público, e o cansaço de viver sob constante fiscalização, desinformação e precariedade.

Um pescador foi direto ao resumir o sentimento coletivo: *“Falar não é nosso problema... nossa questão é ter alguém que tenha coragem de bancar e mandar pras autoridades nossos problemas!”*. Foi a partir dessa urgência que a escuta se tornou um compromisso nesta pesquisa.

Os pescadores mais antigos recordam com nostalgia os tempos em que a pesca era livre, aprendida na prática com os mais velhos. *“Nas décadas de 1980 e 1990, a vida junto ao mangue era mais simples. Jovens e adultos partilhavam os ciclos da maré, as espécies abundantes, a tranquilidade da rotina. Com o passar dos anos, essa liberdade deu lugar a uma rede de exigências burocráticas e vigilância constante”*. A obrigatoriedade do licenciamento das embarcações, as carteiras de pescador e as redes proibidas passaram a compor um novo cenário. O que antes era ofício tradicional passou a ser tratado como infração. Há relatos de perseguições em áreas permitidas para pesca, multas por documentos vencidos e abordagens truculentas de órgãos como a Capitania dos Portos e a Polícia Federal.

Thiago*, um dos interlocutores mais ativos, relatou o episódio vivido por seu irmão Tobias*, que foi surpreendido à noite por uma embarcação da Polícia Federal enquanto pescava nas imediações do Pier de Tubarão. Sem aviso prévio, os agentes abriram fogo contra sua embarcação. *“Foi tudo muito rápido, ninguém avisou nada, parecia que a gente tava fugindo de um crime. Meu irmão só queria voltar com a rede cheia.”* A memória do susto se mistura ao sentimento de injustiça, um padrão recorrente nas falas. *“A classe pesqueira tá sendo tratada como se fossem bandidos”*, lamentou outro pescador.

Além da repressão, o ambiente também tem se transformado. A degradação dos manguezais e dos canais, causada pela poluição, pelo desmatamento e pela urbanização desordenada, tem reduzido a presença de peixes, camarões e mariscos. A água suja, os resíduos sólidos, os fluxos alterados

das espécies marinhas (como a chegada inesperada de tartarugas, atraídas pelas mudanças nas rotas naturais), e o mau cheiro têm tornado a pesca imprevisível. Mesmo assim, o vínculo com o território permanece: **“A gente cresceu aqui, a água pode até não estar boa, mas nunca adoecemos por isso”**, contou um pescador, reafirmando o enraizamento das famílias com o mangue.

As dificuldades se agravam pela ausência de uma associação local que represente os pescadores do Grande Vitória. Muitos dependem de associações distantes, como a da Praia do Suá, o que limita a representatividade e o acesso a políticas públicas. Embora haja desejo de organizar uma entidade própria, a realidade é dura: parte dos pescadores precisa dividir o tempo entre a pesca e outras atividades informais para complementar a renda. Transportar turistas, alugar embarcações ou conduzir grupos para áreas de lazer são estratégias recorrentes, mas que não substituem a pesca como principal modo de vida.

Os custos da pesca artesanal são outro entrave. Um barco usado pode chegar a R\$ 130 mil. Um novo, ultrapassar os R\$ 200 mil. Redes e equipamentos são caros e, se apreendidos pela fiscalização, o prejuízo é incalculável para quem já vive no limite. **“Você gasta o que não tem, arruma o barco com pedaço de outro, e ainda tem que ficar com medo de sair pra trabalhar”**, desabafou um dos participantes.

No entanto, os encontros revelaram mais do que problemas: revelaram também propostas. Durante a oficina de cartografia social, os pescadores preencheram o mapa do bairro com as áreas de pesca, pontos de tensão com os órgãos públicos, locais poluídos e instituições com as quais têm contato. Com post-its coloridos, listaram os principais problemas enfrentados e as possíveis soluções:

PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO SUGERIDA
Dificuldade de obtenção do Registro Geral da Pesca (RGP)	Democratização da informação e assistência para o registro
Fiscalização ostensiva e punitiva	Criação de canais de diálogo entre pescadores e órgãos reguladores
Poluição das águas e perda de espécies	Ações públicas de limpeza e monitoramento; envolvimento comunitário
Altos custos para manutenção da atividade	Subsídios e facilitação de acesso a equipamentos por meio das colônias já existentes
Falta de infraestrutura na orla	Execução do Projeto Orla Viva e requalificação da orla com participação comunitária

A questão da infraestrutura da orla, por exemplo, apareceu com força nas denúncias. Os pescadores reclamam da disparidade entre seu território e bairros vizinhos como São Pedro e Santo Antônio, que recebem mais investimentos e visibilidade. No Grande Vitória, o pequeno cais existente nem sequer foi inaugurado pela prefeitura. Quiosques, bancos e toldos foram construídos pela própria comunidade. **“A prefeitura nunca fez nada ali. Só a gente mesmo. E ainda dizem que ninguém pede. A gente pede o tempo todo”**, disse um dos participantes. O contraste se acentua com projetos como o “Orla Viva”, prometido desde 2014 e nunca executado. O projeto previa estruturas de madeira suspensas sobre o manguezal, campo de futebol e espaços de lazer. **“É bonito no papel. Mas a gente quer saber quando vão fazer alguma coisa de verdade.”**

O processo de construção da cartografia social, as entrevistas e a escuta ativa foram etapas fundamentais para compreensão desse território. A repetição de denúncias, longe de ser um problema, revelou a força dos padrões de exclusão e a urgência de políticas públicas territoriais, ambientais e culturais que reconheçam a centralidade da pesca artesanal para o bairro e para a cidade. Escutá-los, nesse contexto, foi mais do que produzir dados, foi sustentar um espaço de legitimidade. Como disseram: **“O que a gente precisa é de alguém que agente segurar essa bronca com a gente.”**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao acompanhar os relatos e dinâmicas construídas com pescadores da orla do bairro Grande Vitória, foi possível compreender como as práticas tradicionais de pesca, sustentadas por gerações, moldadas por um saber ecológico próprio, estão sendo minadas por políticas ambientais distantes da realidade local, por mecanismos punitivos de regulação e pela negligência estrutural do Estado.

A gestão das águas, neste contexto, evidencia as contradições entre o discurso da conservação e os modos de vida de populações historicamente marginalizadas. A presença intensa de agentes fiscalizadores nas áreas costeiras, contrastando com a ausência quase completa de políticas públicas efetivas de apoio à pesca artesanal, deixa clara uma seletividade no cuidado com o território. Essa seletividade não é neutra: ela atinge, sobretudo, comunidades negras e periféricas, reiterando um padrão de justiça ambiental desigual e racializada.

A criminalização da pobreza, tão evidente nas dinâmicas da cidade, fica evidente nesse contexto de orla. Redes proibidas, licenças inacessíveis, multas arbitrárias e violência policial não são ações pontuais; são dispositivos que regulam quem pode permanecer no território e sob quais condições.

A justiça climática, nesse contexto, não pode ser tratada como uma agenda técnica ou descolada dos processos históricos de racialização do espaço urbano e ambiental. A degradação dos manguezais, a escassez de espécies, a elevação dos custos para manter a pesca e os impactos das mudanças climáticas atingem de forma desproporcional aqueles que menos contribuíram para esses processos, justamente os que dependem das águas para viver.

Os aprendizados desta pesquisa vão além da documentação de um caso local. Eles apontam para a necessidade de reverter lógicas históricas de exclusão na formulação de políticas públicas ambientais e urbanas. A escuta comprometida das populações costeiras, o reconhecimento da pesca artesanal como prática legítima e a requalificação de territórios ignorados são passos fundamentais para uma agenda de futuro que respeite tanto o meio ambiente quanto os modos de vida que o sustentam.



¹O USO DE ASTERISCO SINALIZA A UTILIZAÇÃO DE NOME FICTÍCIO, POR QUESTÕES DE SEGURANÇA.

JULIANA COUTINHO

JUSTIÇA CLIMÁTICA E ADAPTAÇÃO URBANA: PROTAGONISMO DE MULHERES NEGRAS NA BAIXADA FLUMINENSE

QUAL O TEMA?

A pesquisa desenvolvida teve como ponto de partida a relação entre as mulheres negras, seus territórios e a natureza. Essa conexão, muitas vezes invisibilizada pelas abordagens hegemônicas da justiça climática, se mostrou central para compreender como estratégias comunitárias de cuidado e resistência podem ser ferramentas potentes de adaptação climática.

A partir de uma abordagem participativa, com foco interseccional entre justiça climática e justiça racial, a pesquisa investigou práticas cotidianas de soberania alimentar, agroecologia e adaptação climática em territórios marcados pela

ausência do Estado, porém marcados pela força de lideranças comunitárias – sobretudo mulheres negras. Essas mulheres, protagonistas de seus territórios, assumem o enfrentamento direto dos desafios climáticos e estruturais com criatividade, solidariedade e sabedoria ancestral.

Entre os casos acompanhados, destaca-se o exemplo de Joseni Fátima, uma liderança situada em Campo Alegre – uma zona rural localizada entre os municípios de Nova Iguaçu e Queimados, na Baixada Fluminense. Ali, a agricultura familiar se alia ao cuidado comunitário: o cultivo de frutas, legumes e hortaliças é convertido em produtos artesanais para venda e em alimentos distribuídos para moradores da região. Além disso, a existência de uma creche comunitária garante a alimentação diária de crianças e adolescentes do entorno.

Com soluções desenvolvidas a partir da vivência cotidiana do território, foram criadas zonas de amortecimento de chuvas, que deram origem a pequenos lagos. Esses espaços, hoje com peixes, contribuem para mitigar os impactos climáticos locais e mostram como a agroecologia pode integrar

47%

da população têm acesso à rede geral de esgoto, e a coleta de resíduos sólidos ainda não cobre 100% do território.

práticas de adaptação. Tais iniciativas representam verdadeiras tecnologias sociais construídas a partir da escuta do território, e não de manuais técnicos.

Essas práticas desafiam as estruturas tradicionais de formulação de políticas públicas, revelando que, na ausência do Estado, são as mulheres negras que historicamente constroem alternativas viáveis. Não se trata de romantizar a escassez, mas de reconhecer o enfrentamento ativo dessas lideranças que exigem políticas públicas eficazes e acessíveis, sem renunciar à autonomia dos seus modos de vida.

As reflexões construídas ao longo da pesquisa dialogam com a noção da natureza como sujeito de direitos, conceito que ganha corpo a partir das práticas concretas dessas lideranças. A relação com a terra se estabelece não como domínio, mas como reciprocidade. O território é compreendido como ser vivo e respeitado como tal.

Essas mulheres pensam e transformam o território. São gestoras, educadoras, produtoras e articuladoras de redes de cuidado e sustentabilidade. Suas ações representam formas insurgentes de fazer política e desenvolver tecnologias sociais, ainda que raramente sejam reconhecidas como tal por instituições acadêmicas ou governos. Muitas vezes, seus saberes são apropriados e ressignificados por agentes externos sem o devido reconhecimento.

Em um país diverso como o Brasil, imaginar qualquer projeto de justiça climática ou de transição ecológica exige o reconhecimento e a valorização dessas pequenas grandes revoluções silenciosas.

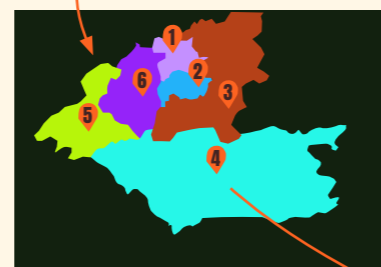
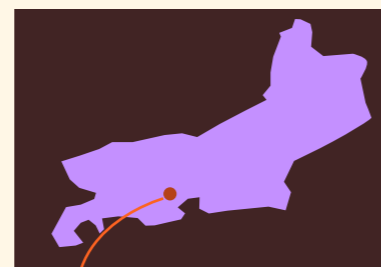
QUAL O TERRITÓRIO?

A pesquisa foi desenvolvida na região da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, especificamente nos municípios de Queimados e Nova Iguaçu, território que expressa os efeitos combinados das desigualdades socioespaciais, da ausência histórica de políticas públicas estruturantes e dos impactos das mudanças climáticas. Trata-se de uma área marcada por contrastes: nela convivem populações urbanas e rurais, formas diversas de uso e ocupação do solo e uma forte presença de iniciativas comunitárias de cuidado com o território.

Um dos principais pontos de partida da pesquisa foi compreender como as pessoas se relacionam com o território, e como essa relação, enraizada no cotidiano e nas práticas de cuidado, pode contribuir para a adaptação climática. Nesse sentido, o estudo focalizou a atuação de sujeitos – especialmente mulheres negras – que protagonizam soluções locais por meio da agricultura familiar, da soberania alimentar e da construção de zonas de amortecimento. Práticas essas que contribuem para a redução de danos causados por enchentes e para a reconstrução de vínculos entre o ser humano e a natureza.

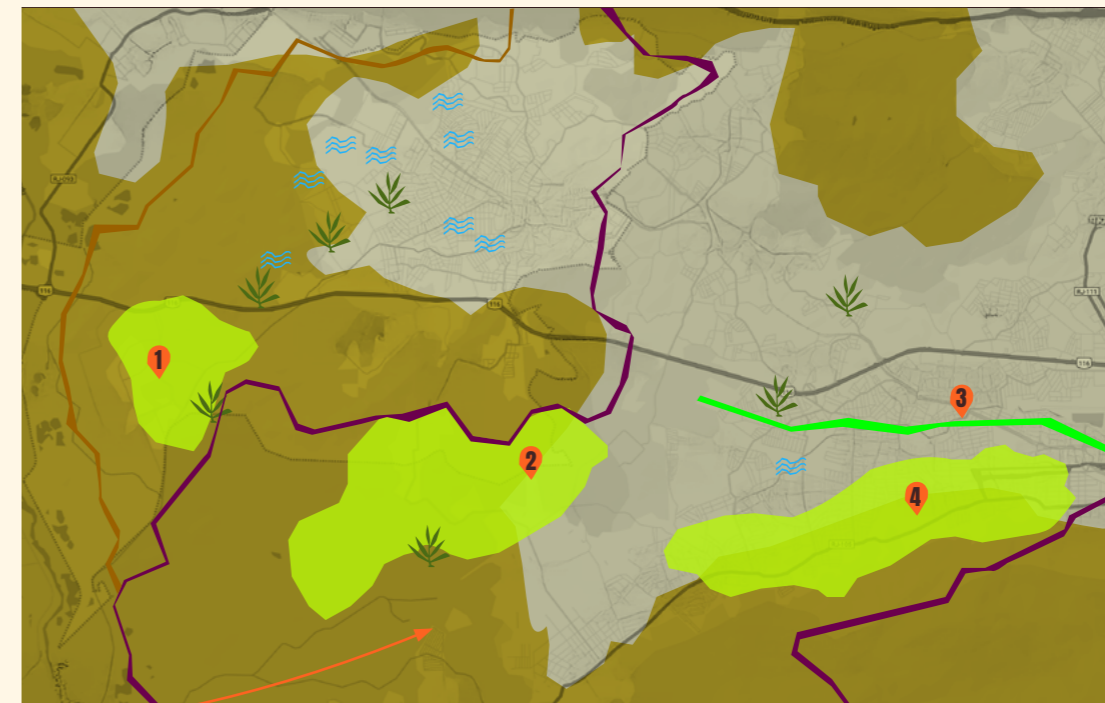


MAPA DO RIO DE JANEIRO



- 1 JAPERI
- 2 QUEIMADOS
- 3 NOVA IGUAÇU
- 4 RIO DE JANEIRO
- 5 ITAGUAÍ
- 6 SEROPÉDICA

CARTOGRAFIA SOCIAL ELABORADA DURANTE A PESQUISA



- PONTOS CRÍTICOS DE ALAGAMENTO
- SOLUÇÕES COMUNITÁRIAS DE ADAPTAÇÃO SOCIOAMBIENTAL
- LIMITE DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU
- LIMITE DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
- 1 ÁREA RURAL
- 2 SERRA DO VULCÃO
- 3 CINTURÃO VERDE
- 4 RESERVA DO TINGUÁ

A Baixada Fluminense carrega um histórico de ocupação forçada e “desordenada”, resultado de políticas urbanas excludentes e da grilagem de terras nas franjas da metrópole. Trata-se de uma região periurbana, muitas vezes considerada marginal dentro do planejamento urbano e ambiental do estado do Rio de Janeiro. Áreas inteiras foram ocupadas sem infraestrutura adequada, o que hoje agrava os impactos da crise climática.

Em Queimados, um dos municípios foco da pesquisa, os desafios se acentuam. Segundo dados da Casa Fluminense, o município está entre os que apresentam maior número de áreas de risco para deslizamentos e alagamentos. Apenas 47% da população têm acesso à rede geral de esgoto, e a coleta de resíduos sólidos ainda não cobre 100% do território, o que intensifica os riscos ambientais. Além disso, as altas temperaturas e eventos extremos de chuva vêm se tornando mais frequentes e impactam diretamente as populações mais vulnerabilizadas.

A ausência de infraestrutura urbana e ambiental combinada à precariedade no acesso a serviços básicos intensifica os efeitos das mudanças climáticas e reforça desigualdades históricas. É importante destacar que as mulheres negras da região têm atuado historicamente na linha de frente do enfrentamento dessas adversidades, mesmo diante da invisibilização institucional de seus papéis e saberes.

Ao propor essa leitura do território, a pesquisa também questiona a lógica dominante de desenvolvimento, que muitas vezes ignora os conflitos fundiários, a violência ambiental e o protagonismo das populações locais. Assim, o território da Baixada Fluminense, e especificamente o município de Queimados, revela-se um lugar de contradições e potências. Ao mesmo tempo, em que evidencia as vulnerabilidades sociais e climáticas da metrópole, também abriga soluções comunitárias inovadoras, saberes populares e tecnologias sociais desenvolvidas a partir da resistência e da criatividade de quem vive e cuida desse chão.

METODOLOGIA

1. Pesquisa situada e corpo-território como ponto de partida

A pesquisa parte da experiência direta da pesquisadora como moradora da Baixada Fluminense. Essa vivência atravessada por processos de remoção, enchentes, perdas territoriais e racismo ambiental construiu um específico lugar de fala e de escuta da pesquisa. O corpo da pesquisadora é também território, e essa condição foi reconhecida como metodologia em si: pesquisar o lugar onde se vive, com quem se vive, e a partir das dores e resistências que se conhecem.

2. Acúmulo prévio e engajamento político na agenda climática

A trajetória da pesquisadora inclui anos de atuação em conselhos, participações de audiências públicas, articulações com movimentos sociais e incidência em políticas públicas voltadas à justiça climática, territorial e urbana. Essa inserção prévia em redes, coletivos e espaços de decisão conferiu à pesquisa um repertório ampliado de referências, conexões e compromissos com o território, e possibilitou a articulação com uma diversidade de atores locais.

3. Levantamento e análise de dados secundários

Foram mobilizados dados oficiais, além de informações produzidas por organizações da sociedade civil, que oferecem diagnósticos atualizados sobre vulnerabilidades climáticas, acesso a direitos e desigualdades estruturais na Baixada. Também foram considerados dados comunitários, relatos informais e mapas construídos por iniciativas locais. Essa etapa permitiu cruzar o vivido com o documentado, fortalecendo o embasamento da pesquisa.

4. Oficina de cartografia social com lideranças comunitárias

Uma das principais ferramentas metodológicas foi a realização de uma oficina participativa de carto-



grafia social com mulheres lideranças de Queimados e municípios vizinhos. A atividade possibilitou o mapeamento coletivo dos problemas ambientais, das áreas de risco, dos recursos existentes e das práticas de cuidado e resistência já implementadas por essas mulheres. A cartografia foi uma forma de ativar memórias, construir diagnósticos compartilhados e reconhecer o território a partir de dentro.

5. Roda de conversa e escuta coletiva

Durante a oficina, foi realizada uma roda de conversa com escuta ativa e troca de experiências entre as participantes. Essa etapa permitiu o registro dos saberes e práticas que não cabem nos mapas tradicionais, como espiritualidade, cuidado coletivo, redes de solidariedade e enfrentamento cotidiano às ausências do Estado.

6. Coleta de relatos individuais

Além da escuta coletiva, foram colhidos relatos orais individuais de algumas lideranças do território. Os depoimentos revelam experiências profundas de protagonismo comunitário, agroecologia, espiritualidade e cuidado com o território. Essas histórias foram tratadas como narrativas-vivas, valorizadas tanto como dado quanto como expressão da potência de mulheres negras na construção de alternativas climáticas locais.

7. Inclusão da experiência pessoal como dado e análise

A própria trajetória da pesquisadora foi incorporada como parte da pesquisa. Um relato pessoal de Juliana Coutinho foi elaborado ao final do processo, refletindo como as falas das mulheres reverberaram em sua própria vivência e reafirmando que a produção de conhecimento também passa por afetos, perdas, ancestralidade e reinvenção.



O QUE A COMUNIDADE FALA?

A etapa participativa da pesquisa revelou, com grande intensidade, as múltiplas camadas de vulnerabilidade, resistência e potência presentes no cotidiano de mulheres negras que vivem e atuam em Queimados. Seus relatos orais, reunidos em conversas, oficinas e áudios, trouxeram à tona experiências que, embora únicas em suas trajetórias, ecoam entre si em uma rede de sentidos, práticas e urgências que atravessam as questões ambientais, sociais e espirituais do território.

Um dos temas centrais que emergiu das falas foi a relação direta entre as mulheres e os impactos da crise climática. As enchentes, os vendavais, a degradação ambiental e a ausência de infraestrutura pública adequada aparecem como elementos recorrentes, que afetam de forma direta a vida e a organização comunitária. Em um dos relatos, Marizete descreve a situação crítica enfrentada pela mãe, cuja casa estava sendo invadida pelas águas de uma vala transbordada. Sem apoio do poder público, ela mesma toma a frente da ação: limpa o quintal e tenta articular a ida de máquinas ao local. Esse tipo de enfrentamento cotidiano, solitário e coletivo ao mesmo tempo, expressa o que muitas dessas mulheres vivenciam: a urgência de agir onde o Estado não chega.

Ao lado das ameaças ambientais, as mulheres também expressam uma forte ligação com a terra e com práticas de cuidado que envolvem soberania alimentar, cultivo de hortas e partilha de alimentos. Essas ações, longe de serem apenas técnicas ou assistenciais, são vistas como parte de um projeto de vida que atravessa gerações e que carrega valores éticos, afetivos e espirituais. Neide, por exemplo, relembra com emoção o que aprendeu com sua avó ao plantar e colher no quintal. Essa prática, que começou na infância, se tornou o alicerce de uma vida inteira dedicada à educação comunitária e à formação de outras mulheres. Fátima, na zona rural de Campo Alegre, integra o cultivo agroecológico com o acolhimento de crianças em uma creche comunitária, criando um ecossistema local de cuidado e nutrição, tanto física quanto simbólica.

Essas mulheres não apenas resistem, mas constroem soluções próprias, adaptadas à realidade local. Criam creches, lideram associações, coordenam redes de solidariedade e formação. São agentes políticas que enfrentam a fome, a desnutrição, o abandono institucional e os efeitos da crise climática com ações concretas e articuladas. Elas desenvolvem tecnologias sociais invisibilizadas, ainda que muitas vezes apropriadas ou ignoradas por programas oficiais e pesquisas acadêmicas. No entanto, seus saberes e fazeres têm nome, têm lugar, e estão enraizados no território.

A espiritualidade, especialmente entre aquelas que pertencem às tradições afro-brasileiras, aparece como eixo fundamental para compreender o vínculo com a natureza. Cecília, valorixá e líder comunitária, denuncia o desmatamento, o descarte de lixo nos bairros periféricos e a destruição das ervas sagradas utilizadas em rituais. Em sua fala, a natureza é viva e sagrada: o solo, a folha, o barro, a água e o ar são mais do que recursos – são entidades com as quais se estabelece uma relação de reciprocidade. Ao expressar essa dimensão do sagrado, ela articula ecologia, espiritualidade e justiça climática a partir de um olhar ancestral e profundamente político. **“Sem folha não tem orixá. Sem água não tem iniciação. A mata é viva. A floresta é viva. Tudo é vivo”**, diz ela.

Essas lideranças também se reconhecem como parte de uma rede solidária, onde o cuidado é coletivo. Elas organizam campanhas de doação, constroem parcerias com instituições como a Cruz Vermelha e a Ação da Cidadania, e se apoiam mutuamente na luta por dignidade. Há entre elas um sentimento de irmandade e de consciência de que é pela união que se constrói a resistência. **“Sou eu, mano. Sou eu que fiz isso tudo. Mas com toda a consciência de que uma andorinha só não faz verão”**, diz Marizete.

A escuta dessas mulheres não apenas enriqueceu a pesquisa, mas redesenhou o próprio entendimento do que significa justiça climática em territórios como Queimados. Elas constroem cotidianamente um outro modo de estar no mundo, enraizado na coletividade, na partilha e no cuidado com a terra. Suas histórias não são apenas exemplos de superação, mas propostas concretas de futuro.

DE QUEM SÃO ESSAS MULHERES?

MARIZETE

Marizete é uma mulher negra, moradora da divisa entre zona rural e urbana de Queimados, que atua diretamente na mobilização de sua comunidade diante das adversidades ambientais. Sua fala carrega a força de quem aprendeu desde cedo a lutar para sobreviver e transformar. Seu quintal é também campo de ação política: diante das enchentes e da negligência do poder público, articula mutirões, faz denúncias e constrói redes de solidariedade. Em sua trajetória, há dor, resiliência e consciência coletiva. Para ela, a transformação só é possível com união.

“Sou eu que fiz isso tudo. Mas com toda a consciência de que uma andorinha só não faz verão.”

NEIDE

Neide tem uma vida dedicada à educação popular e à ação social. Cresceu em um bairro pobre e aprendeu desde cedo o valor da terra, através

da horta familiar de sua avó. Fundadora de uma escola comunitária, foi responsável por oferecer educação gratuita a dezenas de crianças cujas famílias estavam em situação de vulnerabilidade. Atua com a Cruz Vermelha em Queimados, liderando ações de combate à fome e capacitação profissional. Mesmo temporariamente fora do Brasil, mantém-se conectada ao território, articulando projetos e apoiando famílias. Sua trajetória combina pedagogia, espiritualidade, solidariedade e política do cuidado.

CECÍLIA

Cecília é valorixá e presidente da associação de moradores do Parque Olímpico, em Queimados. Sua liderança nasce da espiritualidade e do vínculo profundo com a natureza. Ela conduz projetos com crianças, promove o reflorestamento de áreas urbanas e denuncia os impactos do desmatamento e do descarte irregular de lixo em seu bairro. Seu discurso é contundente: folha, solo, barro e água são elementos sagrados e indispensáveis para a vida. Para Cecília, cuidar da terra é parte de sua missão espiritual, comunitária e ancestral.

“Sem folha não tem orixá. Sem água não tem iniciação. A mata é viva. A floresta é viva. Tudo é vivo.”

FÁTIMA (IRMÃ FÁTIMA)

Fátima, ou Irmã Fátima, é agricultora e pedagoga na área rural de Campo Alegre, Nova Iguaçu. Foi a primeira pessoa do seu assentamento a concluir o ensino superior. Criou, com apoio comunitário, uma creche que atende 75 crianças e atua na promoção da agricultura familiar como base para soberania alimentar e autonomia local. Com apoio de editais e parcerias, estruturou projetos de beneficiamento de alimentos, formação técnica e venda para programas públicos. Sua atuação combina educação, agroecologia, combate à fome e valorização da vida no campo.

“A terra faz parte da nossa vida. A gente tem que plantar, não só para a gente, mas para a humanidade.”

DONA JANE (PASTORA JANE)

Josiana, conhecida como Pastora Jane, é moradora de Queimados e atua de forma incansável no cuidado com sua comunidade. Sua trajetória está marcada por ações de solidariedade direta: auxilia famílias a conseguir emprego, distribui cestas básicas e lidera projetos de plantio comunitário. Um de seus principais projetos é o “Quintal Produtivo”, que transforma terrenos ociosos em espaços de cultivo para atender famílias em situação de insegurança alimentar. Além da produção de hortaliças, também promove a criação de pei-

xes como alternativa alimentar. Dona Jane também denuncia os impactos frequentes das chuvas fortes, que alagam casas e causam prejuízos, inclusive à sua própria moradia. Sua fala evidencia tanto a urgência da implementação de políticas públicas de infraestrutura quanto seu compromisso com o bem-estar coletivo.

“Onde estiver um espaço vazio, nós entramos e plantamos o necessário para a família.”



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa não poderia ser concluída sem reconhecer que ela é, antes de tudo, atravessada por uma vivência pessoal e coletiva. Mais do que uma investigação acadêmica ou institucional, ela é uma travessia – uma escuta profunda de vozes que resistem, plantam, alimentam, cuidam, organizam, denunciam e transformam territórios vulnerabilizados. Vozes que, apesar do silêncio das políticas públicas, constroem cotidianamente outras formas de existir e sobreviver.

Conduzida por Juliana Coutinho, mulher preta, nascida em Belford Roxo e criada na Vila Americana (área rural), a pesquisa nasce do chão da Baixada Fluminense, de uma trajetória marcada por perdas, remoções, enchentes e ausências históricas. Mas também nasce da força de quem não teve outra escolha a não ser resistir. A conexão entre a pesquisadora e o território não é (só) teórica, é corpo e memória. É o reconhecimento de que a luta por justiça climática só tem sentido se estiver profundamente enraizada no direito à terra, no direito à permanência, no direito de existir com dignidade.

A cada encontro com mulheres como Marizete, Neide, Cecília, Fátima e Jane, essa conexão se aprofundou. São elas que constroem soluções concretas diante da emergência climática. Suas



falas e práticas mostram que a adaptação climática, nesses territórios, não pode ser reduzida à linguagem técnica. Ela é sobrevivência, é reinvenção, é gesto político enraizado.

As mulheres ouvidas durante a pesquisa revelam que a justiça climática só é possível se for também justiça racial, justiça de gênero e justiça territorial. São elas que mais sofrem os impactos dos desastres, mas também são elas que mais atuam na reconstrução do que foi destruído. E fazem isso não porque foram “empoderadas” ou “resilientes”, mas porque, como disse a própria Juliana, “não têm mais nada a perder”. Porque o que lhes foi negado – a terra, o direito, a herança, a proteção – elas reinventam com o que ainda têm: a força coletiva e o desejo de permanecer.

Falar de adaptação climática, nesse contexto, exige deslocar o olhar. Não se trata de importar soluções de fora, mas de reconhecer o que já vem sendo feito por essas mulheres há décadas. Essa pesquisa é, portanto, um gesto de devolução. Uma tentativa de fazer ecoar essas vozes para além das fronteiras do bairro, da cidade, da academia. É um chamado para que os eventos, fóruns e agendas climáticas parem de tratar o território como pano de fundo e passem a reconhecer as pessoas que o habitam como protagonistas.

Juliana afirma que seu envolvimento com as questões ambientais e climáticas nunca foi uma escolha. Foi uma resposta à injustiça. Uma forma de continuar existindo em um mundo que tantas vezes tentou apagá-la. Sua presença e escuta neste processo é, também, um ato político. É por meio dela que a pesquisa se articula com as histórias das outras mulheres – todas costuradas pelo fio da luta e da dignidade.

As mulheres ouvidas durante a pesquisa revelam que a justiça climática só é possível se for também justiça racial, justiça de gênero e justiça territorial.

SUL

A região Sul do Brasil, frequentemente associada a elevados índices de desenvolvimento humano, qualidade de vida e infraestrutura urbana, é hoje um dos principais epicentros da emergência climática no país. Apesar de ocupar apenas 6,8% do território nacional, o Sul é a segunda região com maior número de ocorrências de eventos extremos (29%) e a líder em unidades habitacionais destruídas por desastres naturais nos últimos 10 anos — mais de 1 milhão. Inundações, deslizamentos de terra, vendavais e temporais severos têm se tornado cada vez mais frequentes, revelando a fragilidade das cidades sulistas diante da intensificação dos eventos climáticos extremos e da ausência de políticas eficazes de adaptação e prevenção.

É também a região com a segunda menor quantidade de pessoas vivendo em áreas de favela (cerca de 967 mil pessoas) e com a segunda menor taxa de domicílios em insegurança alimentar (192 mil). Esses números, quando vistos de forma isolada, podem reforçar uma ideia equivocada de que o Sul está menos exposto às vulnerabilidades socioambientais. No entanto, essa percepção ignora o fato de que as populações negras, periféricas e tradicionais da região enfrentam desafios profundos de reconhecimento, permanência e acesso a direitos básicos, desafios que se acentuam no contexto da crise climática.

Com aproximadamente 26% da população composta por pessoas negras, a menor porcentagem entre as regiões brasileiras, o Sul reproduz os padrões nacionais de desigualdade racial no mercado de trabalho e no acesso à renda. A população negra continua sendo a mais afetada pelo desemprego, subemprego e informalidade, ocupando, majoritariamente, as zonas de risco ambiental, seja nas áreas urbanas, seja em territórios rurais pressionados pela expansão da urbanização ou pela especulação fundiária. Esse cenário se torna ainda mais crítico diante da baixa visibilidade desses grupos nos debates regionais e nas políticas públicas voltadas à justiça ambiental e climática.

A pesquisa da bolsista presente neste dossiê revela essas tensões. A partir de uma trajetória de deslocamentos entre diferentes cidades do Sul do Brasil, assim como o contato, trocas e partilhas com diversos outros contextos nacionais e

internacionais, a pesquisadora identificou como a população negra, em especial mulheres, vive em territórios altamente vulnerabilizados, tanto urbanos quanto rurais. Os estudos apontam para a coexistência de áreas quilombolas e zonas de proteção ambiental sendo pressionadas pela expansão urbana, pela especulação imobiliária e pela ausência de políticas de saneamento e infraestrutura.

Além disso, os dados energéticos da região escancaram um modelo de consumo desproporcional e injusto: embora o Sul seja a segunda região com maior consumo de energia do país, ocupa apenas a quarta posição em capacidade de produção. O desequilíbrio entre consumo e produção energética, somado à intensificação dos eventos extremos, impõe ao Sul um reposicionamento nas agendas climáticas e territoriais.

Portanto, o balanço da região Sul nos desafia a olhar para além dos indicadores médios e questionar quais corpos, territórios e histórias são deixados à margem das estatísticas. As contribuições da bolsista demonstram que a justiça climática precisa emergir também das bordas menos reconhecidas da região, onde mulheres negras, comunidades tradicionais e populações invisibilizadas historicamente pelo sistema constroem, apesar de tudo, caminhos de resistência e cuidado com a vida.

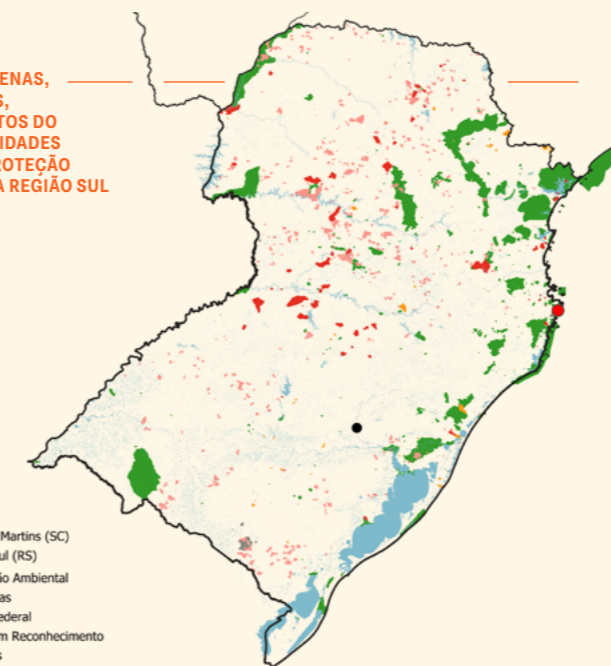
APESAR DE OCUPAR APENAS

6,8%

DO TERRITÓRIO NACIONAL, O SUL É A SEGUNDA REGIÃO COM MAIOR NÚMERO DE OCORRÊNCIAS DE EVENTOS EXTREMOS (29%) E A LÍDER EM UNIDADES HABITACIONAIS DESTRUÍDAS POR DESASTRES NATURAIS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

TERRAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, ASSENTAMENTOS DO INCRA, LOCALIDADES E ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NA REGIÃO SUL

- Quilombo Vidal Martins (SC)
- Bom Retiro do Sul (RS)
- Áreas de Proteção Ambiental
- Áreas Quilombolas
- Assentamento Federal
- Assentamento em Reconhecimento
- Terras Indígenas
- Corpos d'água



Fonte: IBGE, 2022; Mapbiomas, 2023; INCRA, 2023.

MATRIZ ENERGÉTICA DA REGIÃO SUL

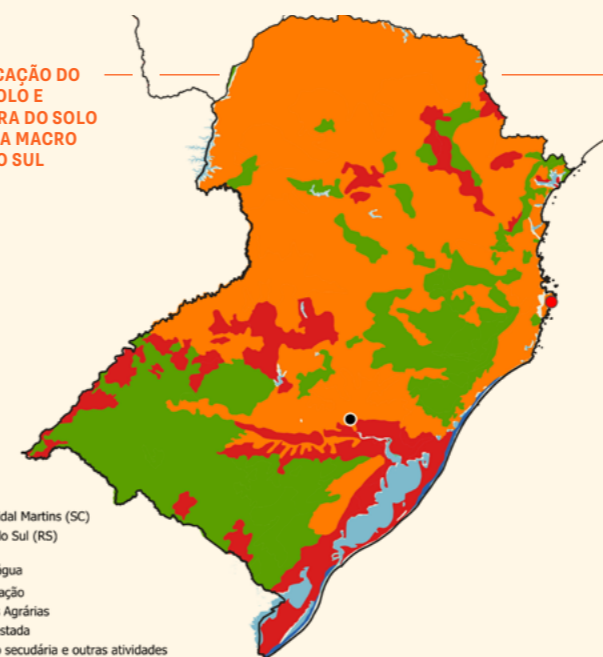
- Quilombo Vidal Martins (SC)
- Bom Retiro do Sul (RS)
- Rodovias Federais
- Ferrovias
- Hidrovias
- ▲ HidroPortos
- Usina Eólica
- Usina_Fotovoltaica_UFV
- Usinas_Hidrelétricas_UHE
- Usinas_Termelétricas_UTE_Biomassa



Fonte: IBGE, 2022; Mapbiomas, 2023.

CLASSIFICAÇÃO DO USO DO SOLO E COBERTURA DO SOLO EM ESCALA MACRO NA REGIÃO SUL

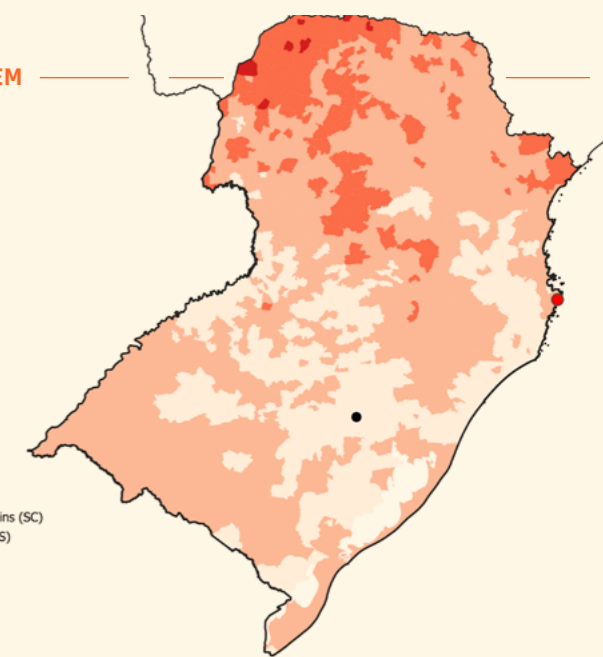
- Quilombo Vidal Martins (SC)
- Bom Retiro do Sul (RS)
- Corpos d'água
- Tipos de vegetação
- Atividades Agrárias
- Área Florestada
- Vegetação secundária e outras atividades
- Influência Flúvio-marinha



Fonte: IBGE, 2022; Mapbiomas, 2023.

PORCENTAGEM DE PESSOAS NEGRAS NA REGIÃO SUL

- Quilombo Vidal Martins (SC)
- Bom Retiro do Sul (RS)
- % Pessoas Negras
- 0 - 20
- 20 - 40
- 40 - 60
- 60 - 80
- 80 - 100



Fonte: IBGE, 2022.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA NA REGIÃO SUL

- Quilombo Vidal Martins (SC)
- Bom Retiro do Sul (RS)
- Quant. Quilombolas
- 0 - 561
- 561 - 2058
- 2058 - 4727
- 4727 - 9451
- 9451 - 15999



Fonte: IBGE, 2022.

EVENTOS EXTREMOS NA REGIÃO SUL

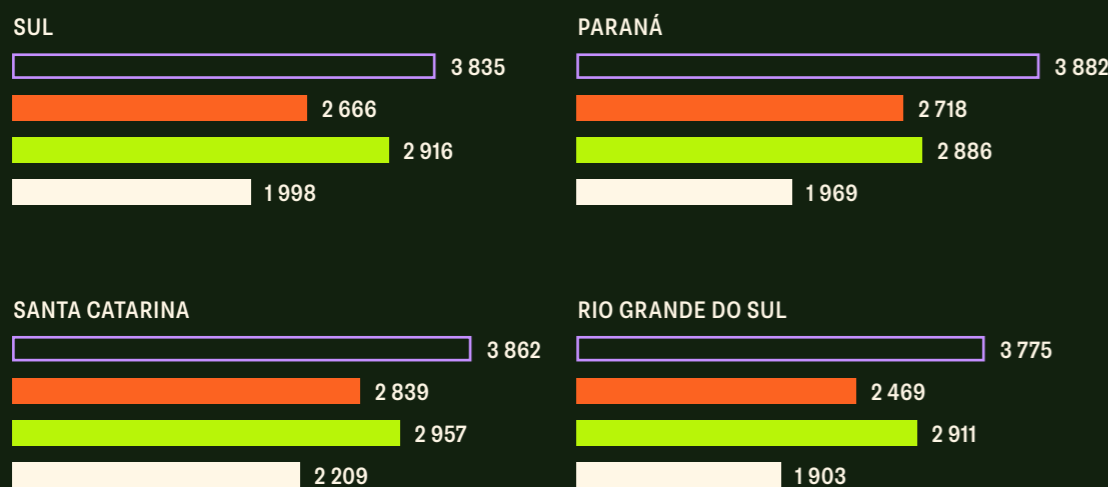
● CLIMATÓLOGICO ● HIDROLÓGICO ● METEOROLÓGICO ● GEOLÓGICO



Fonte: Fio Cruz (2000 a 2024)

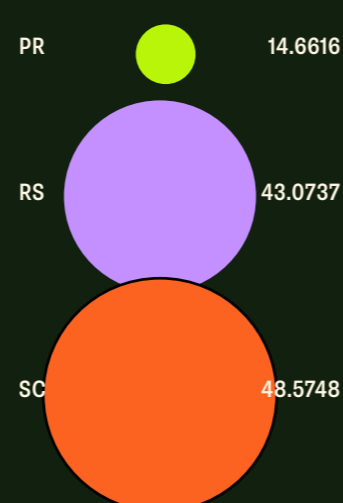
RENDIMENTO MÉDIO EM REAL 2023

□ HOMEM BRANCO ■ HOMEM PRETO OU PARDO



Fonte: IBGE (2022); MapBiomas (2023)

UNIDADES DESTRUIDAS



Fonte: Fio Cruz (2000 a 2024)

LUANA DE BRITO

CORPO, TERRITÓRIO E URGÊNCIAS CLIMÁTICAS: CARTOGRAFIA DA MEMÓRIA DE UMA MULHER PRETA PESQUISADORA NO SUL DO BRASIL

QUAL O TEMA?

Minha pesquisa nasce do encontro entre memória, corpo, território e as urgências que nos atravessam como população negra em tempos de crise climática. Intitulada Cartografia da Memória de uma Mulher Preta no Sul do Brasil, este trabalho é, antes de tudo, uma travessia pessoal e política. Uma tentativa de mapear, com o corpo e com as palavras, os vestígios de uma história silenciada, mas profundamente viva.

Sou Luana de Brito, mulher preta, nascida em Bom Retiro do Sul, no Vale do Taquari (RS), uma das regiões mais afetadas pelas recentes tragédias climáticas no Brasil. Cresci entre as águas do Rio Taquari e as histórias contadas, e muitas

vezes silenciadas, por minha avó Zulmira, merendeira, defensora da alimentação escolar e guardiã de saberes que hoje reconheço como tecnologias ancestrais. Foi a partir desse chão, marcado por cheias, deslocamentos, racismo estrutural e resistência cotidiana, que iniciei minha caminhada de pesquisadora, ativista e produtora do campo da soberania e segurança alimentar e nutricional.

A pesquisa que desenvolvi no âmbito do programa de fellowships em justiça climática parte de um olhar enraizado: é uma cartografia que cruza memórias afetivas, a história de minha família e de meu território com os debates estruturantes sobre justiça racial, crise climática e direito à alimentação adequada. Trata-se de uma leitura indisciplinada e insurgente dos impactos socioambientais que atingem os territórios negros no sul do Brasil, onde o racismo ambiental opera tanto pela ausência de políticas públicas como pela negação histórica do pertencimento negro ao campo e à cidade.

Neste processo, revisitamos os impactos das enchentes no Vale do Taquari não apenas como eventos extremos, mas como sintomas de uma estrutura de exclusão que historicamente empurra a população preta para zonas de risco e vulnerabilidade. A memória das enchentes da minha infância, o som da água subindo, os móveis sendo empilhados, a travessia até o alto do morro, se entrelaça com a dor coletiva das cheias de 2023 e 2024, onde bairros inteiros



desapareceram. É a partir dessa materialidade e desses afetos que a cartografia se constrói: reconhecendo as ausências do Estado, os silêncios das políticas, mas também a força das redes de cuidado e das práticas comunitárias que sustentam a vida.

Ao longo da pesquisa, também foi fundamental destacar a presença e a atuação de mulheres negras como guardiãs dos territórios e dos modos de vida sustentáveis. As hortas, os quintais produtivos, as roças quilombolas, as cozinhas de afeto — tudo isso compõe uma outra leitura sobre adaptação climática e sustentabilidade, uma que nasce do cotidiano, da oralidade, do chão vivido.

Este trabalho é, portanto, uma contribuição para os estudos em justiça climática desde uma perspectiva afrocentrada e territorializada. É também um chamado para que possamos reconhecer que não há futuro climático justo sem reparar e valorizar as histórias, os saberes e os corpos que historicamente sustentaram a vida neste país, mesmo sob violências múltiplas.

QUAL O TERRITÓRIO?

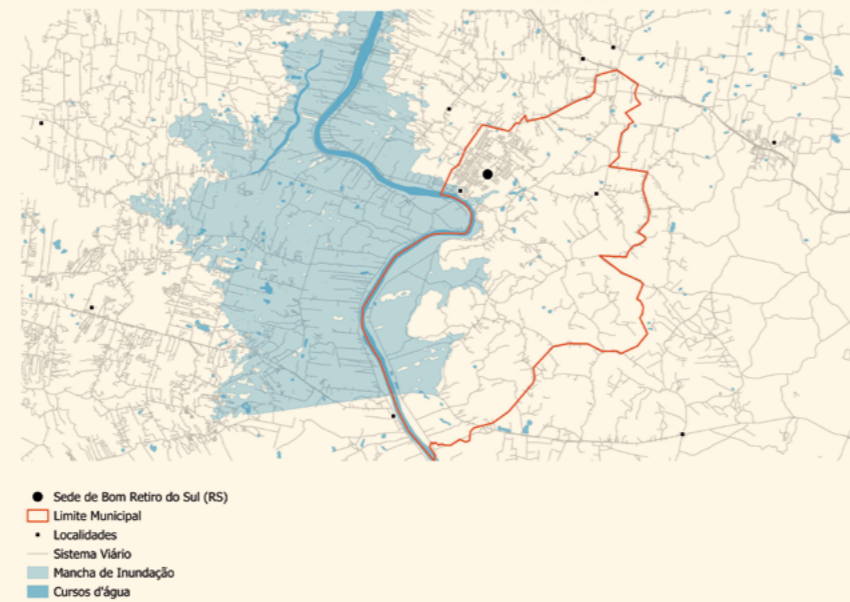
Minha pesquisa nasce do lugar onde a memória encontra o território. E, no meu caso, esse lugar tem nome e som de água subindo pelas margens: chama-se Bom Retiro do Sul, uma pequena cidade no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul. É de lá que eu venho, de uma casa que quase tocava o Rio Taquari, de uma avó chamada Zulmira, merendeira da escola, mulher preta que me ensinou que comida também é cuidado, política e afeto.

Foi nesse chão que aprendi a viver com as águas, a reconhecer os sinais do rio quando ele ameaçava transbordar. As cheias faziam parte do nosso cotidiano, mas havia uma rede de proteção: meu pai, servidor da barragem, nos avisava quando era hora de subir para a casa da minha avó, no alto do morro Sabiá. A enchente era um movimento que a gente sabia nomear. Hoje, não é mais assim. O que antes era previsão virou colapso. O que antes era rotina virou tragédia.

O Vale do Taquari, que compõe grande parte do recorte territorial dessa pesquisa, se tornou um símbolo das mudanças climáticas no Sul do Brasil. Enchentes que destroem bairros inteiros em poucas horas, cidades afundadas na lama, famílias desfeitas. E no meio disso, os mesmos de sempre: os que vivem nas partes baixas, nos bairros invisíveis, nas casas sem alicerce firme, a maioria preta, pobre e invisibilizada.

Essa pesquisa nasce da necessidade de dizer que eu estive lá. Que aquelas casas arrastadas pelas águas também carregam memórias minhas. Que o racismo ambiental não é um conceito distante, mas um fenômeno que eu vejo

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO DO SUL COM DESTAQUE A MANCHA DE INUNDAÇÃO



Fonte: IBGE (2022); OSM (2025); IBGE (2010); IPH/UFRGS; UNIVATES (2023)

MINHA PESQUISA NASCE DO LUGAR ONDE A MEMÓRIA ENCONTRA O TERRITÓRIO. E, NO MEU CASO, ESSE LUGAR TEM NOME E SOM DE ÁGUA SUBINDO PELAS MARGENS: CHAMA-SE BOM RETIRO DO SUL, UMA PEQUENA CIDADE NO VALE DO TAQUARI.

refletido nos rostos dos meus, nos silêncios da história da minha cidade, nas ausências que marcam nossos mapas.

Mas os territórios que atravesso não são só de dor. São também de construção, de luta e de sonho. Porto Alegre foi onde comecei a circular entre o ativismo e a universidade. Florianópolis foi onde reencontrei minha força nos grupos de pesquisa sobre soberania alimentar e justiça racial. E foi a partir desses lugares, dessas travessias, que compreendi que meu corpo, minha história e minha pesquisa são inseparáveis.

Carrego comigo os quintais produtivos, as cozinhas das mulheres da minha família, as sementes guardadas com cuidado. Porque falar de justiça climática, para mim, é também falar da comida que alimenta, da terra que cura, das mulheres que sustentam. Essa cartografia é feita de afetos e de urgências. É pessoal porque é coletiva. É sobre mim, mas é também sobre todos os territórios que, mesmo ignorados pelas estatísticas, seguem resistindo, com memória e com cuidado.



- LOCAL ONDE NASCI
- LOCAL ONDE MORO ATUALMENTE
- LOCAL ONDE PARTICIPEI DE EVENTOS, OFICINAS, REUNIÕES E PLENÁRIAS

METODOLOGIA

Essa pesquisa nasce do corpo e se constrói com ele. Não foi feita de fora para dentro, mas de dentro para fora, como quem caminha pela própria história, reconhecendo no percurso os fios que ligam memória, território, raça e clima. A metodologia que utilizei não separa vivência e produção de conhecimento. Pelo contrário: reconhece que meu corpo preto, minha trajetória e meu lugar de fala são parte constitutiva da pesquisa.

Optei por uma autcartografia social afetiva, um método que se ancora nas experiências vividas, nas lembranças compartilhadas, nos silêncios herdados. Mapeei os lugares que me formaram, as margens do Rio Taquari, os quintais da minha avó, as cozinhas coletivas, os corredores da universidade, as reuniões de rede, os encontros com outras mulheres negras. Cada espaço foi sendo costurado como parte de uma colcha de memórias que também é denúncia, arquivo, documento. A cartografia aqui não é apenas técnica, mas sim um ato político de reivindicação de existência. Para isso, fiz uso de:

- Memórias orais familiares, especialmente de minha avó e de meu pai, que narraram histórias de resistência, cheias, organização comunitária e cuidado com o território;
- Experiências autobiográficas, que me permitiram olhar criticamente para os processos de exclusão e desigualdade racial desde o lugar de quem os viveu;
- Fontes secundárias, como dados do IBGE, registros históricos, documentos institucionais e reportagens locais que me ajudaram a cruzar memórias individuais com contextos coletivos;
- Registros pessoais e reflexões que mantive ao longo do processo, respeitando os tempos subjetivos de recordar, elaborar e transformar em palavra aquilo que tantas vezes é dor e ausência;
- Participação em redes e coletivos, como a REDESSAN e a AMNB, que fortaleceram minha leitura interseccional das crises alimentares, climáticas e raciais;

Essa metodologia parte de uma premissa fundamental, de que não há neutralidade quando se pesquisa justiça climática e racismo ambiental. Não se trata apenas de contar minha história, mas de usar minha história como instrumento de leitura crítica do mundo, e de proposição para um futuro mais justo, onde a ciência também reconheça e valide as experiências vividas na esfera do cotidiano.

Relato de trajetória: entre redes, sementes e caminhos abertos por mulheres pretas

Minha trajetória como pesquisadora, ativista e mulher preta é feita de muitos caminhos, alguns pavimentados pela força das minhas mães, outros abertos a golpes de resistência. Quando olho para trás, percebo que nada foi por acaso: cada território por onde passei, cada rede que integrei, cada encontro que vivi foi um fio que me costurou com mais firmeza à luta por justiça climática, soberania alimentar e dignidade para o nosso povo.

A base de tudo foi o chão de Bom Retiro do Sul, onde nasci e cresci entre o Rio Taquari e a casa da minha avó Zulmira, merendeira, cozinheira, cuidadora. Ali aprendi que comida é mais que nutrição, é afeto, é política, é raiz. Quando vieram as enchentes, eu era criança, mas já entendia que nem todo mundo tem o mesmo direito à cidade, à segurança ou ao abrigo. Ali começou a inquietação que hoje chamo de pesquisa, uma inquietação que é, também, um compromisso com a reparação e com a vida.

As enchentes recentes que devastaram cidades inteiras no Vale do Taquari revelam algo que sempre soubemos: os impactos da crise climática não são iguais para todos. Há um padrão. E esse padrão tem cor, tem CEP, tem gênero. A justiça climática, para mim, é sobre isso: não é apenas entender o clima, mas quem é exposto, quem é descartado, quem é sempre deixado para trás. E, no Brasil, essa resposta passa, invariavelmente, pelo racismo ambiental e pela negação histórica dos direitos da população negra e periférica ao território, à moradia digna, à cidade e à própria existência.

Minha entrada nas redes de mulheres negras, como a REDESSAN, a AMNB e outras tantas, me ensinou que não existe luta climática eficaz sem a centralidade das mulheres negras. Foi com elas que compreendi que justiça climática é, também, acesso à água limpa, ao alimento saudável, ao transporte, à terra, à saúde. É o enfrentamento à necropolítica que nos mata de fome, de bala, de enchente. Que nos nega até o direito de nomear o luto.

Ao longo do caminho, entendi que a crise climática e a desigualdade racial são duas faces da mesma moeda. E que pensar soluções exige escuta, humildade e o reconhecimento de que as tec-

nologias de cuidado já existem, nas cozinhas das nossas avós, nas hortas dos nossos pais, nos saberes passados entre mulheres em torno do fogo. As mulheres negras e quilombolas vêm construindo práticas sustentáveis muito antes de a sustentabilidade virar pauta global. Preservam sementes, manejam biomas, protegem as margens e as florestas. São elas que sustentam a vida onde o Estado não chega.

Quando pisei na universidade, carregava essas histórias. E foi nelas que me firmei. Em Porto Alegre, na UFRGS; em Florianópolis, na UFSC; nos grupos de pesquisa e extensão que me acolheram; nos fóruns de soberania alimentar que ocupei; nos quintais de minha família e nas cozinhas de minha infância. Cada uma dessas experiências foi também um ato de denúncia contra a colonialidade do saber, e uma afirmação de que a ciência também pode ser preta, situada, popular, feminina.

Viajei para Cali, para Lagos, para outros ter-



ritórios onde vi as mesmas lutas com outros nomes. E em cada uma dessas viagens, voltei mais convicta de que o enfrentamento ao colapso climático precisa partir daqueles que sempre resistiram com o mínimo. E isso só será possível com a inclusão real das vozes negras na formulação de políticas, na governança territorial, na produção de conhecimento.

Hoje, minha pesquisa é mais do que um trabalho acadêmico: é uma resposta política e afetiva a tudo que nos foi negado. É um mapa de memórias e de lutas. É a tentativa de construir um outro futuro a partir das margens, não como espaços de ausência, mas como territórios de invenção, de cuidado e de justiça.

Porque quando a gente diz que nossos passos vêm de longe, a gente também está dizendo que nossa caminhada aponta para adiante. E o que está por vir depende da nossa coragem de olhar para os nossos, valorizar nossas práticas, e garantir que

Foi com elas que compreendi que justiça climática é, também, acesso à água limpa, ao alimento saudável, ao transporte, à terra, à saúde.

nunca mais sejamos os primeiros a sofrer, e os últimos a serem ouvidos, quando o mundo desabar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir esta pesquisa é reconhecer que ela nunca esteve isolada de mim. Desde o início, não se tratava apenas de produzir um produto de pesquisa, mas de vivenciar um processo que me fez revisar minha própria trajetória e atravessar camadas profundas da minha história.

Ao propor uma cartografia da memória enquanto mulher preta no sul do Brasil, me propus também a tensionar o lugar de onde a ciência é geralmente feita. Essa escolha metodológica, a escrita em primeira pessoa, a escuta do vivido, a mobilização das afetividades, não foi uma fuga da “objetividade”, mas um enfrentamento ético e político às epistemologias que seguem desautorizando o saber de quem sente na pele os impactos das desigualdades.

Durante esse processo, encontrei limites. Limites na ausência de dados raciais sobre a população negra nas cidades do Vale do Taquari. Limites no pouco reconhecimento institucional das práticas populares de enfrentamento às crises ambientais. Limites inclusive dentro dos espaços acadêmicos, que muitas vezes ainda olham com estranhamento para pesquisas que vêm das margens, e não apenas falam sobre elas. Mas foi nesses limites que encontrei perguntas mais potentes.

O que fica como contribuição desta cartografia não é um modelo a ser seguido, mas o convite à escuta. Escutar as nossas próprias histórias. Escutar o que dizem os rios, os quintais, as avós, as cozinheiras, as águas que transbordam. Escutar o saber que resiste nos gestos cotidianos de quem sempre sustentou a vida em tempos de colapso.

Que esta pesquisa inspire outras. E que possamos seguir escrevendo, lembrando, plantando e lutando, com as palavras e com o corpo, por um mundo onde viver com dignidade não seja exceção, mas direito. ■



FAZER CIÊNCIA COM OS PÉS NO CHÃO

ESTE DOSSIÊ É FRUTO DE UM PERCURSO coletivo de escuta, produção e sistematização de saberes a partir dos territórios. Mais do que um compilado de dados ou um relatório técnico, ele representa um esforço de reposicionamento do próprio fazer científico: desloca os centros tradicionais de produção do conhecimento e reposiciona no centro do debate as experiências, vivências e saberes da população negra, em contextos urbanos, periurbanos e rurais, que constroem, cotidianamente, estratégias de enfrentamento às múltiplas crises, climática, social, ambiental, territorial e epistêmica.

O Programa de Fellowship do Centro Brasileiro de Justiça Climática, ao reunir oito pesquisadores e pesquisadoras negras de diferentes regiões do Brasil, demonstrou a potencialidade de um modo de fazer ciência que nasce da diversidade. Diversidade territorial, de temas, de trajetórias e de metodologias. Cada pesquisa aqui apresentada parte de uma realidade específica, mas revela padrões estruturais de exclusão, resistência e inovação que se repetem em diferentes contextos. É justamente essa pluralidade de olhares que permite ampliar a compreensão sobre a justiça climática e revelar camadas que os grandes indicadores não alcançam.

O dossiê evidencia que a crise climática se manifesta de forma desigual e, por isso, deve ser enfrentada a partir de lentes interseccionais. Raça, gênero, classe e território não são apenas categorias de análise, mas estruturas que organizam o acesso a direitos, recursos e políticas públicas. Os territórios pesquisados revelam que as populações negras, periféricas, ribeirinhas e quilombolas são as mais impactadas pelas mudanças climáticas, não apenas por estarem em áreas de risco, mas por viverem em um contexto histórico de negação de direitos e violências acumuladas. Ao

mesmo tempo, são esses territórios que abrigam as tecnologias sociais mais eficazes de adaptação, cuidado e resistência.

As cartografias sociais, as árvores de memória, as escutas ativas e os relatos pessoais apresentados neste material demonstram que promover justiça climática exige, necessariamente, deslocar os repertórios hegemônicos e ajustar as lentes analíticas. É preciso reconhecer que os territórios não são apenas espaços de vulnerabilidade, mas também de produção de conhecimento, de inovação e de futuro. Reconhecer e validar essas soluções é uma escolha ética, política e metodológica. E é também reconhecer que ciência não se faz apenas com dados, mas com histórias, afetos, ancestralidades e presenças.

Ao apostar em metodologias participativas, este programa também rompeu com a lógica de que o saber legítimo só se produz dentro da universidade. Os bolsistas deste fellowship mostraram que o conhecimento emerge dos vínculos com o território, com as águas, com os corpos e

com a memória. Que o saber científico se fortalece quando reconhece a oralidade, a escuta e a escrivência como fundamentos de análise. E que as soluções para a crise climática não virão prontas de fora, mas precisam ser tecidas com, e não sobre, os territórios.

Este dossiê buscou contribuir com essa tarefa: sistematizar, conectar e devolver ao debate público os conhecimentos produzidos por quem vive, sente e enfrenta diariamente as injustiças climáticas. É um ponto de chegada, mas também de partida. Uma contribuição para um debate muito mais amplo, que exige o engajamento de pesquisadores, movimentos, instituições e governos na construção de uma agenda climática antirracista, interseccional, situada e transformadora.

O Centro Brasileiro de Justiça Climática reafirma, com esta publicação, seu compromisso com uma ciência popular, democrática e enraizada. Seguiremos fazendo com os territórios, promovendo a justiça climática a partir das vozes e das soluções que, há muito tempo, já resistem e reinventam futuros.

As cartografias sociais, as árvores de memória, as escutas ativas e os relatos pessoais apresentados neste material demonstram que promover justiça climática exige, necessariamente, deslocar os repertórios hegemônicos e ajustar as lentes analíticas. Este dossiê buscou contribuir com essa tarefa: sistematizar, conectar e devolver ao debate público os conhecimentos produzidos por quem vive, sente e enfrenta diariamente as injustiças climáticas.

ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

Conjunto de medidas e estratégias para reduzir a vulnerabilidade de populações e ecossistemas aos efeitos adversos das mudanças climáticas, respeitando suas especificidades territoriais, culturais e sociais.

AFETIVIDADE TERRITORIAL

Dimensão emocional e simbólica que conecta pessoas aos territórios onde vivem, produzindo laços de pertencimento, memória e identidade.

ANCESTRALIDADE

Reconhecimento dos saberes, práticas e histórias transmitidas por gerações anteriores, muitas vezes invisibilizados pela ciência hegemônica, mas fundamentais para a construção de soluções climáticas e territoriais.

BAIXADA

Nas cidades amazônicas, refere-se a áreas de várzea ou terrenos alagáveis, geralmente ocupadas por populações periféricas e racializadas, marcadas por carência de infraestrutura e alta vulnerabilidade climática.

CARTOGRAFIA DA MEMÓRIA

Prática metodológica que une o mapeamento espacial à reconstrução de histórias e experiências de vida, valorizando as narrativas orais e afetivas como forma de produzir conhecimento territorial.

CARTOGRAFIA DO RACISMO AMBIENTAL

Instrumento crítico que mapeia os impactos ambientais sobre territórios racializados, evidenciando como o racismo estrutura a distribuição dos riscos e dos danos socioambientais.

CARTOGRAFIA SOCIAL

Metodologia de mapeamento participativo baseada nas vivências e saberes dos sujeitos que habitam os territórios. Permite visualizar relações espaciais, conflitos, memórias, afetos e estratégias locais.

CIÊNCIA DECOLONIAL

Forma de produção do conhecimento que desafia as estruturas coloniais da ciência ocidental, valorizando epistemologias não hegemônicas, especialmente de povos negros, indígenas e comunidades tradicionais.

CIÊNCIA POPULAR

Processo de produção de conhecimento coletivo, feito com e pelos territórios, que valoriza as expe-

riências, práticas e narrativas de grupos historicamente marginalizados pela ciência oficial.

CORPO-TERRITÓRIO

Conceito que associa os corpos (especialmente de mulheres negras, indígenas e periféricas) aos seus territórios, indicando que as violências ambientais, raciais e de gênero se entrelaçam e se manifestam de forma inseparável.

CURVÃO

Termo popular usado na Amazônia para designar grandes escavações resultantes da extração mineral irregular ou mal planejada, que impactam o lençol freático e o equilíbrio ambiental local.

DESENVOLVIMENTO HEGEMÔNICO

Modelo dominante de desenvolvimento baseado na exploração de recursos naturais, no crescimento econômico concentrado e na imposição de grandes projetos, muitas vezes desconsiderando populações locais e seus direitos.

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Reconhecimento da urgência de agir frente à crise do clima, seus impactos irreversíveis e a necessidade de respostas estruturais, rápidas e justas.

EMPREENDIMENTOS DE ENERGIA RENOVÁVEL

Projetos como usinas eólicas ou solares que, apesar do potencial sustentável, podem gerar impactos negativos em comunidades tradicionais se não forem planejados com justiça territorial e consulta prévia.

ESCREVIVÊNCIA

Termo cunhado por Conceição Evaristo que une “escrita” e “vivência”, afirmando a produção de conhecimento a partir das experiências de mulheres negras. Aqui, inspira formas insurgentes de produção científica.

FOFA

Ferramenta analítica (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) utilizada em processos participativos para sistematizar a percepção dos sujeitos sobre seus territórios e contextos.

INJUSTIÇA AMBIENTAL

Condição em que certos grupos, em especial racializados e pobres, são mais impactados por degradação ambiental e têm menos acesso às decisões e recursos para enfrentá-la.

INTERSECCIONALIDADE

Ferramenta analítica que evidencia como múltiplas opressões (raça, gênero, classe, território) se sobrepõem

e devem ser consideradas conjuntamente na análise e construção de políticas públicas.

JUSTIÇA CLIMÁTICA

Perspectiva que articula a crise climática às desigualdades sociais, econômicas, raciais e territoriais. Defende soluções que levem em conta quem são os mais afetados, quem causa o problema e como reparar essas assimetrias.

MEMÓRIA COLETIVA

Conjunto de experiências, histórias e afetos compartilhados por um grupo ou comunidade, que moldam sua identidade e são essenciais para compreender resistências e projetos de futuro.

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

Abordagens que envolvem os sujeitos da pesquisa na construção do conhecimento, promovendo horizontalidade, escuta ativa e produção coletiva de dados e análises.

MULTIESCALARIDADE

Compreensão de que os fenômenos sociais, políticos e ambientais se manifestam e se articulam em diferentes escalas (local, regional, nacional e global) de maneira interdependente.

PIQCTS

Sigla para Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais. Reconhecidos por suas identidades culturais próprias e modos de vida baseados em relação sustentável com o território.

PROTOCOLO DE CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA

Instrumento jurídico, previsto na Convenção 169 da OIT, que garante o direito das comunidades tradicionais de serem consultadas sobre projetos que impactem seus territórios.

RACISMO AMBIENTAL

Expressão do racismo estrutural nas relações com o meio ambiente, em que populações negras, indígenas e periféricas são mais expostas a riscos ambientais e menos incluídas nos processos decisórios e nas políticas públicas.

RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA

Capacidade coletiva de grupos sociais enfrentarem adversidades e crises, como as climáticas, mobilizando saberes, redes de apoio e práticas de cuidado e solidariedade.

SANEAMENTO BÁSICO

Serviços fundamentais de infraestrutura urbana: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e gestão de resíduos sólidos. Sua ausência intensifica as desigualdades e os riscos climáticos.

SOCIOTERRITORIALIDADE

Compreensão das formas de vida e organização de grupos sociais a partir da sua relação com o território, incluindo aspectos históricos, culturais, políticos e afetivos.

TECNOLOGIAS SOCIAIS

Soluções criadas coletivamente a partir das experiências locais para responder a problemas concretos. São sustentáveis, replicáveis e adaptadas às realidades dos territórios.

TERRITÓRIO

Mais do que uma área delimitada, é um espaço vivido, de pertencimento, memória, afetos e disputas políticas. É onde se constroem identidades e resistências.

VULNERABILIDADE CLIMÁTICA

Condição de maior exposição e menor capacidade de resposta a eventos extremos relacionados ao clima, geralmente agravada por desigualdades sociais, raciais, territoriais e de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri (org.); **VIÉGAS**, Rodrigo Nuñes et al. Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. 318 p. (Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais; n. 3).

ADAPTABRASIL MCTI. Sobre o AdaptaBrasil MCTI. 2024a. Disponível em: <https://adaptabrasil.mcti.gov.br/sobre>. Acesso em: 30 jul. 2023.ADAPTABRASIL

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 129–143, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xRK6tz4wHxCHfShs-5DhsHm/>. Acesso em: 07/09/2024.

ALMEIDA, Elielson; **COSTA**, Evely Almeida e. Quilombo do Abacatal mostra ancestralidade negra na Amazônia. Amazônia Latitude, 20 nov. 2024. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2024/11/20/quilombo-abacatal-ancestralidade-negra-amazonia/>. Acesso em: 2 dez. 2024.

ASSOCIAÇÃO CASA FLUMINENSE. Agenda Rio 2030: prioridades para a década da ação. Coordenação: Luize Sampaio; Lucas Martins. 1. ed. Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2024.

BISPO, Antônio. A terra dá, a terra quer. Rio de Janeiro: Editora Ubu, 2021.

BORGES, Rafael Henrique Maia; **NASCIMENTO**, Robson Patrick Brito do; **CHAGAS**, Clay Anderson Nunes; **FERREIRA**, Antonio Carvalho; **NETTO**, Roberto Magno Reis. O bairro da Terra Firme no contexto da urbanização e periferização da cidade de Belém – PA. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 15, n. 8, p. 7236–7259, 2023.

CASA FLUMINENSE. Dados e informações sobre justiça climática: panorama sobre a crise climática na metrópole. Coordenação: Luize Sampaio; Lucas Martins. Supervisão: Vitor Mihessen; Larissa Amorim. Projeto gráfico: Taynara Cabral. Rio de Janeiro: Casa Fluminense, 2024. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Dados-e-informacoes-sobre-Justica-Climatica-Casa-Fluminense.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2025.

CHAKRABARTY, Dipesh. Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference. 1. ed. Estados Unidos:Princeton University Press, 2007. 336 p.

CUSICANQUI, Silvia. Sociología de la imagen: miradas ch’ixi desde la historia andina.1. ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015. 352 p. Princeton University Press, 2007. 336 p.

DIRLIK, Arif. “A aura pós-colonial na era do capitalismo global”. Novos Estudos Cebrap, no. 49, 1997, pp. 7-32.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. Revista Palmares. Brasília/DF, ano 01, n. 01, 2005.

FALS BORDA, Orlando. Por La Praxis: El Problema De Cómo Investigar La Realidad Para Transformarla. Espacio Abierto, vol. 31, núm. 1, 2022.

FERREIRA, Rafael de Farias. A memória como método nas ciências sociais: o caso das mulheres rendeiras em São João do Tigre. 2017. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Sumé, PB, 2017.

FIGUEIRAS, Gilberto Daniel Lima; **RECEPUTI**, Ana Luiza Morati; **MUEHE**, Dieter. Vulnerabilidade costeira e pesca artesanal: compilação de informações. Vitória, ES: Instituto Jones dos Santos Neves, 2021. 87 p. il. tab. (Caderno DRS, 07).

FREIRE, N. C. F. E FERNANDES, A. C. De A. Mapas como expressão do poder e legitimação sobre o território: uma breve evolução histórica da cartografia. como objeto de interesse de distintos grupos sociais. Portal de Cartografia, v. 3 n. 1, 2010

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOMES, Jorge Evandro Santos. Intervenção e exploração de recursos naturais em comunidade quilombola: o caso de Abacatal. 2005. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, Belém, 2005.

GOMES, Marquiana de F. Vilas Boas. Cartografia social e geografia escolar: aproximações e possibilidades. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 7, n. 13, p. 97–110, jan./jun. 2017.

GONDRA, J. A.; **ANDRADE**, L. H. C. Conhecimento tradicional e sustentabilidade: o caso da comunidade pesqueira da Praia de Itapuama - Cabo de Santo Agostinho/PE. In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 8., 2007, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: Sociedade de Ecologia do Brasil, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: população e domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2024 Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

MACHADO, R. L. M.; **RODRIGUES**, J. C.; **MENEZES**, P. B. R. . REESTRUTURAÇÃO METROPOLITANA E USOS DO TERRITÓRIO: um estudo de caso sobre as territorialidades urbanas na Comunidade Quilombola do Abacatal em Ananindeua/PA. Ensaios de Geografia, v. 9, n. 20, p. 155-186, 30 abr. 2023.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MCKITTRICK, Katherine, 2021, Dear Science and Other Stories, Durham: Duke University Press, 221 pp., ISBN 978-1-4780-1104-0

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da "ciência": colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica. In Santos, Boaventura de Sousa. Conhecimento prudente para uma vida decente. 2a.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MILAGRES, Cleiton Silva Ferreira. O uso da cartografia social e das técnicas participativas no ordenamento territorial em projetos de reforma agrária. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

MOURA, Livia Carvalho; FALLEIRO, Rodrigo de Moraes; OLIVEIRA, Mariana Senra de; ANDRADE, Ananda Santa Rosa de; SCHMIDT, Isabel Belloni. Guia prático para elaboração de plano de manejo integrado do fogo em comunidades rurais e tradicionais. Brasília: ISPN; Ibama/Prevfogo; Boitatá Consultoria; UnB, 2023. 72 p. ISBN 978-65-87922-03-4.

NASCIMENTO, Amália Leonel. Do campo à mesa, insegurança alimentar e exclusão social de famílias em dois Nordeste brasileiros: o da Mata e o das Secas. 2010. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências da Saúde, Recife, 2010.

PAINEL GOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC, sigla em inglês). Relatórios. Disponível em: [https://www.ipcc.ch/report/ar6/wgl/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_Full_Re port.pdf](https://www.ipcc.ch/report/ar6/wgl/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_Full_Re_port.pdf) Último acesso em: 13 de agosto de 2024.

PEDROSA, Kaira Bicalho. Na cidade escravista: territórios negros no espaço urbano de Vitória-ES (1850 – 1876). 2023. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, Vitória, 2023.

PNCSA, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Site institucional. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com/>>.

PROJETO MAPBIOMAS – Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. Disponível em: <https://mapbiomas.org/download>. Acesso em: 25 fev, 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. Journal of worldsystems research, Estados Unidos, v. 11, ed. 2, p. 342-386, 2000. DOI 10.5195/jwsr.2000.228. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/index.php/jwsr/article/view/228>. Acesso em: 1 ago. 2021.

QUINTSLR, Suyá; **MAIELLO**, Antonella; **BRITTO**, Ana Lúcia Nogueira de Paiva. Acesso desigual à água e vulnerabilidade ambiental na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: um estudo de caso a partir de Queimados. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332138205_Acesso_desigual_a_agua_e_vulnerabilidade_ambiental_na_Regiao_Metropolitana_do_Rio_de_Janeiro_um_estudo_de_caso_a_partir_de_Queimados. Acesso em: 8 set. 2024.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Cultura de ofício marítima pesqueira. Revista Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 913–943, set./dez. 2021.

SANTOS, Mariana Olívia Santana dos; **MEDEIROS**, Ana Catarina Leite Vêras; **SILVA**, Evelyn Siqueira da; **MACHADO**, Rafaella Miranda; **GONÇALVES**, José Erivaldo; **GURGEL**, Aline do Monte; **GURGEL**, Idê Gomes Dantas. Vulnerabilidades socioambientais na pesca artesanal: desafios e conquistas para Territórios Saudáveis e Sustentáveis em Pernambuco. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 48, n. esp. 1, e8718, ago. 2024.

SILVA, Fabiana Miranda; **SOBRINHO**, Lemuel Dourado Guerra. A renda renascença na Paraíba: enredos de cultura, moda e desenvolvimento regional. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 107–132, 2021.

SILVA, Maria do Socorro Rocha; SÁ, Maria Elvira Rocha de. Medo na cidade: estudo de caso no bairro da Terra Firme em Belém (PA). Argumentum, Vitória (ES), v. 4, n. 2, p. 174–188, jul./dez. 2012.

SILVA, Renan da Silva e; **ANJOS**, Diana Rocha dos; **ARAÚJO**, Allyne dos Santos; **SANTOS**, Marcos Antônio Souza dos. Caracterização socioeconômica da comunidade quilombola de Abacatal, Ananindeua, estado do Pará. Cadernos de Agroecologia, v. 10, n. 3, 2015. ISSN 2236-7934.

SOUZA, Lucia Helena Pazzini de. Praia do Suá: mudanças e permanências na paisagem. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Vitória, 2010.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TELES, Thiago Silva; **VASCONCELOS**, Marcelo Augusto Machado; **OLIVEIRA**, Igor Klisman Monteiro; **BITENCOURT**, Paulo Celso Santiago; **SANTOS**, Artur Vinicius Ferreira dos; **MELO**, Paulo Alves de; **MELO**, Kellem Cristina Prestes; **SILVA**, Romulo Luiz Oliveira da. Análise geoespacial da comunidade quilombola Abacatal, Ananindeua, Pará. International Journal of Scientific Management and Tourism, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 01–23, 2024.

**DOSSIÊ: CARTOGRAFIA NEGRAS
E (IN)JUSTIÇAS CLIMÁTICAS NO
BRASIL RESISTÊNCIAS. SABERES.
TERRITÓRIO. HISTÓRIAS**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL

Centro Brasileiro de Justiça Climática (CBJC)

ORGANIZAÇÃO DA EDIÇÃO

Taynara Gomes e Junior Aleixo

PESQUISADORES

Arlan Seabra
Geovana Rocha
Josiel Alves
Juliana Coutinho
Luana de Brito
Beatriz Souza
Nataly Volcati
Waleska Queiroz

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

DOBU (@dobu.link)
Lukas Arujo
Thalles Ferreira
Tiago Araujo

ILUSTRAÇÕES

Leste (@leste_br)
Felipe Augusto
Danilo Taqueto
Marina Bigardi

CARTOGRAFIA E PRODUÇÃO DE MAPAS

Thales Miranda

FOTOS

Fórum Suape
Valmor Pazos Filho
Acervo pessoal dos pesquisadores

REVISÃO GERAL

Danila de Jesus
Junior Aleixo
Taynara Gomes
Thaynara Fernandes

COMUNICAÇÃO

Danila de Jesus
Stefan Costa

COORDENAÇÃO GERAL

Andréia Coutinho Louback, Taynara Gomes e Junior Aleixo

CONTATO

@cbjc_br
cbjc.com.br/pt/
contato@cbjc.com.br

APOIO INSTITUCIONAL



[@CBJC_BR](#)

[CBJC.COM.BR/PT/](#)

CONTATO@CBJC.COM.BR

